

UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE
Centro de Ciências Sociais Aplicadas
Programa de Pós-graduação em Administração de Empresas

LUIZ ANTONIO DE OLIVEIRA DANTAS

**MAIOR LITERACIA FINANCEIRA E FISCAL TRIBUTÁRIA MELHORAM DECISÕES
FINANCEIRAS EMPRESARIAIS? ESTUDO COM GESTORES E EMPREENDEDORES
BRASILEIROS**

São Paulo/SP

2022

LUIZ ANTONIO DE OLIVEIRA DANTAS

**MAIOR LITERACIA FINANCEIRA E FISCAL TRIBUTÁRIA MELHORAM
DECISÕES FINANCEIRAS EMPRESARIAIS? ESTUDO COM GESTORES E
EMPREENDEDORES BRASILEIROS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração de Empresas da Universidade Presbiteriana Mackenzie como requisito para obtenção do título de Doutor em Administração de Empresas. Área de concentração: Finanças Estratégicas

ORIENTADOR: Prof^o Dr. Denis Forte

São Paulo/SP

2022

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da Mackenzie
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

D192m Dantas, Luiz Antonio De Oliveira.
MAIOR LITERÁCIA FINANCEIRA E FISCAL TRIBUTÁRIA MELHORAM
DECISÕES FINANCEIRAS EMPRESARIAIS? ESTUDO EXPLORATÓRIO
COM GESTORES E EMPREENDEDORES BRASILEIROS:[recurso
eletrônico] / Luiz Antonio de Oliveira Dantas.
3119 KB ;
Tese (Doutorado em Administração de Empresas) - Universidade
Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2022.
Orientador(a): Prof(a). Dr(a). Denis Forte.
Referências Bibliográficas: f. 124-141.
1. Literacia Fiscal. 2. Literacia Financeira. 3. Processo Decisório.
4. Empreendedor. 5. Finanças Comportamentais.. I. Forte, Denis,
orientador(a). II. Título.

Bibliotecário(a) Responsável: Jaqueline Bay Inácio Duarte - CRB 8/9509

LUIZ ANTONIO DE OLIVEIRA DANTAS

**MAIOR LITERACIA FINANCEIRA E FISCAL TRIBUTÁRIA MELHORAM
DECISÕES FINANCEIRAS EMPRESARIAIS? ESTUDO COM GESTORES E
EMPREENDEDORES BRASILEIROS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Administração de Empresas da Universidade
Presbiteriana Mackenzie como requisito para obtenção do
título de Doutor em Administração de Empresas. Área
de concentração: Finanças Estratégicas

Aprovado em: 20 /06 /2022.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Denis Forte
Universidade Presbiteriana Mackenzie



Prof. Dr. Diogenes de Souza Bido
Universidade Presbiteriana Mackenzie



Profa. Dr. Michele Nascimento Jucá
Universidade Presbiteriana Mackenzie

FERNANDA FINOTTI
CORDEIRO:98765485653

Digitally signed by FERNANDA
FINOTTI CORDEIRO:98765485653
Date: 2022.07.21 15:41:57 -03'00'

Profa. Dr. Fernanda Finotti Cordeiro – Examinadora Externa
Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF



Dados: 2022.07.25 23:25:52
-03'00'

Prof. Dr. Lucas Ayres Barreira de Campos Barros – Examinador Externo
FEA - USP

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Professor Doutor Felipe Chiarello de Souza Pinto

Coordenadora Geral da Pós-Graduação Stricto Sensu
Profa. Dra. Maria Cristina Triguero Veloz Teixeira

Diretor do Centro de Ciências Sociais e Aplicadas
Professor Doutor Claudio Parisi

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Administração de Empresas
Professor Doutor Diógenes de Souza Bido

Dedico este trabalho em nome de Dona Josefa (minha mãe) à minha família e em nome de Josefa Beatriz (minha primeira professora), a todos os professores, mestres e doutores, os quais contribuíram por todo ensinamento, dedicação, empatia e resiliência nesta caminhada.

AGRADECIMENTOS

Chegar a esse momento é algo surreal, momento de agradecer, pois foram quatro anos, que quadriênio! Período avassalador em minha vida, período de grandes perdas, mas de grandes aprendizados, se você já ouviu falar que o carvão para ser uma pedra preciosa tem que passar por altíssima pressão, eu acredito que acabei de passar. Pois foram anos de grandes escolhas e decisões, nos quais tive que escolher entre manter o casamento ou seguir a carreira acadêmica. Além das perdas de quem tanto amo: meu pai em janeiro de 2021 e meu irmão em abril de 2022. Mas Deus é bom, e foi bom, e tem sido bom, todos os dias, o dia todo.

O que mais tenho que fazer é agradecer, primeiramente aos meus filhos, Arthur Luís e Ana Luísa, que em momentos tão tristes, eles me traziam alegrias em poucos finais de semanas que viajávamos por dois ou três dias para matar a saudade, mas que eram momentos de muita alegria, carinho e amor.

A minha mãe, Josefa (conhecida como Josélia), e irmãos, Antônio Carlos (eternamente vivo em meu coração) e Gizélia, ao meu pai, Antônio Correia (eternamente vivo em meu coração), a Gy, minha afilhada que amo e ao meu cunhado querido Pedro Rogério, meus sinceros agradecimentos por todo apoio, compreensão e dedicação.

Não poderia deixar de agradecer a todos os meus colegas da Universidade Federal de Sergipe, FECAP, Mackenzie (nos cursos de mestrado e doutorado), e a todos os estudantes que viajaram na Dantas Tour, eternamente grato por todo incentivo.

A(o)s professores(as) Ivanilda, Malu, Silvia, Bido, Michele Jucá, ao especialista tributário Peter, aos amigos parceiros Jhonny Mendes, Eduardo Oliveira, Aldair, Bruno Cisoto, Fernando Grecco, ao Diretor da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo Professor Dr. Rodrigo e sua assessora Cristiane, e a todos os meus colegas de trabalho na FDSBC, as minhas terapeutas Marcia e Solange, minha eterna gratidão!

Por fim, agradeço ao meu orientador Professor Doutor Denis Forte, por me receber de braços abertos, pela parceria e por compartilhar seus conhecimentos, por ser meu amigo nas horas mais difíceis, mas por saber puxar minha orelha quando precisava ser e fazer o melhor.

Todo o meu carinho e respeito a todos vocês, não foi fácil, pensei em desistir incontáveis vezes, mas independente das dificuldades eu sempre lembrava uma frase que usava na graduação, “Contabilizando vitórias, amortizando sonhos, sem nunca desistir”, ou seja, nunca desista, dê um passo de cada vez, todos os dias acontecem milagres, acredite em seu potencial sempre olhando para frente e sem dar ouvidos e atenção aos amigos falsos.

Amo a todos e os levarei eternamente em meu coração!

Há uma limitação desconcertante de nossa mente: nossa confiança excessiva no que acreditamos saber, e nossa aparente incapacidade de admitir a verdadeira extensão da nossa ignorância e a incerteza do mundo em que vivemos. A inteligência não é apenas a capacidade de raciocinar. É também a capacidade de encontrar material relevante na memória e focar a atenção quando necessário (Daniel Kahneman).

RESUMO

As empresas brasileiras, principalmente o setor de pequenas e médias empresas (PMEs), para garantir sua sobrevivência no mercado dependem de fatores externos e da competência dos empreendedores em gerir do ponto de vista financeiro e fiscal tributário. A ocorrência de crises financeiras em todo o mundo ascendeu uma crescente e contínua inquietação com a literacia financeira e sua relevância como ferramenta basilar de suporte em prol de melhorias do nível de alfabetização financeira. A gestão financeira e fiscal tributária demanda aprimoramento do conhecimento e mudanças críticas em relação a atitudes e comportamentos de gestores, empreendedores e empresários. Essas atitudes estão diretamente atreladas aos processos que implicam a tomada de decisão como forma de avaliar os níveis de conhecimento financeiro e implementar meios para aprimorá-los, para isso, é imprescindível mensurar os níveis de alfabetização que os indivíduos apresentam. Este estudo teve como objetivo geral verificar se maior literacia financeira e fiscal tributária melhoram decisões financeiras de empresários no Brasil. Para isso, foram pesquisados conteúdos pertinentes aos aspectos da alfabetização financeira fiscal e fiscal tributária em questões ligadas à implementação e planejamento de negócios que envolvem atividades comerciais, conhecimento e comportamento dos empresários. Para elucidar os objetivos propostos e testar as hipóteses empregou-se técnicas de análise descritiva e ferramentas de estatística por via de análise fatorial confirmatória e a Modelagem de Equações Estruturais. A pesquisa é baseada no método hipotético-dedutivo, pois visa a aferição de fenômenos que ocorrem a partir da formulação de hipóteses. O instrumento de pesquisa utilizado foi um questionário com uma amostra de pesquisa composta por 232 participantes, de ambos os sexos, embora a predominância de respostas partiu de indivíduos do sexo masculino, que por meio da aplicação de questionários foi possível concluir que a literacia financeira e fiscal tributária são conceitos chave que pode ajudar a garantir o sucesso de um projeto empreendedor.

Palavras-chave: Literacia Fiscal. Literacia Financeira. Processo decisório. Empreendedor. Finanças Comportamentais.

ABSTRACT

Brazilian companies, specially from the segment of small and medium-sized companies (SMEs), depend on external factors and the competence of entrepreneurs to manage from a financial and tax point of view to ensure their survival in the market. The financial crises around the world led to a growing and continuous concern with financial literacy level and its relevance as a fundamental support tool. Financial and tax fiscal management demand improved knowledge and critical changes toward attitudes and behaviors of managers, entrepreneurs, and businessmen. These attitudes are directly linked to the processes that imply decision-making as a way of evaluating the levels of financial knowledge and implementing means to improve them. Therefore, it is essential to measure the literacy levels that individuals present. This study aimed to verify whether greater financial literacy and tax improve financial decisions of entrepreneurs in Brazil. For this purpose, research was conducted on issues related to the implementation and planning of businesses that involved commercial activities, knowledge, and behavior of entrepreneurs of fiscal literacy. The next step was to test the hypotheses, using descriptive analysis techniques and statistical tools through confirmatory factor analysis and Structural Equation Modeling. The instrument used was a questionnaire with a research sample that ended with 232 participants of both sexes, with predominance of from male individuals. It was possible to conclude that financial literacy is a key concept that can help ensure the success of an entrepreneurial project and should be a priority in academics and practice for entrepreneurial success improvement.

Keywords: Fiscal Literacy. Financial Literacy. decision-making process. Entrepreneur. Behavioral Finance.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Fluxograma sobre Método Hipotético-Dedutivo.....	81
Figura 2	Modelo conceitual da QDE.....	103
Figura 3	Efeito das variáveis.....	105
Figura 4	Modelo inicial e final de CPFP e CPFT.....	107
Figura 5	Modelo inicial da QDE.....	111
Figura 6	Modelo final da QDE.....	111
Figura 7	Excluindo LPD do modelo QDE.....	117
Figura 8	Excluindo LFT do modelo QDE.....	118
Figura 9	Excluindo escolaridade do modelo QDE.....	118
Figura 10	Excluindo idade do modelo QDE.....	119
Figura 11	Excluindo sexo do modelo QDE.....	119

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Dimensões e aspectos de medição.....	86
Quadro 2	Dimensões da literacia fiscal tributária.....	87
Quadro 3	Composição de Amostra.....	91
Quadro 4	Distribuição de cursos superiores e respondentes neste nível.....	94
Quadro 5	Ramos de atividades das empresas pesquisadas.....	97
Quadro 6	Legenda da Figura 6.....	112

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Pesquisas relacionadas à Literacia Financeira.....	32
Tabela 2	Etapas para Construção de uma Revisão Sistemática.....	67
Tabela 3	Processo de coleta de dados da revisão bibliográfica.....	69
Tabela 4	Portfólio bibliográfico (PB) selecionado.....	70
Tabela 5	Escala do conhecimento financeiro pessoal.....	105
Tabela 6	Escala do comportamento financeiro pessoal.....	105
Tabela 7	Escala do conhecimento fiscal tributário.....	105
Tabela 8	Escala do comportamento fiscal tributário.....	106
Tabela 9	Escala do gênero.....	106
Tabela 10	Escala da escolaridade.....	106
Tabela 11	Carregamento inicial e final dos indicadores das variáveis latentes CPFP e CPFT.....	108
Tabela 12	Valor de T de Student dos indicadores e as variáveis latentes CPFP e CPFT.....	108
Tabela 13	AVE e confiabilidade composta das variáveis latentes CPFP e CPFT...	109
Tabela 14	Correlação e raiz quadrada do AVE das variáveis latentes CPFP e CPFT.....	110
Tabela 15	Valor de T de Student das variáveis latentes CPFP e CPFT.....	110
Tabela 16	Carregamento inicial dos indicadores das variáveis latentes no modelo QDE.....	112
Tabela 17	Carregamento final do indicador das variáveis latentes.....	113
Tabela 18	Valor de T de Student do modelo QDE.....	113
Tabela 19	AVE e confiabilidade composta do modelo QDE.....	114
Tabela 20	Correlação e raiz quadrada do AVE do modelo QDE.....	114
Tabela 21	VIF e tolerancia do modelo QDE.....	115
Tabela 22	Coeficiente e R quadrado do modelo QDE.....	115
Tabela 23	Resumo dos testes do modelo QDE.....	116
Tabela 24	Efeito do f^2 sobre o modelo QDE.....	117

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Relação da busca x PB selecionado.....	70
Gráfico 2	Evolução anual de publicações.....	72
Gráfico 3	Composição de Amostra.....	93
Gráfico 4	Distribuição por idade.....	92
Gráfico 5	Nível de escolaridade da amostra.....	93
Gráfico 6	Distribuição de cursos superiores e respondentes neste nível.....	95
Gráfico 7	Amostra por tempo de serviço (trabalho).....	95
Gráfico 8	Tempo de atuação como gestor.....	96
Gráfico 9	Ramos de atividades das empresas pesquisadas.....	97
Gráfico 10	Distribuição da amostra por faturamento anual.....	98
Gráfico 11	Analisa taxa de juros, valor financiado, valor da parcela e carência...	98
Gráfico 12	Analisa periodicamente o desempenho da empresa.....	99
Gráfico 13	Procuram ajuda de profissional especializado em finanças.....	99
Gráfico 14	Separam as finanças domésticas e da empresa.....	100
Gráfico 15	Preferências quanto a correr riscos.....	101
Gráfico 16	Quanto ao cálculo de retorno de investimento.....	101
Gráfico 17	Estabelece metas financeiras de longo prazo.....	102

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AFC	Análise Fatorial Confirmatória
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CEO	<i>Chief executive officer</i>
CPFP	Comportamento financeiro pessoal
CPFT	Comportamento fiscal tributário
EBSCO	<i>Activity Based Costing</i>
FLAT	Mundo Alfabetização Financeira em todo o mundo
INFE	Rede Internacional de Educação Financeira
LFP	Literacia Financeira Pessoal
LFT	Literacia Financeira Tributária
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OECD	<i>Organization for Economic Co-operation and Development</i>
PB	Portfólio Bibliográfico
PIB	Produto Interno Bruto
PJ	Produto Interno Bruto
PMEs	Pequenas e Médias Empresas
PNEF	Programa Nacional de Educação Fiscal
ProKnow-C	<i>Knowledge Development Process-Constructivist</i>
QDE	Qualidade da Decisão Empresarial
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEM	Modelagem de Equações Estruturais
SP	São Paulo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	18
1.1	Contextualização e Problema de Pesquisa.....	18
1.2	Objetivos.....	22
1.2.1	Objetivo Geral	22
1.2.2	Objetivos Específicos	22
1.2.3	Hipóteses da pesquisa	22
2	REFERENCIAL TEÓRICO	24
2.1	Finanças Comportamentais: Superando a Abordagem Neoclássica	24
2.2	Literacia Financeira e Literacia Fiscal Tributária: Conceitos Interrelacionados.	26
2.3	Literacia Financeira nas pequenas e médias empresas.....	33
2.3.1	Literacia Financeira e Sobrevivência	33
2.3.2	Literacia Financeira e Desenvolvimento Empresarial	36
2.3.3	Literacia Financeira e vantagem competitiva	38
2.4	Literacia Fiscal Tributária nas Pequenas e Médias Empresas.....	43
2.4.1	A busca de equilíbrio entre os interesses do Estado e PMEs	43
2.4.2	Desempenho, Crescimento e Vantagens Competitivas com base na Literacia Fiscal Tributária	44
2.4.3	Os Prejuízos da Analfabetização Fiscal Tributária e Programas de Educação	52
2.4.4	Educação Financeira é premissa para a Educação Fiscal Tributária	55
3	REVISÃO SISTEMÁTICA BIBLIOMÉTRICA	66
3.1	Especificações da Revisão Bibliométrica.....	67
3.1.1	Coleta de Dados	67
3.1.2	Procedimentos para Análise dos Dados	68
3.1.3	Resultados Encontrados no Estudo Bibliométrico e PB selecionado	68
3.1.4	Evolução Anual de Publicações	72
3.1.5	Considerações do Estudo Bibliométrico	73
4	ASPECTOS METODOLÓGICOS	81
4.1	Instrumentos de Coleta de Dados.....	82
4.2	Técnicas de Pesquisa e Tratamento de Dados.....	83
4.3	Técnicas de Análise de Dados.....	83
4.4	Procedimentos para Análise de Dados.....	84
4.5	Critérios para validade discriminante e convergente.....	85
4.5.1	Comportamento e Alfabetização Financeira	86
4.5.2	Operacionalização da Literacia Fiscal Tributária	86
4.5.3	As escalas de Medição	87
4.5.4	Comportamento e Alfabetização Fiscal Tributário	89
4.5.5	População e Amostra	90

4.6	Limitações da Amostra.....	91
4.6.1	Resultados da Amostra.....	91
4.6.2	Modelo Conceitual – Qualidade da Decisão Empresarial (QDE).....	102
4.7	Adendo sobre Amostra, Método e Escala.....	104
5	RESULTADOS.....	107
5.1	Adendo sobre o resultado.....	117
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	121
	REFERÊNCIAS.....	123
	APÊNDICE.....	
	APÊNDICE 1 – QUESTIONÁRIO	
	APÊNDICE 2 – CRONOGRAMA	
	APÊNDICE 3 – MEMBROS DO PROJETO 201032 MACKPESQUISA - 003844	
	APÊNDICE 4 - CALENDÁRIO DE ATIVIDADE PARA UM CONTATO E POSSÍVEL PARCERIA	
	APÊNDICE 5	
	ANEXOS	
	ANEXO 1- MODELO DE QUESTIONÁRIO OCDE	

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização e Problema de Pesquisa

No período entre 2001 e 2011 o Produto Interno Bruto (PIB) das pequenas e médias empresas (PMEs) saltou de 23,2% para 27% com 52% dos empregos com carteira assinada e 40% de todos os salários pagos dentre as 8,9 milhões de PMEs constituídas no Brasil (SEBRAE, 2020). Em 2016, de acordo com o levantamento do Anuário do Trabalho do SEBRAE, as PMEs empregaram mais de 13,3 milhões de pessoas em empregos formais (SEBRAE, 2018).

Conforme o relatório do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), em 2019, os pequenos negócios foram responsáveis por gerar 60.750 novos empregos no mês de janeiro, corroborando a importância do setor para a criação de novas fontes de renda no Brasil.

Em 2019, O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realizou uma pesquisa intitulada de “Demografia das Empresas e estatísticas de Empreendedorismo” na qual era retratado o panorama de algumas empresas brasileiras. Foi constatado que 77,1% das empresas no país encerram suas atividades antes mesmo de completar 10 (dez) anos de funcionamento, e apenas 22,9% conseguem se manter no cenário mercadológico por mais de dez anos (IBGE, 2019). Os dados dessa pesquisa referiram-se a empresas de todos os setores e portes.

De acordo com a pesquisa “Sobrevivência das Empresas no Brasil”, realizada em 2016 pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), levando em consideração apenas empresas do setor de comércio e taxas de sobrevivência pelo período de 2 (dois) anos, a taxa de sobrevivência de empresas em todo o Brasil é de 77,6%, enquanto no Estado de São Paulo (SP) é de 76,3% (SEBRAE, 2016). Isto posto, é salutar e relevante identificar as principais causas que limitam o desenvolvimento econômico-financeiro de muitas empresas brasileiras.

Em 2016, a partir de dados disponibilizados pelo SEBRAE, o setor de comércio foi o que mais sofreu com as taxas de encerramento de empresas permeando o valor de 30,2%. Em até 05 anos, outros setores como indústria, serviços e extração sofreram com índices de encerramento por volta de 27,3%, 26,6% e 14,3% respectivamente. Os dados apontaram como principais causas para a finalização das atividades os seguintes fatores: problemas de infraestrutura; elevados preços de aluguéis, imóveis e impostos prediais urbanos; custos elevados com recursos humanos e dificuldades de mobilidade e logística (SEBRAE, 2016). A

pesquisa ainda concluir que não se pode ignorar o ambiente no qual a empresa está inserida, afetando diretamente os custos de tarifas públicas e qualidade de serviços públicos, além de fatores internos determinantes nos resultados empresariais, como o preparo, planejamento e características empreendedoras dos micros e pequenos empresários, indicando que no ambiente de incerteza a decisão empresarial é crucial para a sobrevivência das organizações (SEBRAE, 2016).

Nesse contexto, o objeto de estudo busca verificar como as decisões financeiras associadas ao conhecimento financeiro e fiscal tributário influenciam os processos decisórios empresariais dos gestores brasileiros.

Kiran e Bozkurt (2020) apontam que o risco e a responsabilidade relacionados às transações financeiras empresariais estão aumentando constantemente e as decisões erradas têm um impacto em escalas micro e macro das organizações. Os autores apontam a literacia financeira como fator importante para a gestão dos negócios, ao examinarem o nível dela em empreendedores do Mediterrâneo Ocidental e sua tendência a assumir riscos, bem como a tolerância às variáveis de incerteza. Ademais, as habilidades de alfabetização financeira tornaram-se uma necessidade no processo de decisão empresarial que se inicia desde a introdução da ideia do negócio até o seu estabelecimento, e por fim, sua gestão.

De Lema, Palomo e Soto (2021) demonstram que a literacia financeira do *Chief Executive Officer* (CEO) alivia as restrições financeiras das PMEs. Já Amagir *et al.* (2020), assim como Wahyono e Hutahayan (2021) identificaram a influência da literacia financeira no desempenho financeiro tanto de indivíduos como no desempenho financeiro de PMEs, e que o bom desempenho e acurácia nas tomadas de decisões financeiras ficam comprometidas quando há analfabetização financeira.

Quanto à literacia fiscal tributária, Batrancea *et al.* (2018) afirmam que os impostos são um elemento importante na alteração dos níveis de sustentabilidade econômica, social e ambiental das organizações em todo o mundo.

Os autores estudaram o conceito de comportamento fiscal sustentável na Romênia e no Brasil, ambos ligados às realidades dos mercados emergentes, além disso, demonstraram que um comportamento tributário compatível pode ser observado como um comportamento tributário sustentável baseado na promoção de uma tributação justa capaz de financiar a qualidade de vida, também apoia o bem-estar sustentável, auxiliando na desoneração financeira e nos resultados financeiros da organização.

Resmi, Pahlevi e Sayekti (2021) determinaram o efeito da literacia financeira e fiscal tributária no desempenho dos micros, pequenas e médias empresas (MPM) da cidade de

Yogyakarta na Indonésia e identificaram que a literacia financeira teve um efeito na vantagem competitiva e no desempenho das MPMs, contudo, a literacia fiscal tributária não teve efeito sobre esse desempenho. Verifica-se a não convergência nos achados de Batrancea *et al.* (2018) e Resmi, Pahlevi e Sayekti de 2021 em relação aos impactos que a literacia fiscal tributária podem gerar no desempenho empresarial, uma vez que Batrancea *et al.* (2018) encontraram esse efeito.

É possível que tal divergência ocorra pelas diferenças culturais, sobretudo no que tange a amostra do estudo de Resmi, Pahlevi e Sayekti de 2021 o qual centrou-se numa cidade da Ilha de Java na Indonésia, ao contrário da amostra do estudo de Batrancea *et al.* (2018) que abrange empresas da Romênia e do Brasil. Tendo em vista que o desempenho financeiro passa pela tomada de decisões financeiras, pesquisas que busquem investigar o efeito da literacia fiscal tributária na tomada de decisão financeira podem contribuir para elucidar o efeito no desempenho financeiro.

Segundo a OCDE (2017), a alfabetização financeira é uma importante ferramenta para a compreensão e operação no contexto da crescente complexidade e variedade de produtos financeiros disponíveis. Assim, a alfabetização e a educação financeira estão no contexto de melhorias pessoais, orçamentárias, econômicas e na capacidade de investimento, em prol do aumento dos níveis gerais de investimento em um país e da consecução de uma menor probabilidade dos operadores tomarem más decisões financeiras.

Batrancea *et al.* (2018), corroboram o parecer da OCDE em sua conclusão sobre o aumento de interesse em relação a literacia financeira advindo de pessoas comuns, e não por profissionais da área, ao salientarem que as buscas na internet pelos termos 'sustentabilidade' e 'imposto' têm despertado um interesse crescente nos últimos seis anos, especialmente na Europa, Sul da Ásia, Austrália, América do Norte, África e Sudeste Asiático. Ainda segundo os autores, os conhecimentos mais buscados por usuários da rede referem-se aos diferentes tipos de impostos diretos e indiretos, documentos tributários padrão, cálculos e ferramentas de cálculo, reembolsos, créditos ou métodos de pagamento de impostos.

Diante da instabilidade política-econômica instaurada no país na atualidade é válido inserir a literacia financeira e fiscal tributária de forma criativa nas empresas visando a melhoria do desempenho, acalentando o crescimento dos negócios e alcançando competitividade, além de fornecer uma visão de melhoria da educação financeira e tributária como um catalisador para mudanças.

No que tange à efetividade e empenho em executar ações que visem a implementação de programas de educação financeira à população com o intuito de preparar a sociedade

brasileira para o enfrentamento de problemas financeiros, o Banco Central do Brasil com o Voto 184/2019-BCB de 11/09/2019 procurou colocar em prática o estabelecimento de princípios que oportunizem a promoção de ações de educação financeira em prol de melhor conscientização sobre a responsabilidade e comprometimento de levar educação financeira à população de forma equânime.

Em 2020, com a implementação das novas diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o Ministério da Educação (MEC) estabeleceu a obrigatoriedade do ensino de educação financeira nas escolas de todo o país com o oferecimento de teorias, estudos e conceitos básicos econômicos e financeiros como um conteúdo transversal da disciplina matemática. Assim, temas como inflação, taxas de juros, rentabilidade, investimento, impostos e aspectos relacionados ao sistema monetário nacional e mundial, a fim de desenvolver nos discentes, maior entendimento sobre conteúdos ligados à administração financeira. Não obstante, o fornecimento de conhecimentos para donos de empresas e Estado sobre a importância da alfabetização financeira e fiscal tributária para as empresas representa um grande avanço.

O referido estudo fornecerá conhecimentos adicionais acerca dos padrões de relações de alfabetização financeira, alfabetização fiscal tributária e desempenho, crescimento de negócios e vantagem competitiva para as empresas. Acerca das implicações teóricas, vale destacar como diferencial do estudo a avaliação e o reconhecimento sobre as principais singularidades que permeiam e influenciam a alfabetização financeira a partir de elementos como idade, gênero, experiência administrativa, nível educacional e educação/treinamento sob a égide da literacia financeira como uma concepção importante na garantia da brilhantura de uma intenção ou projeto empreendedor.

Na busca realizada nas bases de dados científicas *Web Of Science* e *Scopus* no dia 29 de novembro do ano de 2021, utilizando-se os termos '*Financial Literacy*' e '*Decision*', bem como '*Tax Literacy*' e '*Decision*' não gerou identificação de artigos que tratassem de forma simultânea da temática, evidenciando uma lacuna de conhecimento. Com o propósito de gerar conhecimento que venha mitigar a lacuna existente e contribuição prática para diminuir a mortalidade dos negócios dos empreendedores brasileiros, este estudo propôs-se a responder a seguinte questão de pesquisa: Maior literacia financeira e fiscal tributária melhoram decisões financeiras empresariais?

A contribuição teórica está diretamente relacionada à resposta do problema de pesquisa, enquanto a contribuição prática está relacionada ao diagnóstico da literacia financeira e fiscal tributária dos gestores e empreendedores brasileiros.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Para responder ao problema de pesquisa proposto, este estudo teve como objetivo identificar se uma maior literacia financeira pessoal e fiscal tributária melhoram decisões financeiras empresariais com gestores e empreendedores brasileiros.

1.2.2 Objetivos Específicos

Para alcançar o objetivo proposto, buscou-se:

- Identificar e analisar o nível de alfabetização financeira dos gestores e empreendedores brasileiros, este influenciado pelos fatores: idade, sexo e escolaridade;
- Identificar e analisar o nível de alfabetização fiscal tributária dos gestores e empreendedores brasileiros;
- Identificar e analisar a influência da alfabetização financeira pessoal em relação à alfabetização fiscal tributária;
- Identificar a influência da literacia financeira pessoal na qualidade de decisão dos gestores e empreendedores brasileiros;
- Identificar a influência da literacia fiscal tributária no processo de decisão dos gestores e empreendedores brasileiros;
- Identificar a influência da literacia financeira pessoal e literacia fiscal tributária na qualidade de decisão dos gestores e empreendedores brasileiros.

Almejou-se com este estudo gerar impacto social, fornecendo aos gestores e empreendedores brasileiros conhecimentos sobre a relação entre alfabetização financeira, alfabetização fiscal tributária e processo de decisão financeira. Além disso, a proposta buscou oferecer um diagnóstico da literária financeira e fiscal tributária dos gestores e empreendedores brasileiros que participaram da pesquisa. Não obstante, o conhecimento adquirido serve de estímulo para as PMEs adquirirem mais consciência e entendimento sobre os processos que envolvem as decisões empresariais e os ganhos de desempenho e resultados.

1.2.3 Hipóteses da Pesquisa

As hipóteses da pesquisa permeiam a efetividade de resposta em relação ao objetivo da

pesquisa que é identificar se uma maior literacia financeira pessoal e fiscal tributária melhoram decisões financeiras empresariais com gestores e empreendedores brasileiros nos assuntos relacionados à educação financeira e fiscal tributária. Com isso, a metodologia para o desenvolvimento deste trabalho terá como premissa a aplicação de análise das hipóteses.

Como o presente estudo baseia-se em uma problematização e formulação de hipótese, de acordo com Gil (2019), torna-se adequado a utilização do método hipotético-dedutivo, formulado por Karl Popper. Este método é importante para ter uma dimensão de trabalhos que adotaram metodologia semelhante, ou ainda tiveram o mesmo arcabouço teórico bem como a unidade de análise do estudo e os procedimentos de coleta e análise de dados.

Para tanto, este estudo analisará as seguintes hipóteses (H): **(H1)** Os gestores e empreendedores brasileiros do sexo masculino apresentam um nível de LFP maior que o feminino? **(H2)** Quanto maior o nível de escolaridade dos gestores e empreendedores brasileiros, maior o nível de LFP? **(H3)** Quanto maior a idade dos gestores e empreendedores brasileiros, maior o nível de LFP? **(H4)** A LFP impacta positivamente a QDE? **(H5)** Os gestores e empreendedores brasileiros do sexo masculino apresentam um nível de LFT maior que o feminino? **(H6)** Quanto maior o nível de escolaridade dos gestores e empreendedores brasileiros, maior o nível de LFT? **(H7)** Quanto maior a idade dos gestores e empreendedores brasileiros, maior o nível de LFT? **(H8)** Quanto maior o nível de LFP, maior o nível de LFT? **(H9)** A LFT impacta positivamente a QDE? **(H10)** Quanto melhor o CPFP, melhor o CPFT?

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Finanças Comportamentais: Superando a Abordagem Neoclássica

A abordagem tradicional de finanças corporativas centra-se na gestão baseada no valor da empresa em um conjunto de três princípios das teorias neoclássicas: o comportamento racional, o modelo de precificação de ativos fixos, e os mercados eficientes. Pesquisas na literatura mostram que uma suposição meramente racional do comportamento dos executivos e investidores não pode ser feita em sua totalidade (SHAH, 2013).

Os proponentes das finanças corporativas comportamentais argumentam que os fatores psicológicos desafiam o paradigma tradicional das teorias neoclássicas (SHEFRIN, 2001). Acredita-se, que os fenômenos psicológicos não permitem que os tomadores de decisões as tomem de maneira meramente racional. Em termos de irracionalidade do investidor, de acordo com Shah (2013) muitos trabalhos científicos sobre psicologia cognitiva e finanças comportamentais demonstram que os investidores tendem a ser muito confiantes em seus conhecimentos e habilidades técnicas, além de serem vulneráveis a erros sistemáticos de análises e tomada de decisões, dessa forma, essas distorções podem acabar criando preferências nos investidores.

O comportamento financeiro corporativo integra estudos psicológicos que investigam a tomada de decisão financeira por empresas, os desvios que ocorrem sob condições de incerteza e a crítica à teoria neoclássica de finanças corporativas, abrangendo duas abordagens principais: a primeira, baseia-se nos impactos do comportamento irracional do investidor em executivos corporativos racionais; e a segunda, baseia-se na análise de como as decisões executivas irracionais afetam o valor de uma empresa (BAKER; BRADLEY; WURGLER, 2013; SHAH, 2013). Apesar da separação teórica dessas duas abordagens, os autores convergem em afirmar que nem os investidores nem os executivos se comportam de maneira inteiramente racional ao tomar decisões, por isso, elementos de ambas as abordagens devem ser avaliados em conjunto.

Finanças comportamentais, também entendida como economia comportamental, procura entender e quantificar o impacto das emoções, da psicologia e do comportamento dos indivíduos em atividades de investimento e decisões financeiras. As finanças comportamentais abrangem o campo das ciências sociais, da psicologia e da sociologia. Desde seu surgimento na década de 1970 a partir do pressuposto de que as teorias dominantes, denominadas tradicionais, têm a capacidade de compreender a totalidade do comportamento financeiro de executivos, investidores e tomadores de decisões nas

organizações. Anomalias e incoerências das teorias tradicionais, que se baseiam meramente na racionalidade, levaram pesquisadores de finanças comportamentais a procurarem novos modelos.

Economia comportamental, segundo Belsky e Gilovich (1999), combina as disciplinas da psicologia e economia para explicar e justificar como as pessoas tomam decisões sobre quanto gastam, investem, poupam ou tomam empréstimos, aparentemente, de forma irracional ou ilógica. Para Mahmood *et al.* (2011), é importante descobrir e remediar os desvios constatados da tomada de decisão racional nos processos de investimentos.

As teorias de finanças comportamentais começam a surgir de forma mais consistente, na década de 1980 (DAVIES; BROOKS, 2014). Graças a testes empíricos sobre padrões de investimento, pode-se perceber que o mercado não era tão eficiente como descrito pela hipótese do mercado.

Kahneman e Tversky (2013) debruçaram-se sobre as diversas razões que fazem os indivíduos agirem de maneira inconsistente com a teoria econômica tradicional e propuseram Teorias Heurísticas como base para uma teoria alternativa, abrindo espaço então, para as finanças comportamentais. As pesquisas e colaborações de Tversky e Kahneman foram de grande importância para a área de teorias financeiras, a ponto de lhe renderem um Nobel de Economia no ano de 2002 e, até hoje os autores representam a base para os estudos e análises do comportamento financeiro de investidores e executivos e todo o mundo, despertando o interesse de diversos estudiosos, a fim de compreender cada vez mais a teoria e sua aplicabilidade empírica.

O estudo das finanças comportamentais tem seu âmago na compreensão de que as pessoas tendem a tomar decisões influenciadas por vieses sistemáticos heurísticos baseados em crenças e preferências. Os vieses baseados em crenças abrangem: excesso de confiança, otimismo e pensamento positivo, representatividade, conservadorismo, perseverança de crença e viés de confirmação, ancoragem, disponibilidade, emoção e cognição. Já os vieses baseados em preferências baseiam-se no enquadramento (*framing*), padronizado e ortodoxo, de um problema ou situação, e incluem: aversão à ambiguidade, aversão à perda/riscos, hedonismo, aspectos cognitivos, emocionais e autocontrole, arrependimento e ilusão de dinheiro (KAHNEMAN, TVERSKY, 2013; DE BONDT; THALER, 1985; SHEFRIN, 2001).

Os estudos em finanças comportamentais vêm ganhando espaço, especialmente, no meio internacional, com vasta literatura acerca do comportamento financeiro nos processos de tomada de decisões de risco, estudo dos mais diversos vieses heurísticos e cognitivos que a teoria aborda efeitos emocionais relacionados a esses processos, dentre outros. As finanças

comportamentais identificam-se como uma proposta teórica alternativa à teoria da utilidade esperada (LIMA, 2019; YULIANTO *et al.*, 2019).

Em síntese, a finança comportamental é definida como um campo teórico de pesquisa que afirma que as variáveis psicológicas e comportamentais dos indivíduos interferem e são diretamente envolvidas em suas atividades nas finanças corporativas e decisões de investimento. É dentro deste campo, que este trabalho se desenvolve.

2.2 Literacia Financeira e Literacia Fiscal Tributária: Conceitos Interrelacionados

Remund (2010) afirma que a definição alfabetização financeira varia de acordo com as habilidades, necessidades e experiências de uma pessoa. Para Lee e Yu (2004), a alfabetização financeira deve ser considerada por todos como um conhecimento básico que as pessoas precisam para sobreviver em uma sociedade moderna. Já a literacia fiscal é um conceito bastante novo e ainda em desenvolvimento, altamente relacionado à alfabetização financeira (BARROSO; FALCÃO, 2015).

A alfabetização financeira pode ser concebida de forma ampla ou estrita. Em uma perspectiva mais ampla, a alfabetização financeira pode ser declarada como a compreensão da economia e circunstâncias econômicas influenciam as decisões das unidades familiares. Alfabetização financeira, conhecimento financeiro e educação financeira frequentemente têm sido utilizados intercambiavelmente tanto como parte da redação acadêmica quanto na mídia popular (ANDRADE; LUCENA, 2018). Nessa perspectiva, Barroso e Falcão (2015) afirmam que literacia fiscal consiste numa dimensão de literacia financeira. Ferreira (2017) refere que os termos “educação financeira” e “alfabetização financeira” são, por muitas vezes, utilizados como sinônimos. A autora referiu-se à educação financeira como conhecimento ou entendimento sobre a importância do dinheiro e o uso do dinheiro.

Para responder à pergunta, "O que é alfabetização financeira", o *National Finance Educators Council* dos EUA (2006), numa perspectiva mais detalhada propôs-se a definir cada um dos termos para finalmente chegar ao conceito de que a definição de finanças se aplica a qualquer negócio que envolva dinheiro, e a definição de alfabetização refere-se ao conhecimento ou competência. Assim, a Alfabetização Financeira versa sobre como o conhecimento e competência lidam com o dinheiro.

Em casos que os indivíduos são alfabetizados financeiramente há o entendimento sobre diversos tópicos financeiros, embora essa concepção não signifique que eles serão capazes de tomar decisões em relação ao gerenciamento do dinheiro. Todavia, nem sempre a

tomada de decisão em relação à gerência do dinheiro será realizada de forma correta pois envolvem os sentimentos.

As pessoas são consideradas alfabetizadas financeiramente se forem competentes e puderem demonstrar que usaram o conhecimento que aprenderam (MOORE, 2003). Esse conhecimento inclui o entendimento de diferentes opções financeiras e a tomada de decisões financeiras corretas para um melhor planejamento futuro. Segundo Fernandes, Lynch Jr e Netemeyer (2014), a alfabetização financeira concentra-se em ferramentas essenciais de administração de dinheiro, como seguros, investimentos, orçamento e economia.

Lusardi e Mitchell (2014) conceituaram alfabetização financeira como a capacidade de fazer cálculos relacionados às taxas de juros, compreensão da inflação e compreensão da diversificação de riscos. Posteriormente, Lusardi e Mitchell (2017), vincularam o conhecimento financeiro às habilidades de gerenciamento de recursos financeiros como poupança, investimentos, seguros e outros diretamente relacionados. As autoras defendem que a literacia financeira é alcançada quando os indivíduos possuem completo discernimento sobre seus bens e são capazes de efetuar escolhas financeiras coerentes em seu cotidiano.

Anshika, Anju e Mallik (2021) enfatizam que os achados encontrados nas pesquisas servem para implementar e formular políticas que visem a melhoria do nível de alfabetização financeira de empreendedores, isto posto, o aumento do nível de escolaridade estaria proporcional ao nível de alfabetização financeira. A pesquisa ocorreu por meio de um questionário estruturado entregue a 375 empreendedores do Estado de Punjab na Índia.

Os mesmos autores chamam a atenção para inclusão de cursos básicos relacionados a finanças em escolas e universidades com componentes curriculares ligados ao planejamento financeiro, tributos e conhecimentos sobre demonstrações financeiras e números ligados aos cálculos de responsabilidade fiscal. A pesquisa incute que os achados são imprescindíveis ao desenvolvimento e implementação de treinamentos financeiros, teóricos e práticos, a fim de maximizar o nível de alfabetização financeira de todos os tipos de empreendedores. Ademais, a pesquisa mostrou uma dominância do sexo masculino nos setores das empresas, o que mostra a necessidade pujante de acoroçoar as mulheres a se tornarem empreendedoras.

García-Pérez-de-Lema, Ruiz-Palomo, e Diéguez-Soto (2021) retrataram que uma pesquisa com 310 empreendedores de PMEs espanholas mostrou que a alfabetização financeira do CEO influencia diretamente no desenvolvimento financeiro da instituição, além disso, a inovação tecnológica está diretamente atrelada ao refrigério das restrições financeiras que impactam direta ou indiretamente a empresa.

Alexander e Balavac-Orlic (2022) elencam em sua pesquisa que há uma relação

proximal entre a concepção e percepção de justiça tributária, e a moral tributária vinculada ao nível de alfabetização financeira e tributária. Os resultados mostraram que o efeito moderador da justiça tributária é substancialmente negativo para níveis baixos de alfabetização financeira e tributária, e apresenta uma melhora progressiva com o progredimento da alfabetização. Além disso, a pesquisa baseada nas respostas de 627 americanos dos EUA e Reino Unido apontou que a moral tributária avança à medida que o sistema tributário se apresenta justo, todavia, o impacto é expressivo somente para níveis de alfabetização financeira maiores.

Por meio de um estudo randomizado, Kaiser e Menkhoff (2022), mostraram a importância de aprendizagens ativas ligadas à educação financeira oferecida a varejistas na zona rural de Uganda, em detrimento a uma metodologia mais tradicional baseada apenas em palestras e planos de aulas estandardizados. Os achados apontaram para uma maior relevância de aplicabilidade de conhecimentos sobre educação financeira a partir de uma metodologia mais participante e eficiente em desfavor de um modelo mais engessado de palestras. Isto posto, a aprendizagem financeira ativa teve um efeito assertivo em relação a investimentos e poupanças.

Na pesquisa de Potrich *et al* (2015) foi evidenciado que a alfabetização financeira representa uma singularidade relevante pela qual os indivíduos alcançam um status financeiro favorável e exitoso. Essa pesquisa mostrou que a partir da aplicabilidade de três escalas de aferição que levaram em conta a atitude financeira, o comportamento financeiro e o conhecimento financeiro, tanto homens quanto mulheres apresentaram nível de alfabetização significativo, todavia, os indivíduos do sexo masculino possuíram média de nível de alfabetização financeira maiores em comparação ao sexo feminino. A partir da Modelagem de Equações Estruturais (SEM) os dados coletados sugestionaram que a alfabetização financeira é o resultado da combinação de conhecimento, comportamento e atitudes financeiras.

Dentro do mesmo viés das pesquisas descritas nos parágrafos anteriores, Wahyono e Hutahayan (2021) mostram que o desenvolvimento de competências de negócios, condições de desempenho e inovações mercadológicas são influenciadas pela alfabetização financeira, pois, esse tipo de educação oportuniza o desenvolvimento das capacidades envolvidas em processos de tomada de decisões financeira e de aplicação de ferramentas de gestão em prol do melhoramento do desempenho e da inovação dentro do âmbito empresarial. Os dados da pesquisa foram coletados de PMEs do ramo têxtil que tinham entre 5 e 99 funcionários na província de Bali e Java na Indonésia no ano de 2016. Houve como resultado da pesquisa o entendimento que a orientação para o mercado afeta de modo positivo o desempenho dos negócios, e a alfabetização financeira influencia de modo assertivo o desempenho geral dos

negócios.

A OCDE define alfabetização financeira não apenas como conhecimento e a compreensão dos conceitos e riscos financeiros, mas como habilidades, motivação e confiança para aplicar tais conhecimentos e compreensão, a fim de tomar decisões financeiras eficazes (LUSARDI, 2017). Huston (2010) corrobora a OCDE ao definir sucintamente o conhecimento financeiro como a compreensão dos principais termos e conceitos financeiros necessários para funcionar diariamente na sociedade. Pode-se dizer que a OCDE amplia o conceito de literacia financeira se levar em consideração o conceito proposto pelo *National Finance Educators Council*.

De acordo com a OCDE (2004), a capacidade financeira de uma pessoa pode ser definida como a qualidade de detenção de conhecimentos, competências e condutas orientadas para a execução de julgamentos razoáveis e eficazes no tocante ao uso e administração de recursos financeiros. Tal conceito compreende, de forma mais específica, a posse e aptidão para o uso de ferramentas financeiras adequadas capazes de auxiliar o indivíduo a exercer suas escolhas no mundo real. Ainda segundo a OCDE, uma pessoa financeiramente capaz é aquela que possui conhecimento, habilidade e confiança para estar ciente das oportunidades financeiras, fazer escolhas e tomar decisões efetivas com o intuito de melhorar seu bem-estar financeiro em um ambiente propício para a capacitação financeira (OCDE, 2004).

Andrade e Lucena (2018) mencionam a expressão educação financeira como literacia financeira, entretanto, para OCDE a educação financeira é caracterizada como processos e procedimentos pelos quais investidores e/ou consumidores aprimoram suas respectivas compreensões no que tange os conceitos e riscos financeiros relativos às suas aquisições e/ou decisões de investimentos, por meio de regulamentos, diretrizes, bem como atividades práticas de modo que tais conhecimentos capacite-os e ampliem suas habilidades na tomada de decisões financeiras ao tornarem-se mais atentos aos potenciais riscos e oportunidades (OCDE, 2005).

Para Sünbül, volkan; buğan, üyesi mehmet Fatih (2021)_ todo o desempenho empresarial está diretamente atrelado aos níveis de alfabetização. Isto posto, a pesquisa dos autores com aplicação de 206 questionários a empresários demonstrou que o nível de alfabetização financeira afeta de modo significativo e positivo o desempenho empresarial.

Na visão de Marco Canton, Vanessa Barichello, Rodrigo (2019) as questões relacionadas ao insucesso de empreendimentos estão associadas aos níveis ínfimos de conhecimento em gestão empresarial e à perspectiva financeira. Por meio de uma pesquisa

descritiva de abordagem quantitativa, o estudo revelou que o nível de alfabetização dos empreendedores é relativamente alto, em sua maioria jovem e do sexo masculino. Em relação à alfabetização financeira a amostra levou em conta três construtos: o comportamento financeiro, o conhecimento financeiro e a atitude financeira. Ademais, os achados indicam que ao comparar os níveis de alfabetização dos empreendedores pré-incubados com os incubados, percebe-se que os empreendedores que possuem mais tempo de incubação possuem melhores níveis de alfabetização, corroborando de forma conclusiva que o tempo e a experiência vicinal à incubadora resultam em súperas atitudes, comportamentos e conhecimentos financeiros.

A forte correlação entre a alfabetização financeira e o desempenho e sucesso dos negócios é descrita pela pesquisa de Siyanbola, Tejumade O (2018) ao investigar o vínculo entre a alfabetização financeira de alguns empreendedores e as condições de desempenho. Os dados foram coletados de 120 empreendedores por meio da aplicação de um questionário que revelou a oportunidade de melhoria financeira contínua com uma alfabetização financeira adequada, além disso, houve uma elevação da participação de mercado, decisões progressistas e um desenvolvimento sustentável.

Huston (2010) defende que a alfabetização financeira difere da educação financeira, referindo que a educação financeira serve como espécie de matéria prima para o aumento de capital humano do indivíduo, especialmente para o conhecimento e alfabetização financeira. A educação financeira é o processo pelo qual se obtém literacia financeira e, portanto, não se confunde com ele.

Indivíduos que detém maior conhecimento sobre finanças apresentam maior probabilidade de se envolver com práticas financeiras recomendadas, ao contrário de suas contrapartes que, mesmo apresentando elevado nível de confiança, apresentam a tendência em tomar decisões equivocadas que podem lhe causar elevados danos futuros, ademais, a falta de alfabetização financeira está associada à má tomada de decisões financeiras, principalmente em relação às escolhas de investimento, planejamento e decisões de empréstimos (ANDERSON; BAKER; ROBINSON, 2017).

A literacia financeira é uma ferramenta significativa para a gestão das finanças empresariais, existindo inclusive estudos como o de Hilgert, Hogarth e Beverly (2003) e mais recentemente o de Lusardi e Mitchell (2017) que traçaram relação entre a literacia financeira e o comportamento de consumo/financeiro conhecido como o do autobenefício.

A literacia financeira tem recebido crescente atenção e, recentemente, nos mercados emergentes como determinante crítico do bem-estar individual (YULIANTO *et al.*, 2019). A

literatura sobre literacia e alfabetização financeira pode ser categorizada em três áreas principais. A primeira busca medir o nível de alfabetização financeira em diferentes áreas demográficas (AGNEW; HARRISON, 2015; CHARDON; FREUDENBERG; BRIMBLE, 2016; HUSSAIN; SALIA; KARIM, 2018); a segunda área investiga os efeitos da literacia financeira e fiscal nas decisões, como pessoas físicas e jurídicas (KRAMER, 2016; LUSARDI *et al.*, 2017); e a terceira área estuda os efeitos da educação financeira. Um debate central, considerando as características socioculturais, permeia o questionamento sobre a possibilidade de superação do analfabetismo financeiro na atualidade (FERNANDES; LYNCH JR; NETEMEYER, 2014; MOUČKOVÁ; VÍTEK, 2018).

Já literacia fiscal consiste em conhecimentos orientados predominantemente para impostos, necessários para gerenciar cálculos tributários/fiscais. Seu objetivo acaba por ser o de auxiliar as pessoas a receberem informações sobre impostos, leis e planejamento tributários e acurácia fiscal, explicando-lhes o seu funcionamento de forma detalhada (BARROSO; FALCÃO, 2015).

Debates acerca da literacia fiscal não são generalizados, bem como seu conceito não é discutido de forma ampla, sendo dos seus requisitos para consolidação, notoriamente reconhecido pela literatura, o da alfabetização básica, assim como para a literacia financeira. De forma mais sucinta, a capacidade de ler e escrever são especialmente necessários para a correta compreensão e interpretação das leis, procedimentos e carga tributária/fiscal (HUSTON, 2010). Essa situação é corroborada nas pesquisas descritas na tabela 1 a partir da análise da síntese de inúmeras formas de apreciação da alfabetização financeira e da educação financeira, suas dimensões, categorias e variáveis elencadas por alguns autores e pesquisadores. Isto posto, a educação financeira está relacionada com o desenvolvimento de habilidades que versam e direcionam a tomada de decisão de forma pontual e assertiva em prol de uma aprazível gestão de finanças, enquanto que a alfabetização financeira é verificada como a aptidão ou competência do indivíduo para a aplicação dos conhecimentos e habilidades adquiridas.

A capacidade de cumprir as obrigações fiscais em tempo hábil, preparar requerimentos de devoluções com precisão e reivindicar todos os direitos disponíveis certamente afetaria a posição financeira geral de qualquer pessoa que não detivesse tais conhecimentos. Dessa maneira, entende-se que se as questões fiscais não passarem a ser seriamente consideradas poderão haver riscos significativos para a riqueza individual e para a economia, visto que o desconhecimento é um dos fatores que causam o não cumprimento das responsabilidades fiscais pelo contribuinte (RESMI *et al.*, 2019; YULIANTO *et al.*, 2019).

O conhecimento tributário combina informações sobre regras e políticas tributárias com as habilidades financeiras necessárias no cálculo das consequências econômicas para os contribuintes (FERNANDES; LYNCH JR; NETEMEYER, 2014).

Tabela 1: Pesquisas relacionadas à Literacia Financeira

Autor	Ano	Título	Amostra da pesquisa	Resultado
Alexander, P., & Balavac-Orlic,	2022	Tax morale: Framing and fairness.	627 cidadãos dos EUA ou do Reino Unido	Variação sistemática do efeito da justiça fiscal condicionada ao FTL. A moral tributária melhora de acordo com a justiça do sistema tributário e os níveis mais altos de alfabetização.
Grohmann, A., Hübler, O., Kouwenberg, R., & Menkhoff, L.	2021	Financial literacy: Thai middle-class women do not lag behind.	530	Demonstram que um maior grau de alfabetização financeira está relacionado a variáveis, como melhor educação, mais renda, etc., independente do gênero.

Fonte: Autor (2022).

De acordo com Bhushan e Medury (2013), a alfabetização fiscal visa o fornecimento de informações sobre impostos e a inexistência de categorias/tipos de impostos de modo que os indivíduos sejam capacitados em relação à execução de seus deveres fiscais de forma independente ou subsidiado por profissionais qualificados.

Ao adquirir conhecimentos básicos de tributação e gastos públicos, os indivíduos tornam-se capazes de gerenciar com eficiência suas finanças pessoais e entender a lógica básica dos possíveis efeitos da política fiscal. Por outro lado, na inexistência de conhecimentos básicos sobre tributação, os mesmos indivíduos estarão propensos a problemas como endividamento ou não cumprimento de suas obrigações fiscais (MUTASCU; DANULETIU, 2013; MAYBUROV; LEONTYEVA, 2017).

Dessa forma, uma pessoa é considerada funcionalmente alfabetizada em impostos se puderem ler e entender os relatórios fiscais, se envolver de forma independente em vários cálculos tributários e estiver ciente dos possíveis riscos tributários em seu ambiente

financeiro, não podendo ser considerado um cidadão literado em sua totalidade se souber cumprir apenas parte de seus deveres fiscais.

2.3 Literacia Financeira nas pequenas e médias empresas

2.3.1 Literacia Financeira e Sobrevivência

As PMEs têm trazido grandes benefícios não só para a economia, mas também para a sociedade em geral. No Brasil, as PMEs empregaram em 2016, conforme edição mais recente do Anuário do Trabalho desenvolvido pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), mais de 13,3 milhões de pessoas em empregos formais, o que representa mais de 75% de todos os empregos (SEBRAE, 2018). Ademais, conforme relatório do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), em 2019 os pequenos negócios foram responsáveis por gerar 60.750 novos empregos no mês de janeiro, demonstrando a importância do setor para a criação de novas fontes de renda ao longo do país, auxiliando muitas pessoas (SEBRAE, 2019).

No entanto, as PMEs são limitadas por desafios que dificultam sua competitividade e crescimento, o que pode ser conferido ao fato de que o setor em que elas estão incluídas é reconhecidamente volátil, havendo um grande volume de fechamento e surgimentos de negócios, que podem configurar as razões pelas quais o Estado buscou o desenvolvimento destas empresas com a criação de políticas públicas de incentivo, como é o caso do Simples Nacional (ZARLENGA; BEVILAQUA, 2018).

A alta taxa de falências das PMEs implica que elas são limitadas em sua capacidade de criar empregos sustentáveis em um longo prazo, bem como podem ser responsáveis pelo grande número de desempregos e redução de riquezas nacionais. Como Godarth e Leismann (2016, p. 4-5) indicam que:

Os principais motivos para o fechamento, a princípio destacados por este estudo, são: abertura sem conhecimento do negócio (preços, mercado, concorrência); abertura sem pesquisa de mercado para o ramo (planejamento prévio); início da atividade com limitação de recursos financeiros (capital insuficiente); falta de conhecimento de custo, formação de preço de venda e gerenciamento; falta de aptidão ou capacitação do empreendedor para a gestão empresarial; falta de consultoria e assessoria desde o estudo para abertura da empresa; e, volume de vendas insuficiente e/ou número escasso de clientes (GODARTH; LESMANN, 2016, p. 4-5).

No período inicial de operação das PMEs ocorrem problemas comuns que perturbam sua sobrevivência e desenvolvimento são mais prováveis caso não haja um bom controle financeiro, não sendo inusitado que estas encontrem dificuldades que as façam tomar decisões

precipitadas que coloquem em risco sua saúde financeira e, no caso de seus empreendedores, sua saúde física e mental. Isso ocorre pela insuficiência de experiência e recursos, reprimindo a capacidade de se atentar e compreender as mudanças econômicas que ocorrem de forma constante. Apesar de sua importância, o setor é marcado por inúmeros desafios que reduzem o seu crescimento e bom desempenho, sendo um deles a falta de informações e capacidades financeiras para gerir os negócios.

Atkinson (2017) elenca a pouca ou nenhuma habilidade de gerenciamento e a ausência de literacia financeira como impasses ao desenvolvimento e crescimento das pequenas e médias empresas. A autora ainda mostra que [...] é consistente com outros resultados que sugerem que os baixos níveis de educação financeira aumentam as dificuldades de acesso ao financiamento nos estágios iniciais da criação de empresas (ATKINSON, 2017, p. 25).

Isso é atribuído aos baixos níveis de educação e à falta de informações adequadas e registros comerciais que impedem seu crescimento financeiro e a obtenção de resultados financeiramente sugeridos (ATKINSON; MONTICONE; MESS, 2016).

Lusardi (2008, p. 19), ao tratar dos programas de educação financeira, mostra que a população em geral apresenta “falta de informação e conhecimento financeiro” que, se relacionado aos desafios enfrentados pelas PMEs, torna difícil que elas atinjam o desempenho desejado no que diz respeito à liquidez, lucratividade e gestão de recursos financeiros.

A necessidade de priorizar a alfabetização financeira nunca aparentou ser tão urgente quanto o presenciado nas últimas duas décadas, sobretudo considerando as falhas do mercado financeiro de 2008 que abalou as estruturas básicas não só do setor econômico-financeiro, mas de todas as sociedades do planeta. Essa situação expôs a fragilidade dessa esfera, capaz de causar danos catastróficos para aqueles mais qualificados na área, quem dirá para aqueles que foram pegos sem preparações prévias (KOVÁCS; TERTÁK, 2016).

A crise financeira global de 2008 afetou todos os setores das economias em certa medida (KLAPPER; LUSARDI; PANOS, 2012). Aparentemente, a crise financeira afetou adversamente a maioria das MPEs, reduzindo a taxa de desenvolvimento e aumentando o número de falências. Estas empresas são consideradas como umas das mais sensíveis e mais facilmente afetadas pelo clima econômico e estão entre as primeiras a serem atingidas pelos efeitos da crise financeira mundial (PROENÇA *et al.*, 2014).

Sobre a relevância dos impactos da referida crise é que KOVÁCS; TERTÁK, (2016) buscaram avaliar o nível de alfabetização financeira, consciência e autopercepção da população russa antes e após este evento histórico. O estudo foi realizado entre 2008 e 2010, a partir da aplicação de questionários em todas as regiões da Rússia, tendo contado com 9.600

participantes maiores de 18 anos. Desta expressiva amostragem a autora pode concluir que, ainda que os níveis de alfabetização financeira tenham permanecido baixos durante o intervalo de tempo avaliado, a sua percepção acerca do seu conhecimento foi alterada, por isso, os entrevistados demonstraram-se mais preparados para situações semelhantes. Dessarte, é efetiva a importância do processo de alfabetização para a população em prol da oportunização de desenvolvimento das habilidades de proteção e redução dos efeitos catastróficos financeiros.

A falta de planejamento, financiamento insuficiente e a falha na gestão representam os principais fatores de desenvolvimento da vulnerabilidade que limitam ou impedem o alcance dos objetivos impedindo seu crescimento e reduzindo sua solvência. A falta de habilidade em alfabetização financeira também foi identificada como uma das restrições mais sérias que as PMEs enfrentam e prejudicam sua sustentabilidade (HUSSAIN; SALIA; KARIM, 2018).

O estresse financeiro é um problema significativo que afeta indivíduos, famílias e comunidades e é perpetuado por uma complexa gama de fatores que podem causar efeitos catastróficos, de curto e longo prazo, para indivíduos, famílias e comunidades. Assim, muitas famílias são capazes de sobreviver a um episódio de estresse financeiro, desde que sejam suficientemente alfabetizadas financeiramente e possuam condições que lhe auxiliem a superar estes desafios.

Segundo Kosminsky, Nascimento e Oliveira (2020), o estresse financeiro refere-se ao estresse resultante de uma situação financeira intensa, podendo ou não incluir fatores pessoais, familiares e outras condições financeiras em geral. Idris, Krishnan e Azmi (2017), no entanto, estendem nessa definição a incorporação de dificuldades econômicas, restrições e estresse.

A experiência comum das pessoas que passam por estresse financeiro é o isolamento, o desespero e a depressão, muitas vezes, acompanhados de problemas de relacionamento e abuso de substâncias. O estresse financeiro foi apontado como um precursor para a exclusão financeira entendida como a incapacidade de acessar instituições financeiras tradicionais, forçando os indivíduos a usar credores adicionais com altas taxas de juros, o que leva ao aumento de dívidas para patamares além do controle do indivíduo, motivo pelo qual é fator a se considerar quando observar a literacia financeira e seus efeitos (SOUZA, 2017).

Novos estudos realizados sobre a temática proporcionam maior visibilidade e relacionam a alfabetização financeira com variáveis pouco observadas, principalmente no que diz respeito à educação financeira da população, visto que diversos estudos demonstram que grande parte das pessoas possui pouco conhecimento e interesse acerca do planejamento de

aposentadoria (ANDERSON; BAKER; ROBINSON, 2017) e outras habilidades financeiras básicas como a escolha de serviços e produtos financeiros (KRAMER, 2016). Os governos têm reconhecido, ainda que de maneira tímida, a necessidade de alfabetizar as pessoas e seus benefícios para a sociedade, setor privado e Estado. Essa situação mantém o ciclo econômico ativo em sua situação de coexistência entre a imprescindibilidade do crescimento individual e sua relação com a sociedade e com o Estado.

2.3.2 Literacia Financeira e Desenvolvimento Empresarial

A economia mundial tem como um dos seus principais suportes, na atualidade, pelos ativos intelectuais intangíveis, podendo atribuir a eles grande parcela da riqueza e crescimento vivenciados pelas empresas (XU; WANG, 2018). O desenvolvimento tecnológico e o respectivo cenário financeiro proporcionado pela indústria 4.0 serviram para revelar que muito do valor criado nesta nova realidade depende menos dos seus ativos físicos se comparado com o século XX ou, em menor escala, início do século XXI, momento em que os seus ativos intangíveis, comumente conhecidos como capital intelectual, se tornaram a base do crescimento e competitividade empresarial (COHEN; KAIMENAKIS, 2007; XU; WANG, 2018).

Nesse contexto, as categorias de ativos evidenciam que não são as companhias que possuem educação financeira, mas sim os indivíduos integrantes das empresas. Assim, para obtenção de acesso a financiamentos com maior facilidade e sem problemas futuros, a alfabetização financeira deve se fazer presente entre, no mínimo, os principais atores e tomadores de decisão (COHEN; KAIMENAKIS, 2007; SYDLER, HAEFLIGER; PRUKSA, 2014).

Dada a plethora de dificuldades enfrentadas pelas companhias e o papel essencial desempenhado por seus administradores / tomadores de decisão, a solidificação de habilidades de gestão de recursos financeiros não pode ser subestimada. As PMEs, ainda que de extrema relevância para a economia local, regional, nacional e mundial, são inúmeras em mercados emergentes, provavelmente não iniciarão com os fundos cruciais para o seu crescimento.

Isso faz com que a busca por acesso a financiamentos externos se torne algo imprescindível para alcançar sua sustentabilidade, o que se demonstrará de extrema dificuldade se somado aos fracos instrumentos financeiros que lhe são disponíveis e a notória ausência de conhecimentos e habilidades financeiras dos gestores.

Vários pesquisadores, como Hussain, Salia e Karim (2018) e Ye e Kulathunga (2019) constataram que a ausência de competência adequada nos gestores, administradores, enfim, tomadores de decisões das empresas são um dos principais motivos por trás da frustração das organizações. Bitencourt (2001) definiu as competências gerenciais, ao longo de sua tese, como um agrupamento de atitudes, condutas, informações, ideias e capacidades que colaboram para o êxito de uma pessoa e que desempenham um papel vital para o sucesso das empresas, determinando o seu crescimento na medida em que estas competências estão bem desenvolvidas.

De modo a reforçar tais apontamentos é que Huang (2019) e Wise (2013) afirmam que a falta deste conjunto de habilidades e conhecimentos gerenciais está dentre os principais fatores de fracasso das empresas, reduzindo a capacidade dos gestores em analisar as situações financeiras, prever riscos e desenvolver estratégias para uma gestão efetiva de suas empresas. Os autores são claros ao destacar que a fase de planejamento do negócio é fortemente afetada pelo seu gestor, na qual os conhecimentos financeiros e habilidades de lidar com tais informações são de extrema valia para o acesso a financiamentos seguros e moldados às necessidades do empreendimento.

Retomando ao estudo de Ye e Kulathunga (2019, p. 1) é que se reconhece a relação positiva entre o acesso financeiro e a alfabetização financeira, tendo os autores referidos que:

O resultado da modelagem de equações estruturais revelou efeitos positivos diretos da educação financeira, do acesso ao financiamento e da atitude de risco financeiro sobre a sustentabilidade. A literacia financeira também surgiu como um preditor do acesso ao financiamento e da atitude de risco financeiro. Além disso, o acesso ao financiamento e a atitude de risco financeiro foram considerados mediadores parciais da relação entre a literacia financeira e a sustentabilidade das PME (YE; KULATHUNG, 2019, p.1, tradução nossa).

De acordo com esse entendimento é que Hussain, Salia e Karim (2018) creem que a relação positiva entre a alfabetização financeira, acesso a financiamentos e o crescimento da companhia, são competências que possibilitam aos tomadores de decisão explorar seus conhecimentos, gerir melhor seus recursos e escolher de forma adequada os serviços financeiros.

Conforme afirmam Resmi *et al.*, (2019, p. 136, tradução nossa) “A literatura prova que a capacidade de uma empresa de reconhecer e acessar recursos financeiros terá impacto na taxa de crescimento da empresa”, sendo esse crescimento a soma da quantidade dos recursos com um refinamento na qualidade destes, estando esse processo de desenvolvimento da empresa relacionado à sua qualidade. Assim, é possível compreender que existe uma forte

relação entre a alfabetização financeira e o desempenho, e este, com o crescimento, direcionando a empresa à sobrevivência e o sucesso e da empresa. Além disso, é imprescindível que haja um treinamento sobre a alfabetização financeira a fim de atender às necessidades financeiras dos empresários, gerentes, comerciários e outros tomadores de decisões nas empresas, para que ocorram mudanças capazes de produzir melhorias economicamente significativas para os empreendimentos.

Portanto, com os estudos e conceitos já observados se faz possível a exposição das vantagens competitivas da alfabetização financeira, buscando, além da contribuição acadêmica já mencionada, uma contribuição prática que possa servir de incentivo aos comerciários a adquirirem os conhecimentos e habilidades relacionadas aos tópicos ora analisados.

2.3.3 Literacia Financeira e vantagem competitiva

Os gerentes e empreendedores são comumente reconhecidos como os responsáveis pelo planejamento e decisões de um negócio, encarnando papel essencial no processo decisório em questões relacionadas ao manejo e aquisição de recursos financeiros. Por este motivo é que se espera destes a capacidade de compreender, analisar, gerenciar e ditar ordens sobre as condições financeiras da empresa, ou seja, serem plenamente alfabetizados financeiramente e guiarem as PMEs para a prosperidade.

Yang, Ishtiaq e Anwar (2018) reforçam que gestores envolvidos em várias tomadas de decisão necessitam da literacia financeira para serem mais eficientes e eficazes, referindo que “eles serão capazes de realizar práticas de gestão de riscos de forma eficiente para ganhar posição competitiva no mercado” (p. 1, tradução nossa). É na alfabetização financeira que os autores veem a chave para o sucesso de uma organização, encontrando nela uma vantagem competitiva contínua para o sucesso. Além disso, os autores destacam como um dos efeitos de um gestor alfabetizado financeiramente é a melhoria de desempenho e sustentabilidade do seu empreendimento, colocando-o em posição de vantagem nos mercados dinâmicos da atualidade, capaz de proporcionar às suas empresas uma maior redução de custos, preservação de patrimônio frente às adversidades encontradas no tortuoso caminho em direção do desenvolvimento.

Godarth e Leismann (2016) demonstram em seu estudo que as PMEs têm uma série de limitações, principalmente no âmbito dos conhecimentos e habilidades financeiras fazendo com que elas venham a utilizar características cooperativas e complementares para obter

vantagens competitivas específicas para se tornarem aptas a competir em um ambiente global.

Apesar de haver diversidade e disponibilidade de produtos financeiros, ainda existe a incapacidade das PMEs no uso eficiente de produtos. Mac an Bhaird e Lucey (2010) indicam que uma das distinções entre as pequenas e médias empresas em relação às grandes empresas está no seu processo de desenvolvimento de estratégias e de tomada de decisões financeiras, o que pode representar sua falta de habilidade e conhecimento de gestão que operam sem acesso a aconselhamento profissional ou não possuem capacidade para compreender conceitos básicos e dados financeiros do seu empreendimento.

Os proprietários e gerentes de PMEs podem não ter conhecimento sobre as opções de financiamento, considerada uma das limitações ao bom desenvolvimento das empresas, a outra limitação está relacionada com a busca de fundos para as empresas e o fornecimento desses fundos por instituições financeiras. A existência de assimetria de informação entre credor e tomador faz com que se limite a oferta da dívida (BARBAROUX, 2014).

Degong *et al.*, (2018), reforçando o exposto, sugerem que capacidades e conhecimentos financeiros ajudam as pessoas a tirar vantagem da crescente competição do mercado financeiro aplicando seus conhecimentos e habilidades de gestão de risco. Bruhn (2019) constata em sua pesquisa que a confiança é à base de grande parte das decisões financeiras dos investidores, principalmente quando confrontados com questões complexas e de grande substancialidade. Desse modo, a alfabetização financeira pode auxiliar os gestores e tomadores de decisão a apresentarem seus casos e requererem os auxílios dos financiamentos bancários sem que, durante a entrevista, dependa de sua confiança para compreender o que está sendo discutido. Também significa colocar o gestor em um patamar de cliente colaborativo e argumentador, o que permite que este se coloque em posição de vantagem em relação aos seus concorrentes diretos que não possuem as competências necessárias para lidar com desafios financeiros mais robustos.

No entanto, as limitações previamente destacadas não são as únicas problemáticas enfrentadas, sendo a lacuna de informações (DE SAULLES, 2007) e a falta de treinamento (BAYRAKDAROĞLU; SAN, 2014) de pessoal sobre conhecimentos e habilidades financeiras outros pontos de extrema relevância à competitividade empresarial e que afetam o processo de alfabetização financeira nas estruturas das pequenas e médias companhias, tornando-as mais vulneráveis se comparadas as suas contrapartes como as companhias multinacionais, considerados verdadeiros gigantes do setor econômico-comercial.

Bayrakdaroglu e San (2014) realizaram seu estudo com gerentes de PMEs da Turquia, avaliando sua capacidade de utilizar os instrumentos que lhe são disponíveis no mercado

financeiro e a relação do treinamento com o desempenho empresarial. Ainda que dentro do esperado, os autores constataram que a alfabetização financeira tem seus níveis elevados quando os gestores passam por um processo de formação financeira. Ponto relevante e merecedor de destaque no estudo é que aqueles indivíduos que apresentaram serem plenamente alfabetizados financeiramente se demonstram mais predispostos e confiantes em participar e lidar com o mercado financeiro.

Com os resultados, Bayrakdaroğlu e Şan (2014) concluíram que a baixa confiança é uma das causas da não participação em assuntos financeiros pelos gestores, o que é solucionado com um treinamento adequado. Além disso, com o fim do treinamento financeiro é que os tomadores de decisões se tornam capazes de acessar com mais facilidade e compreender melhor as informações dos produtos e serviços financeiros com os quais eles terão de lidar durante sua longa jornada de empreendimento, vindo estas competências a se tornarem parte dos gestores, inserindo a educação financeira no seu jeito de ser e agir.

De Saulles (2007) traz em sua pesquisa as dificuldades enfrentadas pelas pequenas e médias empresas ao tentar lidar com o grande volume de informações passíveis de análise na atualidade, utilizando como base para o seu estudo os casos dos Estados Unidos e Reino Unido. A sua principal conclusão foi de que uma quantia exorbitante de dinheiro foi desperdiçada devido ao uso equivocado das ferramentas de pesquisa existentes, em especial a internet, isto posto, poucas pesquisas tratam da temática por ele escolhida, qualquer que seja a utilização de ferramentas de pesquisa e análise de informações por PMEs, sendo de grande valor seus apontamentos.

Uma das afirmações mais marcantes de De Saulles (2007) foi de que grande parte do trabalho de análise e coleta de dados é exercida por profissionais devidamente qualificados e instruídos, detentores das competências indicadas para construir linhas corretas de pesquisa, lhes poupando tempo e dinheiro. Em sentido oposto, usuários desinformados demonstraram tendência em adquirir serviços desnecessários ou com valores superestimados, gerando um custo financeiro descabido e possuindo maiores dificuldades para encontrar as informações que procuram algo menos frequente em empresas de maior escala. O autor conclui que a relação entre as lacunas de informação e os impactos financeiros pode ser compreendido como um processo de educação financeira que deve incluir a capacitação e análise de informações financeiras de maneira mais satisfatória, aumentando assim sua vantagem sobre a competição.

Albertazzi *et al.*, (2017) trazem em seus ensinamentos os conhecimentos necessários aos gestores e condizentes com o estudo aqui realizado. Nele, são destacados os obstáculos

consolidados pela assimetria de informações entre as empresas de pequeno e médio porte e seus credores, sendo tal ocorrência de responsabilidade dos gestores, sua inexperiência e falta de conhecimentos financeiros. Esse é um dos motivos pelo elevado nível de taxas envolvidas nas negociações de empréstimo, tendo em uma parcela do valor uma garantia sobre o analfabetismo financeiro do gestor e a possibilidade de sua inadimplência.

Tamanha é a importância do tema trazido por Albertazzi *et al.*, (2017) que, um ano após sua publicação, a OECD (2018) criou um documento durante sua conferência ministerial no qual discutem, dentre outras questões, a importância da alfabetização financeira e da indispensabilidade da criação de políticas que promovam e aprimorem os fluxos de informação e educação financeira para as PMEs.

Os dados trazidos pela organização (OECD, 2018, p. 6) sugerem uma discrepância entre países, onde a Áustria apresenta um índice de 2,5% de rejeição de crédito para PMEs, enquanto a Coreia do Sul apresenta um índice de 27%. Além disso, sugerem que estes números são bem menores quando observadas as rejeições recebidas pelas empresas de grande porte, enfatizando-se assim as dificuldades enfrentadas pelas empresas de menor calibre e a importância destas em adquirir competências financeiras.

O progresso da literacia financeira entre essas pequenas e médias empresas levará à prosperidade dos mercados financeiros e dos setores que estão mais bem consolidados, ocasionando uma repercussão favorável no âmbito socioeconômico. Sobretudo, De Haan, Schoemaker e Wierds (2020, p. 12) afirmam que:

Alfabetização financeira limitada e falta de pesquisa sobre pequenas empresas, infraestruturas de mercado fragmentadas e divulgações públicas não comparáveis ou deficientes afetam o acesso das empresas aos mercados de capitais. Isso reduz seu impacto positivo na economia e na sociedade em geral (HANN; SCHOENMAKER; WIERTS, 2020, p. 12, tradução nossa).

O incentivo a esta modalidade de alfabetização levará, se ponderadas às colocações acima expostas, à competitividade das empresas, ao crescimento da concorrência nos mercados financeiros devido, e ao aumento de interesse no setor, favorecendo a distribuição mais equilibrada de capital à sociedade como um todo.

Ao fornecer educação, é importante combater a barreira de acesso a serviços financeiros, monitorando o uso real dos produtos financeiros pelas empresas e observando as razões para os não usos. O estímulo ao comportamento competitivo das instituições financeiras resultaria em uma ampla oferta de serviços financeiros para PMEs e famílias de baixa renda com menos custos de intermediação (CLAESSENS, 2005; OECD, 2018;

ZARLENGA; BEVILÁQUA, 2018).

Fortalecendo o entendimento majoritário de que a alfabetização financeira pode e deve ser considerada uma vantagem competitiva é que se encontra o recente estudo de Ishtiaq *et al.*, (2020), o qual acaba por estudar a relação da literacia financeira, aquisição de recursos e desempenho das empresas, utilizando como base para suas conclusões os resultados da análise de dados empiricamente coletados em PMEs emergentes em duas grandes cidades do Paquistão, contando com uma amostragem total de 300 questionários respondidos após seleção e adequação dos participantes.

Acerca das implicações do estudo, os autores defendem existir uma relação direta entre a literacia financeira e a aquisição de recursos, que por sua vez possuem uma relação direta com o desempenho financeiro, traçando, portanto, um link entre a literacia financeira e desempenho financeiro, conclusão já auferida em outros estudos, mas por linhas de pensamento diversificadas, o que reforça este entendimento. Foi imputada à educação financeira, também, o papel de extensora da sustentabilidade da empresa, viabilizando por meio de seus gestores, reações melhores a problemas relacionados à gestão de recursos financeiros.

Considerando o posicionamento da OECD (2015) sobre as políticas de educação financeira é que se reconhece a importância em se requerer políticas que tratem conjuntamente da educação e alfabetização financeira, incorporando sua correlação com substitutos potenciais, valendo-se de uma regulamentação cuidadosa que traga produtos e serviços financeiros de mais fácil compreensão, atingindo uma abordagem multidimensional capaz de enaltecer as vantagens competitivas a aquelas empresas que completem os processos de alfabetização financeira.

As PMEs possuem uma elevada gama de aspectos organizacionais que exige de seus gestores capacidades e conhecimentos multidisciplinares para que consigam utilizar uma combinação dos mais diversos recursos estratégicos e humanos para alcançar uma vantagem competitiva e obter resultados positivos em seu desempenho e taxa de crescimento, estando a sua capacidade de obtenção de recursos financeiros e a eficácia de sua utilização no cerne das estratégias de sucesso da organização (DAHMEN; RODRÍGUEZ, 2014).

A literatura estudada, em particular Lusardi e Mitchell (2014), Degong *et al.* (2018) e Yang, Ishtiaq e Anwar (2018), destaca a importância da consciência do indivíduo acerca de suas limitações para a obtenção e aplicação das competências financeiras, reconhecendo que suas atividades dependem de um conjunto de capacidades para ver, analisar, discutir e gerenciar as várias condições que afetam o bem-estar do indivíduo e organização.

Nesse sentido, para que a alfabetização financeira apresente efeitos favoráveis ao desempenho e competitividade da empresa é vital que o processo de aquisição do conhecimento e capacidades financeiras estejam acompanhados da consciência de como eles podem e devem ser aplicados. É por meio da consciência e do alcance das suas competências que os tomadores de decisão serão capazes de efetuar um planejamento inteligente, alocar recursos e utilizar produtos e serviços financeiros de modo a obter sua máxima utilidade.

Restou claro pelo até então exposto que um dos principais obstáculos para a competitividade, desempenho e crescimento das PMEs está consolidado na ausência de consciência e competências requeridas para gerir as finanças de sua companhia de maneira transparente e profissional. As empresas precisam entender que para obter as vantagens competitivas, estratégias sustentáveis devem ser aplicadas e, para isso, a alfabetização financeira deve se fazer presente no dia a dia do gestor.

Evidente que um bom nível de literacia financeira produzirá bons pensamentos no desenvolvimento de um negócio. Gestores mais instruídos são capazes de inovar os métodos empregados e promover a vantagem competitiva. Na era dos negócios com intensa competição e avanços na tecnologia da informação, a capacidade dos recursos humanos passa a ser o principal fator para alcançar o mais alto desempenho para vencer a competição, tendo o nível e qualidade da competência dos tomadores de decisão uma influência positiva na vantagem competitiva. A literacia oportuniza que o conhecimento individual do empreendedor transpasse suas barreiras pessoais e atinga seus funcionários e identidade da empresa, motivo pelo qual as competências financeiras é um dos principais fatores capazes de intervir com o sucesso da empresa.

2.4 Literacia Fiscal Tributária nas Pequenas e Médias Empresas

2.4.1 A busca de equilíbrio entre os interesses do Estado e PMEs

A tributação dos empreendimentos se encontra como núcleo da relação entre o Estado (Fisco) e seus constituintes econômicos (contribuintes). Dessa relação é que surgem posicionamentos divergentes acerca das cargas tributárias, seu impacto no desenvolvimento e no crescimento dos negócios. Bruhn e Loeprick (2014), Pemstein, Seim e Siwale (2019) e tantos outros autores apontam que há uma clara resistência da população em geral e empreendedores em ver a tributação com bons olhos.

Gale e Brown (2013) ao considerarem a resistência ora referida, analisam e destacam a importância de políticas que alcancem e garantam um limiar entre tributação e setor privado

capaz de apresentar estímulos para o desenvolvimento e aumento da eficácia das atividades de empreendimentos honestos. Destacam que “as políticas que visam estimular empresas jovens e inovadoras provavelmente serão diferentes das políticas que subsidiam as pequenas empresas” (GALE; BROWN, 2013, p. 1). Os referidos autores sugerem a importância de políticas que observem as peculiaridades de cada categoria de empreendimento e que determinem uma base tributária, tarifas e outras condições de modo a fazer com que as PMEs contribuam ao Estado e sociedade para além das barreiras do seu setor de ação.

É plausível se supor que poucas pessoas demonstrem alegria ou prazer ao pagar impostos, ainda que todos tenham a consciência de que os tributos são vitais para a administração governamental (NICHITA *et al.*, 2019). Esta atitude estaria por trás da resistência ao pagamento de impostos, inclusive pelos gestores das PMEs que se veem frente a dificuldades de sobrevivência, particularmente nos primeiros anos de vida empresarial.

As explicações por trás da não-conformidade dos empreendedores com os tributos cobrados têm despertado interesse da comunidade acadêmica e também dos tomadores de decisão. Uma das razões por trás desse interesse é o aprimoramento das políticas públicas e um melhor delineamento dentre a literacia fiscal e os seus efeitos positivos para os empreendimentos. Uma abordagem comumente considerada é a da dissuasão política com o intuito de obrigar a população ao pagamento de tributos. Todavia, problemas como o da fiscalização universal, suas elevadas despesas e a necessidade de uma abrangência tributária coerente com cada camada da sociedade têm gerado questionamentos sobre quais alternativas estratégicas são capazes de aumentar a regularidade tributária (NASSER; SELMAN; NEGASH, 2014).

Como forma de demonstrar seu empenho em mudar suas estratégias de administração de receita e o interesse em privatizar parte de seus setores exclusivamente públicos é que alguns países passaram a implementar programas específicos de apoio ao crescimento e desenvolvimento de empresas PMEs. (NABAIS, 2016; HAAS; MANWARING, 2017).

Vendo a sua frente o elevado número de PMEs é que os gestores estatais responsáveis pelo planejamento de políticas tributárias optam por introduzir uma série de planos tributários simplificados, com a expectativa que parte da carga de trabalho da administração pública fosse reduzida com a possibilidade do autolancamento do pagamento de tributos por parte dos empreendedores, como por exemplo, os Projetos de Lei (PL) 3.887/2020 e 2.337/2021.

O primeiro PL prevê a criação da Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) que substituirá dois tributos: PIS/Pasep e COFINS e o segundo, de acordo com o Ministério da Economia, corrige distorções e reduz privilégios ao propor a diminuição da cobrança de

imposto de renda dos trabalhadores, estimulando assim o investimento nas empresas ao passo que racionaliza a tributação de aplicações financeiras em benefício aos pequenos investidores (BRASIL, 2020; 2021). O regime tributário é um assunto complexo e que envolve uma série de fatores a serem analisados e contrapostos à literacia fiscal, que será visto com maior clareza em uma seção posterior.

2.4.2 Desempenho, Crescimento e Vantagens Competitivas com base na Literacia Fiscal Tributária

A jornada de uma pequena empresa é uma história interessante, repleta de negócios e questões diárias que tem em si inseridos os serviços fiscais que, se somando aos outros deveres dos empreendedores acaba levando a um elemento que é frequentemente ignorado e leva a problemas para e com o fisco: a gestão tributária.

A inexistência ou existência parcial de *compliance* tributário tem alguns efeitos nocivos à economia, ainda que do ponto de vista cultural em alguns países tal conduta seja aceita. Doravante, conforme será retratado a seguir, esse tipo de comportamento, o do descumprimento fiscal, não apenas traz prejuízos ao Estado, mas torna as empresas passíveis de passar por graves e evitáveis situações.

Antes de explicitar as peculiaridades que envolvem a literacia fiscal e suas vantagens, é válido compreender o que é o comportamento fiscal e sua ligação com outro conceito que busca entender as motivações para a conformidade tributária/fiscal: o moral fiscal. Luttmer e Singhal (2014) alegam que o moral fiscal está fortemente ligado ao comportamento fiscal, sendo que o primeiro utilizado pelo meio político para salientar a importância de incentivar a autorregulação por parte das empresas.

O *compliance* tributário, também encontrado como conformidade na literatura nacional, é uma preocupação dos governos em todo o mundo, não sendo o Brasil uma exceção. O *compliance* tributário no Brasil é um elemento de grande importância à *due diligence* de uma empresa, pelo fato de que as companhias, independentemente do seu porte, são submetidas a vários níveis de tributação que têm como origem todos os entes federativos (União, Estados, Distrito Federal e Municípios), os quais lhe impõem diversas obrigações tidas como acessórias que variam desde declarações fiscais a escriturações fiscais eletrônicas (DE OLIVEIRA, 2019, p.115-138; THORSTENSEN *et al.*, 2020, p. 183-237).

O *compliance* tributário, assim como nas demais disciplinas, abrange questões de equidade, eficiência e integridade, diferenciando-se no tocante às normas em sua amplitude com as quais se espera que a empresa entre em conformidade. Os estudos que tratam

exclusivamente do tema têm como foco, não exclusivo, a análise sobre as decisões do indivíduo e/ou empreendimentos em (não) pagar os tributos, indicando como uma das frequentes causas (comportamental e crença individual) de que a sonegação fiscal é uma das formas de maximizar o lucro (FOCHMANN; HEMMERICH; KIESEWETTER, 2016; SLEMROD, 2019).

Obras como a de Kirchler (2007) são responsáveis por traçar uma extensa análise do comportamento do contribuinte e os elementos que o incentivam – ou não – a entrar em conformidade com a legislação tributária. Em que pese que esse estudo tenha sido realizado com o fim de analisar o processo decisório no nível individual, e não empresarial, os seus ensinamentos podem ser utilizados para compreender a motivação do empreendedor/gestor. Em sua procura por respostas Kirchler (2007) encontrou elementos que podem ser divididos entre as categorias de: cunho econômico, como as políticas tributárias, justiça nas suas diversas formas, e o sistema tributário; e as de cunho pessoal, que abrangem as atitudes, normas sociais, morais, pessoais e econômica, estas, tendo sido listadas algumas como o processo de auditoria fiscal, suas taxas e possíveis multas por descumprimento, restando clara a impossibilidade de delimitar uma relação linear entre o comportamento humano e o pagamento de tributos.

Hallsworth *et al.* (2017) defendem que o moral possui grande impacto na arrecadação tributária, sendo sugerido por eles que o Estado considere integrar esse elemento com uma maior ênfase aos custos e punições da sonegação fiscal ao incentivar a conformidade do contribuinte. Durante a análise de dados foi possível identificar que ao aumentar a consciência do indivíduo acerca dos riscos e danos envolvidos com o não pagamento de tributos aumenta significativamente o cumprimento de suas obrigações fiscais.

Contemplando o papel do moral no comportamento tributário é que se busca compreender o que é o moral tributário, tarefa no mínimo interessante, visto que sua utilização se dá – geralmente – durante a tentativa de se explicar o sucesso do *compliance* tributário (LUTTMER; SINGHAL 2014; HALLSWORTH *et al.*, 2017, p. 95-99). Na literatura o termo em questão é bastante abrangente, Torgler e Schneider (2004) define *compliance* tributário como aquilo que detém as motivações de cunho não pecuniário para o cumprimento de seu dever legal de pagamento de tributos, incluindo-se nele os mais variados incentivos que podem ter relação tanto com o medo quanto com a vergonha.

Por meio do moral tributário é que o sujeito pode ser instigado pelas atitudes de terceiros e pela possível percepção negativa que estes possam ter frente ao seu desinteresse em contribuir com as causas estatais. As normas de cunho sociocultural também não são

esquecidas, tendo forte impacto durante a tomada de decisão do sujeito, podendo se dizer que, conforme Torgler e Schneider (2004) sugerem em seus estudos comparados entre diferentes países da Europa, os comportamentos de conformidade variam conforme a cultura, podendo algumas condutas serem aceitas ou não, a depender do histórico, cultura e legislação local.

Um exemplo interessante de utilização do moral tributário e das características culturais nacionais é o do Quênia, tendo Gichuki (2015, p. 215) destacado em sua tese a frase “*Kulipa ushuru ni kulinda uhuru*”, que tem como tradução “pague seus impostos e liberte seu país”. Essa frase foi utilizada como forma de incentivar a população a honrar e comemorar o sucesso daqueles que lutaram e se sacrificaram para alforriar o país das amarras do colonialismo. O autor também sugere que ao tratar das questões culturais e patriotas no Quênia, que a educação fiscal se faça mais presente nos planos de ensino da nação, preferencialmente desde o ensino básico.

O conhecimento tributário consiste, *grosso modo*, no conjunto das principais concepções tributárias implementadas em um país (LIMA, 2019; YULIANTO *et al.*, 2019), sendo o reconhecimento e compreensão de tais informações um fator que as empresas devem no mínimo considerar. No caso de PMEs em países com sistemas tributários que possibilitam o *compliance* voluntário, como o Brasil, essa capacidade passa a se tornar um elemento essencial para a determinação dos valores devidos ao Estado (NABAIS, 2016).

Ainda assim, o reconhecimento da relevância do *compliance* tributário acaba por ser, uma tarefa tortuosa no setor das PMEs, que supõem que sua capacidade de crescimento e sobrevivência são reduzidas caso venham a efetuar o pagamento de tributos. Considerando uma alta carga tributária, complexidade legislativa, relativa falta de exposição midiática e acessibilidade acerca dos benefícios ou sanções em caso de descumprimento, pode se dizer que a educação fiscal é muito limitada no âmbito das empresas de pequeno e médio porte (NAZARETH *et al.*, 2016).

Ainda segundo Nazareth *et al.* (2016), a Educação Fiscal para as PMEs torna-se necessária quando o objetivo é evitar o pagamento equivocado e exacerbado de tributos e eventuais multas por descumprimento, contudo, atingir efetivamente o cumprimento das obrigações fiscais enquanto melhora a geração de receita em suas atividades não é uma incumbência fácil, sendo esse desafio solucionado somente por meio do processo de alfabetização e da educação fiscal.

Evidências já observadas pelo meio acadêmico mostram forte divergência entre o fisco e seus contribuintes, sendo a educação financeira o único meio de trazer a *sapiência* necessária aos empreendedores para que estes possam reconhecer a importância do

pagamento de tributos, sua participação social e seus efeitos no desempenho e crescimento empresarial. A educação do contribuinte é uma ferramenta projetada para permitir que os contribuintes entendam as leis e procedimentos fiscais, oportunizando aos Estados e indivíduos a possibilidade de planejamento e implementação de treinamentos que possam oferecer e desenvolver o conhecimento e capacidades fiscais (LIMA, 2019).

Não é raro que um indivíduo com pouca instrução fiscal apresente certo grau de dificuldade em entender a necessidade do pagamento de tributos e seus benefícios ao Estado, sociedade e empreendimentos. A baixa taxa de contribuintes alfabetizados faz com que o processo de alfabetização da população seja mais longo devido às limitações relacionadas ao conteúdo a ser ensinado (CHARDON; FREUDENBERG; BRIMBLE, 2016; MOUČKOVÁ; VÍTEK, 2018).

Diante disso, um dos pontos fracos de sistemas que permitem o preenchimento de documentos fiscais pelo contribuinte é o fato de que as informações a serem analisadas pelo fisco terem tido o seu preenchimento equivocado, dificultando o processo de verificação da verossimilhança dos dados informados, motivo pelo qual fontes de informações fornecidas por terceiros se fazem presente (NABAIS, 2016; NAZARETH *et al.*, 2016).

A educação do contribuinte proporcionará às PMEs os conhecimentos fiscais necessários que lhes permitirão cumprir a matéria tributária e mudar as percepções e atitudes em relação ao cumprimento das obrigações fiscais, transformando sua identidade em uma de *compliance* com as leis fiscais e tornando o empreendimento mais próximo da sociedade como um membro e não apenas como fornecedor de bens e serviços (LIMA, 2019; YULIANTO *et al.*, 2019).

O apoio aos contribuintes, por meio de diversos meios que incluem narrativas visuais escritas, interativas, em vídeo, folhetos informativos (LUSARDI *et al.*, 2017), palestras, seminários, jogos de negócios e visitas de campo às autoridades fiscais (MAYBUROV; LEONTYEVA, 2017) são capazes de gerar maior dissipação de informações relevantes aos indivíduos que, mesmo não interessados inicialmente, necessitam de toda ajuda que possa lhe ser oferecida.

A educação do contribuinte demonstrou ser capaz de conscientizá-lo e informar sobre as vantagens do cumprimento voluntário de suas obrigações fiscais, maximizando mais a receita estatal e, por conseguinte, ampliando um maior desenvolvimento da nação, o que proporciona o surgimento de novos setores e implementação de setores já existentes, oportunizando o crescimento e desenvolvimento das empresas contribuintes (MUTASCU; DANULETIU, 2013; KWOK; YIP, 2018).

Um nível mais elevado de educação fiscal, com devidos programas de conscientização e treinamento, é capaz de aumentar o *compliance* tributário nas empresas, permitindo que os empreendedores, então educados, estejam mais informados acerca das suas responsabilidades e possíveis sanções pelo seu não cumprimento. Para atingir tal patamar, estratégias como as supracitadas são algumas das indicadas para se garantir que os contribuintes se tornem alfabetizados no âmbito fiscal, apresentando um nível adequado de qualificação, habilidade e confiança para exercer sua responsabilidade fiscal (NAZARETH *et al.*, 2016).

As altas taxas de impostos podem induzir a pagamentos irregulares por razões como as já mencionadas anteriormente que leva em conta preocupações com a sobrevivência do empreendimento, com a irregularidade de pagamento e não conformidade. Em estudos como o de Hallsworth *et al.*, (2017) foi possível identificar como causas desse comportamento de (não) *compliance* o processo de comparação entre os benefícios da conformidade com as leis fiscais e os custos e penalidades pelo seu desrespeito.

O estudo de Gatsi, Gadzo e Kportorgbi (2013) realizado com 10 empresas de manufatura no Gana no período de 7 anos, indicou que nos casos em que houve um aumento de carga tributária, o desempenho financeiro da companhia demonstrava sofrer redução. Contudo, enaltecendo a importância da educação fiscal e a capacidade de reverter tais eventos é que os autores - Gatsi, Gadzo e Kportorgbi (2013) sugerem uma busca a profissionais qualificados, o que indica que o conhecimento tributário é de extrema importância para a atividade empresarial, bem como não exclui a possibilidade de que o conhecimento seja adquirido e utilizado pelos empreendedores.

Assim, conforme compreendido pelo estudo de Abrantes (2004), nos casos em que há um aumento de carga tributária, em especial dos impostos indiretos, os custos dos serviços e produtos para os consumidores é aumentado, ocasionando uma redução de vendas e, por conseguinte, uma variação nos fluxos de caixas das empresas que não reformulem suas estratégias considerando os novos custos dos tributos.

Yong e Freudenberg (2020) buscaram em seu estudo compreender as percepções dos empreendedores neozelandeses sobre a importância e efeitos do *compliance* tributário. Os dados por eles utilizados e analisados foram fornecidos pelo *Inland Revenue Department*, departamento neozelandês responsável pela coleta e análise de declarações fiscais, no período 2004 a 2017, especificamente a aquelas informações relacionado à PMEs. Como resultado os autores encontraram que os empreendedores consideram uma série de fatores econômicos, sociais e legais, inclusive como sua imagem é vista por terceiros e o custo do *compliance* ao seu empreendimento. Alguns dos fatores que foram reconhecidos como de resistência ao

compliance estão relacionados à complexidade da matéria tributária, ao tempo e ao estresse no processo de coleta e análise das informações necessárias para o preenchimento dos formulários e guias de pagamento de tributos, sendo o pensamento majoritário que o gasto de tempo produtivo retarda o processo de tomada de decisões e as atividades empresariais.

Fauziati e Kassim (2018) expõem que uma das principais preocupações dos empreendedores em relação ao *compliance* tributário para PMEs está nos custos e natureza de suas obrigações fiscais, pois a visão predominante é que os custos ao estarem em conformidade com a legislação fiscal excedem os benefícios obtidos por seu cumprimento. O referido ponto de vista não considera a gravidade das sanções por descumprimento aos cofres do empreendimento, bem como à sua imagem, fatores que não podem ser desconsiderados mesmo diante da natureza regressiva do cumprimento das obrigações fiscais.

A regressividade dos tributos faz com que os custos com o pagamento de tributos sejam mais onerosos às companhias de menor porte, tendo Lignier e Evans (2012) destacado, há quase uma década, que “os custos de cumprimento das obrigações fiscais geraram amplo interesse entre acadêmicos, formuladores de políticas governamentais e organizações empresariais” (p. 618, tradução nossa). A pesquisa indica que os custos de conformidade estimados para os empreendedores das PMEs são de 16,70% da receita tributária, enquanto para pessoas físicas é 9,15%, dando causa à motivação dos empreendedores em não se contentar com a carga tributária que lhe é atribuída.

Em sentido semelhante é a conclusão de Wang (2016) em seu estudo realizado com base nos dados obtidos a partir da aplicação de questionários pelo Banco Mundial (*The World Bank*) nos quais os autores auferiram que as taxas de impostos ocupam o terceiro lugar dentre os principais obstáculos ligados ao desenvolvimento dos negócios segundo a opinião dos tomadores de decisão de PMEs.

Com isto, a principal inferência destas pesquisas nesse estudo é de que o *compliance* tributário tem uma relação negativa com baixos níveis de literacia fiscal. Por fim, Yong e Freudenberg (2020, p. 58-59, tradução nossa) sugerem que:

A não conformidade pode ser não intencional, pois as PMEs enfrentam desafios para atender a requisitos regulamentares complexos. Essa complexidade pode resultar em altos custos de conformidade, que podem ser regressivos para pequenas empresas. (...) Para as PMEs da Nova Zelândia, as questões tributárias são uma de suas principais preocupações, e as falências de negócios têm sido associadas a uma manutenção de registros insuficiente para fins fiscais (YONG; FREUDENBERG, 2020, p. 58-59, tradução nossa).

Outra influência positiva da literacia fiscal no desenvolvimento e crescimento

empresarial, além da aquisição das competências tributárias necessárias para a gestão da empresa durante o exercício das suas atividades, está na capacidade de reconhecer qual o melhor local para instalar seu empreendimento. Conforme elucidado pela Comissão Europeia (EUROPEAN COMMISSION, 2017), os empreendedores têm, dentre as suas funções a serem exercidas, a de identificar e analisar as possíveis localidades para instaurar seu empreendimento, algo a ser realizado tanto na fase inicial do projeto quanto nas fases de expansão. Nessa função, dentre outros conhecimentos, a literacia fiscal já ratifica o seu valor, visto que é preciso que o empreendedor seja capaz de compreender quais os incentivos fiscais que estão lhe sendo oferecidos no país, estado e município que se pretende iniciar suas atividades.

Tais informações não são de fácil compreensão. Um entendimento equivocado pode ocasionar um grande dispêndio de recursos financeiros que poderiam ser utilizados para outros investimentos ou até mesmo para auxiliar o crescimento e desenvolvimento da empresa nas suas etapas iniciais. A complexidade da decisão a ser tomada acaba por ser elevada, ainda, se o empreendedor refletir e considerar outros fatores vitais à instalação do empreendimento, como é o caso da faixa salarial local, custos de construção e expectativa de rendimentos. Em vista disso, ao ser literado na matéria fiscal, é que o tomador de decisões será capaz de racionalizar suas melhores opções e debater com figuras importantes das localidades para negociar os incentivos e atingir as melhores condições possíveis para iniciar os seus negócios.

Norris *et al.*, (2019) revelam que a gestão tributária, e não a tributação propriamente dita é um dos desafios ao crescimento e desempenho das PMEs. Argumenta-se que as empresas mantêm seu foco prioritariamente na expansão da venda de seus negócios, dando menos atenção ao formalismo envolvido com o pagamento de tributos e fornecimento de informações ao fisco. Ao passo que as autoridades fiscais e locais – entes federativos, por exemplo – querem uma maior formalização por parte dos empreendimentos para que estas possam recolher os tributos de maneira mais adequada aos seus interesses, as PMEs desejam – em grande parte – esquivar-se do pagamento de tributos à burocracia relacionada.

Os resultados do estudo de Norris *et al.*, (2019) demonstram que os processos envolvendo o pagamento de tributos e preenchimento de documentos como declarações de impostos de pessoas jurídicas possuem uma complexidade e custos que, ao empreendedor não literado, são considerados onerosos em demasia. Aspecto como a manutenção e organização dos registros fiscais é de extrema dificuldade para os contribuintes, os quais diante da sua falta de conhecimento sobre a matéria acabam recorrendo à contratação de profissionais externos.

Norris *et al.*, (2019) sugerem que se efetuem alterações nos programas de incentivo e informatização fiscal mais direcionadas às PMEs e suas dificuldades em comparação as suas contrapartes de maior magnitude. Enfatizam em sua conclusão que melhorar a informação obtida pelos empreendedores e reduzir os custos que estes possuem com o *compliance* tributário é uma alternativa mais realista para garantir o recolhimento de tributos – por parte do Estado – e o crescimento e desenvolvimento empresarial – setor privado, dado que as PMEs não encontram urgência na formalização caso o seu entendimento sobre a matéria não seja o suficiente. Em suma, se observa a relevância do processo de alfabetização fiscal para tornar os empreendedores capazes de exercer seus deveres para e com o fisco sem a ajuda de terceiros, o que por si só não significa que sejam motivos suficientes para a conformidade fiscal como sugerem os autores.

2.4.3 Os Prejuízos da Analfabetização Fiscal Tributária e Programas de Educação

A analfabetização fiscal tributária dos empreendedores também pode ser atribuída, até certo ponto, à inexistência de educação fiscal formal no nível de ensino básico e técnico no Brasil. Algumas exceções são apenas os indivíduos que cursam ensino superior em áreas relacionadas, o que não é o caso de grande parte dos gestores brasileiros. Segundo dados do SEBRAE (2012), somente 36% dos gestores brasileiros possuem o ensino fundamental e/ou o ensino médio completo. Assim, é possível presumir que a maioria dos contribuintes é relativamente não literada em tributos.

Programas específicos de educação fiscal para contribuintes foram implementados na maioria dos países. No Brasil, ainda que de maneira tímida, a educação fiscal está prevista pela PORTARIA MF/MEC Nº 413 (BRASIL, 2002), que instituiu o Programa Nacional de Educação Fiscal (PNEF), e de maneira individual em estados e municípios, com o objetivo de

(...) de promover e institucionalizar a Educação Fiscal para o pleno exercício da cidadania, sensibilizar o cidadão para a função socioeconômica do tributo, levar conhecimento ao cidadão sobre administração pública e criar condições para uma relação harmoniosa entre o Estado e o cidadão (BRASIL, 2002, p.1).

Todavia, sua eficácia é questionada, servindo como objeto de estudo para autores como Rocha (2016), que analisou extensamente o PNEF e sua aplicabilidade no ensino tributário de professores da Bahia, durante o período de 2006 a 2013, contando com uma amostragem de 309 participantes. Os resultados do estudo demonstraram razões semelhantes

aos resultados do estudo do moral tributário visto anteriormente. O autor apurou que o objetivo do PNEF de educar tributariamente os professores não foi alcançado na sua plenitude, pois na estrutura do plano de ensino do programa já era possível observar conceitos limitantes.

Além da educação fiscal, o conhecimento sobre o sistema e legislações tributárias também exercem um papel importante na efetivação dos comportamentos de *compliance* tributário por parte dos empreendedores. Assim, o programa de alfabetização fiscal oportuniza aos empreendedores maior conhecimento e compreensão sobre questões tributárias. Esses programas devem levar em conta, ainda, conceitos como o moral tributário e seus fatores determinantes, visto que sem a aceitação e integridade dos contribuintes grande parte do conhecimento não é absorvida e/ou utilizado (HALLSWORTH *et al.*, 2017).

Os conhecimentos e habilidades ensinadas devem servir não apenas para o cumprimento de seus deveres sociais, mas para a detenção de competências que visem a economia de tempo e dinheiro e a compensação fiscal de impostos, aumentando assim o interesse daqueles empreendedores que não se encontram em conformidade e a manutenção da conduta daqueles que já mantêm um comportamento correto como contribuinte (PÊGAS, 2017).

O que há de se reconhecer é que a literacia fiscal incentiva o *compliance* voluntário e possibilita a redução de gastos com o cumprimento das obrigações fiscais de empreendedores, especialmente os responsáveis pela gestão de micro, pequenas e médias empresas (NEWMAN *et al.*, 2018).

Mascagni e Santoro (2018, p. 1) destacam que:

O conhecimento sobre impostos pode contribuir para moldar atitudes em relação à conformidade. Cidadãos com melhor educação tributária são capazes de navegar em sistemas tributários complexos e podem evitar pagamentos excessivos devido a intrincados requisitos de relatórios. Eles podem ser mais encorajados a cumprir voluntariamente. (MASCAGNI; SANTORO, 2018, p.1)

É por meio desses ensinamentos que fica cada vez mais evidente a importância de um sistema fiscal que apoie o cumprimento voluntário das obrigações fiscais por parte do contribuinte, fornecendo as informações adequadas e meios que possibilitem a atualização dos conhecimentos existentes e auxilie o processo de alfabetização fiscal. Os programas de literacia fiscal devem ser construídos de modo a explicar de forma transparente quais os direitos e deveres do empreendedor em relação a cada tributo, garantindo que o contribuinte se eduque e receba a devida orientação para adquirir as competências fiscais.

O Instituto Alemão de Política de Desenvolvimento (*Deutsches Institut für Entwicklungspolitik*) realizou estudo (LOEWE *et al.*, 2013) com empresas no Egito, tendo por objetivo compreender quais os fatores determinantes da melhoria, desenvolvimento e crescimento das PMEs. Para sua pesquisa, os autores contaram com dados de uma média de 600 casos – empresas de pequeno e médio porte – no período entre 2004 e 2008 e de um questionário aplicado em 2012 que teve como amostragem 102 empresas entrevistadas. Os resultados indicaram que a educação fiscal superior à concorrência, maior investimento em treinamento para alfabetização fiscal dos empreendedores e funcionários, comportamento motivado para o cumprimento de deveres fiscais e maior disposição para correr riscos eram características de empreendimentos com maior taxa de desenvolvimento.

A baixa percepção da utilidade do treinamento em literacia tributária e a falta de disposição para investir e/ou cumprir com seus deveres, ou ainda a preferência por se esquivar de quaisquer conflitos com autoridades tributárias foram sugeridos como fatores que dificultam o desenvolvimento das PMEs. Os autores afirmam que a maioria dos incentivos ao desenvolvimento de negócios é ofertada às empresas de grande porte, destacando, no entanto, que grande parte dos empreendedores e tomadores de decisão das PMEs não possui as competências necessárias para expor seus problemas de maneira fundamentada, desconhecendo até mesmo os trâmites necessários para se candidatar a este tipo de apoio governamental (LOEWE *et al.*, 2013).

Tem-se então, que poucas são as vantagens explícitas às PMES ao cumprimento total de seu papel como contribuinte, sendo de extrema dificuldade aos empreendedores menos educados compreender os motivos destes tributos e a utilização na plenitude dos serviços de apoio financeiro e abono fiscal que possam lhe ser oferecidos. O questionamento acerca do propósito do fisco acaba, infelizmente, servindo para que indivíduo de má índole cometa atitude corrupta como, por exemplo, o pagamento de suborno aos fiscais responsáveis por regular e conferir a conformidade com a legislação tributária nacional.

As vantagens inicialmente relatadas pelas PMEs em relação aos competidores de maior porte como as multinacionais é, segundo os entrevistados do estudo de Loewe *et al.* (2013), o conhecimento sobre o mercado nacional, estando em desvantagem para questões como acesso a incentivos e financiamentos. Além disso, desvantagens competitivas também são referidas quando citadas as empresas informais, as quais utilizam de condutas anticompetitivas e ilegais para obter vantagem sobre outras empresas do mesmo setor e porte.

Ainda de acordo com o estudo de Loewe *et al.* (2013), no tocante à competitividade, os empreendedores entrevistados não demonstraram grande temor frente à concorrência,

tendo apenas 13% dos entrevistados se referido à competição como fator restritivo ao seu crescimento, referindo que sua preocupação está nos competidores estrangeiros de maior aporte financeiro e, principalmente, a dificuldade do Estado em fazer cumprir suas leis.

Diante disso, pode-se dizer que, para que a alfabetização fiscal se torne uma vantagem competitiva capaz de incentivar o desenvolvimento e crescimento das PMES em países como o Egito, medidas devem ser tomadas não apenas pelos empreendedores. A aquisição de novas competências, o exercício de atividades e o cumprimento de deveres legais, sociais e culturais servem de incentivo para que o *compliance* tributário garanta que injustiças não estejam sendo cometidas com estas empresas que representam o cerne do desenvolvimento econômico-social da nação. A gestão das condutas empresariais por meio do respeito e participação como membros da sociedade passa então a ser mais indicada ao invés da utilização da cultura do medo para o cumprimento de deveres.

2.4.4 Educação Financeira é premissa para a Educação Fiscal Tributária

Cvrlje (2015) entende que a alfabetização fiscal deve integrar a alfabetização financeira ao considerar que ser inconcebível que um indivíduo financeiramente literado seja incapaz de lidar com questões fiscais. Isto posto, a ausência de conhecimento e de capacidades tributárias são fatores que impedem a ocorrência de diversas escolhas financeiras ligadas aos princípios de gestão econômica. Para a autora, o indivíduo plenamente alfabetizado nesta temática possui maiores competências e tem mais interesse em tomar para si uma atribuição mais ativa e responsável para efetuar decisões no âmbito tributário. Em sentido oposto, a falta de educação fiscal em âmbito formal acaba por tornar o processo decisório no tocante às questões tributárias algo de muita dificuldade.

O embasamento para estes argumentos está nos benefícios existentes para qualquer indivíduo ao compreender e ter capacidade em lidar com o sistema fiscal, sendo o imposto uma forma de ver retorno no investimento financeiro realizado, além de que, em sentido semelhante ao entendimento de Loewe *et al.* (2013), a capacidade de compreensão das informações tributárias abre portas para benefícios que são apenas fornecidos a aqueles capazes de expor suas necessidades e preencher os formulários e requisitos para o recebimento de suporte governamental.

Godbout, Genest-Grégoire e Guay (2017, p.1) afirmam que “o sistema tributário é uma ferramenta financeira que os cidadãos devem saber como usar tanto quanto hipotecas ou fundos de pensão”, sugerindo que o conhecimento tributário está em um nível de importância

semelhante ao conhecimento financeiro. Em seu estudo realizado no Canadá os autores avaliam e expõem a importância da alfabetização fiscal para as políticas públicas de *compliance* tributário e, por via de consequência, para o Estado e sociedade. Destacaram durante sua pesquisa que a limitação de dados públicos é um problema enfrentado por todos aqueles que buscam efetuar análises sobre a temática da literacia fiscal, sendo um fator a ser avaliado a melhora da manutenção de registros dos programas de educação fiscal realizados no país, cabendo ainda aos planejadores de políticas públicas a busca por soluções relacionadas a problemas de *compliance* tributário diretamente com o contribuinte a fim de reduzir a complexidade culturalmente relacionada à matéria tributária.

O interesse no estudo da alfabetização fiscal é uma questão importante para os negócios já no final do século passado, tendo autores como McKerchar (1977) iniciado pesquisa neste sentido já na década de 1970, dando maior atenção ao setor dos negócios na década de 1990 (MCKERCHAR, 1995). Demonstrando seu entusiasmo na temática a autora teve como objetivo do seu estudo entender os contribuintes gestores de PMEs, suas fontes de informações tributárias e nível de literacia fiscal. Nesse estudo, foi constatado que os empreendedores possuem maior nível de conhecimento tributário se comparados à população em geral, todavia, restou evidente para a autora (MCKERCHAR, 1995) que estes não estão plenamente capacitados para gerir seus deveres tributários e usufruir das vantagens que as competências tributárias podem lhe proporcionar, que vão desde a economia pelo não pagamento de possíveis e prováveis multas até a aquisição de benefícios fiscais que não são de conhecimento geral.

No seu estudo os empreendedores entrevistados indicaram que suas fontes de informações tributárias são variadas, contando com o auxílio de profissionais terceirizados do setor privado e consultas com órgãos governamentais como o *Australian Taxation Office*, todavia, essa interação com outros profissionais não ocorria de forma frequente.

Esse fato motivou a autora a concluir que o comportamento tributário dos empreendedores necessita de aprimoramento, devendo estes dedicarem mais tempo e esforço para se alfabetizar na matéria tributária, visto que os resultados da análise dos questionários demonstraram um conhecimento limitado acerca de questões tributárias de cunho pessoal como a aposentadoria, e profissional como é o caso dos benefícios fiscais. Já na década de 1990 a autora observou os efeitos da confiança na literacia fiscal quando, assemelhando ao recente estudo de Anderson, Baker e Robinson (2017), constatou que o excesso de confiança faz com que os contribuintes deixem de buscar melhorar ou atualizar as suas competências, tomando assim decisões com base em conhecimentos equivocados ou ultrapassados.

Como resposta, os empreendedores tornavam-se passíveis de sofrer prejuízos causados pela promulgação de novas leis tributárias ou diretrizes que viessem a mudar a sistemática consolidada no dia a dia de seus negócios, as quais só viriam a serem conhecidas por estes indivíduos após a notificação de sanção pelo Estado ou pela informação de que o tributo foi pago de forma equivocada durante alguma consultoria realizada com profissional devidamente literado. A justificativa para tal comportamento estava justamente nessa confiança de que poderiam solucionar o problema sem o devido auxílio ou caso buscassem ajuda por conta de uma mudança de atitude e pensamento antes de terminar o processo de alfabetização fiscal.

A contribuição de McKerchar foi de tamanha expressividade para o mundo acadêmico que uma série de estudos seguiram os delineamentos por ela traçados, dentre os quais é merecedora de destaque a investigação realizada por Nagel *et al.* (2019) com empreendedores iniciantes, a qual teve como seu objetivo primário a avaliação dos efeitos do treinamento tributário no *compliance* tributário e nos resultados dos empreendimentos destes indivíduos com pouco conhecimento prático.

Para atingir tal objetivo, os autores optaram por coletar dados de auditorias, questionários e registros únicos de autoridades holandesas responsáveis pela regulamentação e fiscalização fiscal, sendo uma destas a Administração Fiscal e Aduaneira da Holanda (*Belastingdienst* no idioma local), para o fim de avaliar a evolução do treinamento. Como amostragem obtiveram a participação de 818 empreendedores divididos em um grupo de controle (n=466) e um grupo de tratamento (n=352), sendo suas características principais a idade média de 35 anos, gênero masculino como maioria (60% aproximadamente), nacionalidade apenas holandesa (83,5% dos participantes) e nível de escolaridade com ensino superior completo (média de 48%) (NAGEL *et al.*, 2019).

Tendo como hipótese principal a de que, após o treinamento, os empreendedores estarão mais predispostos a preencher seus documentos tributários a tempo. Para se diferenciar dos demais estudos é que se destaca a especificidade da amostragem, contando com participantes de um país desenvolvido e com maior nível de escolaridade da população geral, com problemas específicos em seu ambiente, motivo pelo qual a atenção é direcionada aos regulamentos, administração de negócios e estruturação de fluxos de caixa durante o treinamento (NAGEL *et al.*, 2019).

O programa de treinamento utilizado teve como base os planejamentos criados pela *Belastingdienst* em 2007, com o intuito inicial auxiliar os empreendedores de primeira viagem a se tornarem aptos a cumprirem de maneira integral as suas responsabilidades fiscais tendo,

como objetivo secundário, a redução de custos e tempo da agência causada pelas falhas de preenchimento de documentos e consequente redução de arrecadação de tributos por desconhecimento tributário dos contribuintes (NAGEL *et al.*, 2019).

Com certo grau de personalização é que se planejaram os programas a serem oferecidos de forma gratuita ao participante do grupo de treinamento, sendo ele ministrado por um oficial tributário na casa ou sede do empreendedor, possibilitando que cada participante passasse por um processo educacional específico para suas características pessoais e necessidades. A dedicação em desenvolver um treinamento de qualidade foi tanta que o processo foi dividido em três etapas a serem aplicadas ao longo de três anos. Na primeira etapa o oficial tomava conhecimento das peculiaridades do caso a se auxiliar, na segunda etapa, acontecia a explicação dos fundamentos da alfabetização fiscal, com explicações sobre o pagamento de tributos e a existência e requisitos para o requerimento de benefícios tributários, por fim, na terceira etapa, os empreendedores recebem ensinamentos sobre a gestão tributária e os conhecimentos necessários para lidar com tributos específicos às atividades exercidas por seu empreendimento (NAGEL *et al.*, 2019).

Como conclusões desta importante investigação é que os autores destacam os efeitos positivos dos treinamentos no *compliance* tributário, tendo este resultado sido encontrado em estudos recentes que afirmam ser mais vantajoso ao fisco e aos contribuintes, assim o ensinamento é direcionado ao pagamento de tributos como um serviço e não mera obrigação, esta troca de abordagem representa um instrumento fortemente indicado para o aumento do índice de cumprimento fiscal (NAGEL *et al.*, 2019).

Um das principais vantagens competitivas relatadas está nos conhecimentos e capacidades para preenchimento correto e manutenção de registros e contabilidade, elementos com certo grau de dificuldade aos empreendedores iniciantes, sendo uma das possíveis explicações para este fenômeno, segundo os autores, a constante busca por auxílio em detrimento da busca por conhecimento.

Ao completar o treinamento os empreendimentos demonstraram um nível maior de lucro se comparados ao grupo de controle, podendo se concordar assim com a conclusão do estudo de que as competências tributárias possuem efeitos positivos no desempenho e crescimento empresarial, transformando estas competências em uma vantagem competitiva frente aos concorrentes desinformados (NAGEL *et al.*, 2019).

Os sistemas fiscais acabam por ser, além de intricada compreensão, onerosos para as PMEs, sendo a percepção majoritária da literatura aqui estudada que estas complicações acabam direcionando os empreendimentos à informalidade ou, em casos mais graves, à

prática de conduta ilegais e imorais que afetam a paridade dos seus competidores, em maior escala, o setor econômico dos territórios em que exercem suas atividades. Estes sistemas precisam ser alterados com o propósito de reduzir as despesas do *compliance* tributário e ampliar a acessibilidade da população geral e gestores aos conhecimentos necessários para navegar na imensidão de informações fiscais presentes em cada atividade.

Clark e Thomas (2009) argumentam em sua obra que sistemas tributários mais simples são capazes de aumentar o ingresso de empreendimentos à economia formal, devendo as transformações a serem realizadas nestes sistemas considerarem as experiências e estruturas de outros modelos de regimes tributários, bem como ponderar os pontos de vista dos contribuintes sobre elementos específicos da legislação e os obstáculos por ela criados.

[...] as disposições de simplificação ajudam a alcançar um tratamento fiscal mais neutro de empresas de tamanhos variados, implicando em ganhos de eficiência, e encorajam o cumprimento (adesão) às leis fiscais de um país, incluindo a operação na economia "formal" em vez da economia informal (subterrânea) (CLARK; THOMAS, 2009, p. 119, tradução nossa).

Os sistemas fiscais almejados pelas PMEs devem apresentar uma maior distinção de tributação entre as grandes e pequenas empresas, com aplicações específicas ao tipo e porte de empresa, possibilitando a eliminação de comparações diretas com empresas completamente diferentes e, assim, incentivar o crescimento por meio de um sistema próprio (NORRIS *et al.*, 2019; YONG; FREUDENBERG, 2020).

Ainda que não se tenha optado por analisar estudos relacionados às empresas de um ramo de atividades em específico, fato é que estas, independentemente do produto ou serviço oferecido, sofrem grande pressão de seus competidores no seu mercado de atuação, estimulando-as a sempre buscarem por alternativas que lhes concedam uma vantagem competitiva.

Essa competitividade é representada por uma preferência de investimentos em empresas com maior grau de eficiência, ideais inovadores e forte potencial de crescimento e desenvolvimento, podendo grande parte do seu sucesso ser atribuído às competências dos empreendedores e seus colaboradores. Em sentido oposto, o excesso de competitividade em um mesmo setor faz com que os lucros sejam reduzidos, ainda que por um curto período, ou que novas alternativas sejam buscadas.

Com esta pressão competitiva e o desespero por sua sobrevivência é que as empresas reconhecem a importância dos recursos financeiros e sua relação com sua subsistência e desenvolvimento. Situações de crise fazem com que a competitividade se direcione a ilicitude

e imoralidade, com a implementação de métodos que ultrapassam as barreiras da moralidade e legalidade. Optando por se valer de práticas como o suborno, ocultação de informações e movimentações ou até mesma evasão fiscal aos sujeitos mal-intencionados acaba prejudicando seus concorrentes, o Estado e sociedade, impedindo o funcionamento saudável do mercado a aqueles que ali empreendem e, ainda, dificultam a boa condução dos processos de regulação e fiscalização por parte dos órgãos responsáveis.

Segundo a teoria defendida por Peng (2002), os empreendedores buscam de maneira racional atingir os interesses dos empreendimentos enquanto consideram as restrições que lhes são impostas formais ou informais. A constante existência da economia oculta gerada pelo mercado negro é o que representa a informalidade no sistema econômico de uma nação, colocando restrições e ofendendo a boa competitividade de empreendedores dentro da formalidade (WILLIAMS, 2014).

Se tratando do *compliance* tributário e os custos de se manter na formalidade é que os conhecimentos e capacidades adquiridas por meio de programas de alfabetização fiscal (CVRLJE, 2015; MOUČKOVÁ, VÍTEK, 2018) e financeira (HUSSAIN; SALIA; KARIM, 2018) demonstram seu potencial de incentivar o indivíduo a não se dirigir ao caminho da informalidade. Além disso, o Estado e sociedade devem evitar beneficiar e/ou dar preferência ao mercado negro e claramente informal, sob pena de retirar daquelas atividades formais e socialmente benéficas e o seu interesse em se manter como um membro ativo e bem-intencionado da sociedade (BRUHN; LOEPRICK, 2014).

Ao desconsiderar os efeitos da alfabetização fiscal observa-se que empreendimentos na informalidade tiram proveito de vantagens competitivas no mínimo injustas, com práticas que permitem oferecer produtos semelhantes ao de seus concorrentes formais, mas com um custo – para si e para o consumidor final – reduzido. Além disso, por desconhecimento ou entendimento equivocado acerca das vantagens do *compliance* tributário é que a informalidade desvia e oculta informações das normas que lhes são inconvenientes, seja pela burocracia ou pela onerosidade, agindo de maneira oposta a aqueles que cumprem corretamente suas obrigações fiscais, criando uma repercussão negativa para o mercado competitivo (CLARK; THOMAS, 2009; BRUHN; LOEPRICK, 2014).

Porém, conforme destacamos por diversas vezes durante nossa análise da bibliografia selecionada, mesmo que o empreendimento formal apresente – inicialmente – desvantagens consideráveis em relação à sua contraparte informal, tal posição desfavorável não é permanente. Como compensação por sua conduta íntegra e participação como membro da sociedade – e não apenas prestador de serviços e/ou fornecedor de produtos – é oportunizado

às empresas uma série de instrumentos e recursos não disponíveis a aqueles que agem na informalidade, como é o caso do acesso a empréstimos, proteção de seus direitos de propriedade, possibilidade de reparação de danos pela via judicial e outros.

O financiamento está dentre um dos principais fatores relacionados à sobrevivência das empresas, sendo um dos meios para aquisição destes os empréstimos bancários (GODARTH; LEISMANN, 2016). As instituições financeiras, como forma de reduzir as chances de inadimplência acabam requerendo garantias e documentações devidamente preenchidas e reconhecidas por órgãos específicos, elementos que não são comumente encontrados em empreendimentos informais e, assim, servem de motivação para a recusa de acesso ao crédito. Reforçando esta colocação é que se expõem os dados auferidos pelo SEBRAE (2017) o qual demonstrou que, somente no ano de 2017, 10% dos empreendedores tiveram dificuldades devido à falta/erros com a documentação contábil e 11% com a documentação fiscal.

Considerando que a amostragem de empresas foi de 6.889 entrevistadas durante o período de maio a agosto de 2017 é que conseguiu-se reforçar o argumento de que o exercício das atividades de maneira formal e as alfabetizações financeiras e fiscais são de extrema importância para o desenvolvimento, crescimento e vantagem competitiva das empresas. Neste sentido, Resmi *et al.*, (2019) retratam que:

Se os atores empresariais nos setores de MPME (MPMEs criativas neste estudo) tiverem a capacidade adequada de alfabetização financeira e tributária, a decisão financeira e de negócios determinada será direcionada para um melhor desenvolvimento de tempos em tempos, irá melhorar a capacidade da empresa de sobreviver em meio à crise, e fazer com que o negócio tenha sustentabilidade de longo prazo (RESMI *et al.*, 2019, p.7, tradução nossa).

As competências do gestor devem incluir o gerenciamento dos recursos financeiros e humanos, principalmente durante o período inicial das PMEs, contando com a capacidade dos tomadores de decisões em planejar e implementar estratégias com os recursos que lhe são disponíveis no momento para que suas chances de sucesso sejam aumentadas e transformando suas qualidades em uma vantagem competitiva adequada ao crescimento e desenvolvimento empresarial.

A cultura corporativa e o comportamento do empreendedor são capazes de influenciar o destino de uma empresa, cabendo a eles, por meio de seus conhecimentos e habilidades, estimular seus colaboradores a corresponderem às suas expectativas de atenderem-se ao formalismo. Com colaboradores devidamente alfabetizados na matéria financeira e fiscal os gestores

podem confiar que suas instruções foram devidamente compreendidas e que sua intenção será replicada corretamente, podendo gozar de vantagens competitivas mesmo em posição de desvantagem frente aos competidores informais.

O conhecimento financeiro e fiscal e a capacidade de lidar com ele é fundamental para que o empreendimento navegue pelo mercado que está inserido, seus sistemas financeiros e tributários sem precisar praticar atos que vão contra a competição justa (LEE; YU, 2004; KOTTER, 2008; CAPUANO; RAMSAY, 2011; MAYBUROV; LEONTYEVA, 2017).

Quanto às hipóteses a serem aportadas, a **Hipótese 1: Os gestores e empreendedores brasileiros do sexo masculino apresentam um nível de literacia financeira pessoal (LFP) maior que o feminino.** Quanto a esta hipótese, são inúmeros os artigos que demonstram este resultado, como por exemplo o trabalho de Liu *et al.* (2020), e Balasubramnian e Sargent (2021). Tais estudos realizam questionários e testes quanto ao conhecimento, habilidades e comportamento financeiro e revelam, ao final, que pessoas do sexo masculino tendem a demonstrar maiores resultados na educação financeira.

Potrich (2016) desenvolveu um indicador para avaliar o nível de alfabetização financeira e analisar as diferenças de gênero para então identificar se os indivíduos possuem baixo ou alto nível de alfabetização financeira, bem como traçar um perfil do grupo mais vulnerável. Os autores realizaram pesquisa com 2.485 indivíduos no Brasil e os principais resultados mostraram que a maioria dos indivíduos possui baixo nível de alfabetização financeira em ambos os sexos, observando, contudo, uma relação significativa entre alfabetização financeira e gênero. Neste estudo, o autor demonstrou a maior proporção de homens entre aqueles com alto nível de alfabetização financeira. No entanto, as conclusões sugerem que maiores esforços devem ser feitos para atingir as mulheres, principalmente as que são solteiras e com menor escolaridade e renda.

Liu *et al.* (2020) analisaram o impacto da educação financeira de um empreendedor sobre a inovação em PMEs e, assim fazendo, estende a teoria do capital humano para considerar o efeito da educação financeira nas decisões de investimento arriscadas. Usando um grande conjunto de dados de pesquisa de PMEs chinesas em 2015 e 2017, os resultados dos autores sugerem que a alfabetização financeira está positivamente associada à inovação e, além disso, os autores descobriram que o gênero é importante, pois os proprietários de empresas do sexo masculino parecem promover mais inovações, enquanto o tamanho da empresa está positivamente associado à inovação.

Já Balasubramnian e Sargent (2021) examinaram se as percepções inflacionadas de

literacia financeira afetam a tomada de decisões financeiras. As lacunas entre a alfabetização financeira objetiva e a alfabetização financeira autorrelatada (percebida) (pontos cegos) preveem 19 comportamentos financeiros melhor do que idade, sexo, renda, etnia, estado civil, situação de trabalho autônomo e níveis de educação geral. Apenas dois preditores, alfabetização financeira percebida e educação financeira apresentavam níveis semelhantes de poder preditivo sobre os comportamentos financeiros.

Aqueles com percepções inflacionadas de alfabetização financeira são mais propensos a perder o pagamento da hipoteca, receber uma chamada de cobrança, usar dívidas informais e ter um comportamento bancário insatisfatório. Aqueles sem pontos cegos tomam melhores decisões financeiras. As diferenças entre aqueles com e sem pontos cegos são mais pronunciadas entre os indivíduos com maior escolaridade e renda.

Hipótese 2 : Quanto maior o nível de escolaridade dos gestores e empreendedores brasileiros, maior o nível de literacia financeira pessoal (LFP).

Corroboram esta hipótese, os resultados e conclusões obtidos pela maioria dos estudos que se dedicam a analisar essas variáveis, como o estudo de Potrich (2016). A pesquisa mostra resultados que indicam que indivíduos com maiores níveis de alfabetização financeira tendem a participar mais do mercado de ações, assim como encontra suporte para a lacuna de gênero na alfabetização financeira e na participação no mercado de ações. O estudo observa, ao final, que não somente qualificação e renda, mas também idade está positivamente associada à participação no mercado de ações.

Os autores apresentaram um Teste de Julgamento Situacional desenvolvido recentemente e que se concentra na competência financeira e examinaram se as diferenças entre os grupos são atribuíveis a diferenças individuais ou devido a um viés de teste. Os resultados mostram que dois fatores do teste mostram invariância de medição para todos os grupos considerados (gênero, migração e formação educacional, oportunidades de aprendizagem). Assim, as comparações de grupos são possíveis e as diferenças de potencial não são devidas a um viés de teste, contudo, em contraste com os resultados de muitos estudos anteriores, a análise das diferenças médias não mostra nenhum déficit sistemático na educação financeira para grupos específicos (WUTTKE *et al.*, 2020).

Hipótese 3: Quanto maior a idade dos gestores e empreendedores brasileiros, maior o nível de literacia financeira pessoal (LFP).

Sharma *et al.* (2019) concluem em seu estudo que pessoas maiores de 38 anos e com mais de 12 anos de experiência profissional têm melhores níveis de LFP.

Hipótese 4: A literacia financeira pessoal (LFP) impacta positivamente a

qualidade da decisão empresarial (QDE).

Tuffour, Amoako e Amartey (2020) revelaram um efeito significativo da literacia financeira no desempenho da empresa (desempenho financeiro e não financeiro). Além disso, todos os três componentes da educação financeira (consciência, atitude e conhecimento) têm um efeito positivo significativo sobre o desempenho financeiro e não financeiro.

Sohilauw, Nohong e Sylvana (2020) também se dedicaram a relacionar os impactos da literacia financeira na decisão empresarial ao estudar o relacionamento entre Literacia Financeira, Decisão de Financiamento Racional e Desempenho Financeiro em Pequenas e Médias Empresas de Makassar.

Hipótese 5: Os gestores e empreendedores brasileiros do sexo masculino apresentam um nível de literacia fiscal tributária (LFT) maior que o feminino. Hipótese 6: Quanto maior o nível de escolaridade dos gestores e empreendedores brasileiros, maior o nível de literacia fiscal tributária (LFT). Hipótese 7: Quanto maior a idade dos gestores e empreendedores brasileiros, maior o nível de literacia fiscal tributária (LFT).

Não foram localizados artigos que analisassem as variáveis sociodemográficas em relação à literacia fiscal, especificamente. Considerando as afirmações de alguns autores como Koretskaya-Garmash (2017) que defende a hipótese de que o aumento da conscientização tributária também está relacionado ao aprimoramento da educação financeira, ou seja, pessoas que têm comportamento financeiro tendem a ter maior acurácia tributária. E Batrancea *et al.* (2018) que relacionam o comportamento tributário e a sustentabilidade e demonstram as características de um comportamento tributário sustentável a partir de fatores de finanças comportamentais, toma-se, então, por base para este estudo, de que as variáveis a serem analisadas nas hipóteses 5, 6 e 7 possuem forte correlação com as hipóteses 1, 2 e 3 que fazem essas mesmas análises de variáveis, porém em relação à educação financeira.

Hipótese 8: Quanto maior o nível de literacia financeira pessoal (LFP), maior é o nível de literacia fiscal tributária (LFT).

Quanto a isso, Potrich (2016) coloca que as atitudes financeiras são estabelecidas por meio de crenças econômicas e não econômicas do tomador de decisão sobre o resultado de um determinado comportamento e são, portanto, um fator chave na qualidade de tomada de decisão pessoal.

Hipótese 9: A literacia fiscal tributária (LFT) impacta positivamente a qualidade da decisão empresarial (QDE).

Quanto a literacia fiscal, Batrancea *et al.* (2018) afirmam que os impostos são um elemento importante na alteração dos níveis de sustentabilidade econômica, social e ambiental

das organizações em todo o mundo. Ao contrário do que afirmam Batrancea *et al.* (2018), Resmi, Pahlevi e Sayektio (2021) objetivaram determinar em seu estudo o efeito da literacia financeira e fiscal no desempenho das PMEs da cidade de Yogyakarta na Indonésia e identificaram que a literacia financeira teve um efeito na vantagem competitiva e no desempenho das PMEs, contudo a literacia fiscal não teve efeito sobre esse desempenho, segundo resultados dos autores.

Nota-se que, no que tange a literacia fiscal e sua relação com a tomada de decisão empresarial, a produção científica ainda é rara, dificultando, portanto, o embasamento ou mesmo a refutação de hipóteses nesse campo.

Hipótese 10: Quanto melhor o comportamento financeiro pessoal (CPFP), melhor o comportamento fiscal tributário (CPFT).

De Lema, Palomo e Soto (2021) demonstram que a alfabetização financeira do gestor ou chefe executivo de uma empresa exerce um impacto direto e indireto na inovação tecnológica de uma empresa, por meio do alívio de restrições financeiras e ganho de eficácia na gestão dos custos e receitas, ou seja, o comportamento e ações intimamente ligadas à acurácia e na tomada de decisão empresarial.

O estudo aqui realizado tem como uma de suas contribuições o seu proveito aos tomadores de decisões de PMEs, uma vez que efetuada uma exposição e análise – até a presente etapa por meio de uma revisão de literatura – dos efeitos positivos da alfabetização financeira e fiscal tributária sobre o crescimento, desenvolvimento e competitividade de uma empresa, enfatizando-se a imperatividade da aquisição destas competências para o sucesso dos empreendimentos. A partir da conclusão desta etapa da pesquisa, podem-se observar evidências acerca dos efeitos positivos da alfabetização financeira e fiscal dos empreendedores para o destino de suas empresas. Com isso, há robusto embasamento para a elaboração das hipóteses a serem trabalhadas neste projeto que serão apresentadas no capítulo a seguir.

3 REVISÃO SISTEMÁTICA BIBLIOMÉTRICA

Os estudos que envolvem literacia financeira e fiscal tributária vêm ganhando destaque no Brasil. A gestão financeira, fiscal tributária e de custos tem significativa relevância na qualidade da tomada de decisão gerencial, propiciando tanto maior qualidade no produto vendido ou serviço prestado como também alívio financeiro para novos investimentos. Para tanto, a literacia financeira dos seus gestores pode representar significativa diferença na saúde financeira de uma organização empresarial.

De Lema, Palomo e Soto (2021) concluíram que a alfabetização financeira do gestor ou chefe executivo de uma empresa exerce um impacto direto e indireto na inovação tecnológica de uma empresa, por meio do alívio de restrições financeiras e ganho de eficácia na gestão dos custos e receitas.

No intuito de investigar e conhecer melhor a produção científica mundial acerca desta temática, realizou-se um mapeamento dos principais estudos já realizados tanto no Brasil como internacionalmente por meio de revisão sistemática bibliométrica a partir de termos relevantes a este estudo. Dessa forma, por meio de técnicas quantitativas de pesquisa, conseguiu-se minimizar a incidência da subjetividade na seleção e apuração das publicações em prol de índices melhores de confiabilidade dos dados e indicadores.

A revisão sistemática emerge da ação de diminuir problemas relacionados com a pesquisa bibliográfica primária, conferindo mais confiança e segurança à mesma. É por meio da revisão sistemática que as evidências são relacionadas com estratégias e processos de intervenção singulares, por meio de aplicação de métodos explícitos e pela sistematização da busca de dados, apreciação baseada na criticidade e, por fim, a condensação dos dados e informações selecionadas.

Após a definição das estratégias de busca de pesquisas científicas e posteriormente a seleção do material, com o intuito de facilitar todo o processo, os pesquisadores utilizam dos estudos e processos métricos como ferramenta de análise a fim de avaliar a informação instituída com base em recursos quantitativos. Assim, diante dos achados oriundos da revisão sistemática, aplica-se a bibliometria, que de modo inteiramente quantitativo, faz uma avaliação sobre a relevância das pesquisas e publicações selecionadas por meio de indicadores com o intuito de nortear o sistema de seleção de todo o aporte bibliográfico que melhor se adeque ao objeto de estudo pesquisado.

Oliveira e Gracio (2011) retratam que os estudos bibliométricos servem para desenvolver modelos matemáticos, dados e medidas quantitativas da produção a fim de

mensurar a produção e disseminação científica.

Sampaio e Mancini (2007) elencam 05 etapas ou critérios importantes na construção de uma revisão sistemática, conforme tabela 2.

Tabela 2 – Etapas para construção de uma Revisão Sistemática

Etapas	Ação	Descrição
Etapa/ critério 1	Definição da pergunta	Estabelecimento do que se deseja fazer a pesquisa. Formulação clara e objetiva das questões da pesquisa.
Etapa/ critério 2	Busca de evidências	Busca em bases de dados por meio de descritores construídos com as palavras-chave e operadores booleanos.
Etapa/ critério 3	Revisão e seleção de estudos	Estabelecimento de critérios a serem incluídos ou excluídos.
Etapa/ critério 4	Análise da metodologia da pesquisa	Agrupamento de dados a partir das semelhanças de artigos.
Etapa/ critério 5	Apresentação de resultados	Etapa final feita a partir da construção dos resultados de acordo com a questão norteadora estabelecida na primeira etapa supracitada.

Fonte: Sampaio e Mancini (2007).

3.1 Especificações da Revisão Bibliométrica

3.1.1 Coleta de Dados

Realizou-se estudo bibliométrico sobre literacia financeira e fiscal no âmbito corporativo, independente dos métodos de pesquisa e técnicas de análise utilizados, no intuito de conhecer a produção científica mundial acerca do tema dedicado especificamente ao campo empresarial, tal como o presente estudo se propõe.

A pesquisa foi realizada no mês de agosto de 2021 na base de dados EBSCO - *Business Source Complete* - como fonte de pesquisa a partir dos termos de busca '*Business Financial Literacy*', '*Corporate Financial Literacy*', '*Financial Literacy for Business*', '*Business Tax Literacy*' e '*Corporate Tax Literacy*', limitando-se às publicações em periódicos acadêmicos dos últimos três anos, abrangendo o período de janeiro de 2018 a julho de 2021.

Utilizou-se o processo estruturado de revisão bibliográfica *Knowledge Development Process-Constructivist* (ProKnow-C) que é uma técnica útil para identificar um Portfólio Bibliográfico (PB) relevante sobre a temática selecionada, realizar uma análise crítica e identificar lacunas na literatura do tema, bem como construir conhecimento sobre um determinado tema para o pesquisador segundo uma visão construtivista (ENSSLIN *et al.*, 2014). Considerando todos os termos de busca citados, foram localizados 888 artigos no total.

3.1.2 Procedimentos para Análise dos Dados

Após definido o PB na temática de Literacia Financeira e Fiscal no âmbito corporativo e/ou organizacional, composto por 12 artigos identificados na primeira etapa do *ProKnow-C*, realizou-se a segunda etapa e última etapa do processo proposta neste trabalho, a análise bibliométrica dos artigos.

O objetivo da análise bibliométrica é gerar conhecimento sobre alguns pontos relevantes do tema em estudo e, para isso, são selecionadas algumas características a serem investigadas, por meio da identificação de sua ocorrência e, posteriormente, por meio da busca de informações adicionais para subsidiar as argumentações do pesquisador (ENSSLIN *et al.*, 2014).

Na análise dos artigos empíricos, foi utilizado o mesmo método utilizado por Helden, Johnsen e Vakkuri (2008). Para a identificação dos métodos de pesquisa utilizados, foram classificados como quantitativos os estudos que buscam explicação de alguma variável em uma população por meio do estudo de uma amostra, e como qualitativos os estudos que se aprofundam em um determinado caso.

3.1.3 Resultados Encontrados no Estudo Bibliométrico e PB selecionado

O tema geral proposto para a busca: Literacia Fiscal e Financeira aplicada a Negócios e/ou Organizações foi pensado e planejado com o intuito de segmentar melhor os resultados, considerando que os termos de literacia financeira e fiscal são bastante abrangentes e inevitavelmente retornariam artigos não relevantes para a proposta almejada. Este tema foi proposto apenas como um norteamento, em língua portuguesa mesmo, pois inicialmente, trata-se de uma tentativa de afunilamento dos possíveis resultados de acordo com a ideia central de unir literacias financeira e fiscal tributária aos negócios, não se tratando ainda da definição dos termos de busca a serem utilizados. Os termos de busca em inglês foram então definidos, com base neste norteamento principal.

Considerando todos os termos de busca utilizados, foram localizados 888 artigos no total. É importante frisar que esse abrangente resultado foi alcançado por meio da seleção automatizada da tecnologia de busca da própria base de dados denominada '*SmartText*' que, ao não encontrar resultados com os termos exatos de busca aplicados, busca por termos semelhantes, o que resultou em um grande número de resultados da temática de literacia financeira e fiscal, porém, aplicadas a diferentes campos como social, cultural, educacional, geral etc. O detalhamento mediante termo de busca desses resultados segue:

- Termo '*Business Financial Literacy*': 11 artigos;
- Termo '*Corporate Financial Literacy*': 02 artigos;
- Termo '*Financial Literacy for Business*': 23 artigos;
- Termo '*Business Tax Literacy*': 726 artigos;
- Termo '*Corporate Tax Literacy*': 126 artigos.

Destes 888 resultados iniciais, após pré-seleção dos títulos, verificou-se que apenas 36 alinhavam-se com a proposta inicial de unir a literacia financeira e fiscal ao campo corporativo e/ou organizacional. Realizou-se então uma seleção mais aprofundada baseada tanto em excluir as duplicidades, como principalmente, ler os resumos dos artigos para filtragem e seleção dos trabalhos que, de fato, eram relevantes ao objetivo desta pesquisa.

Os critérios utilizados para esta análise basearam-se na seleção dos artigos de acordo com o seu alinhamento ao objeto proposto na seguinte sequência: i) alinhamento do título; ii) alinhamento do resumo; iii) disponibilidade do artigo; iv) alinhamento integral do artigo; e v) exclusão de duplicidades.

A Tabela 4 apresenta o processo de busca e filtragem do Portfólio Bibliográfico (PB).

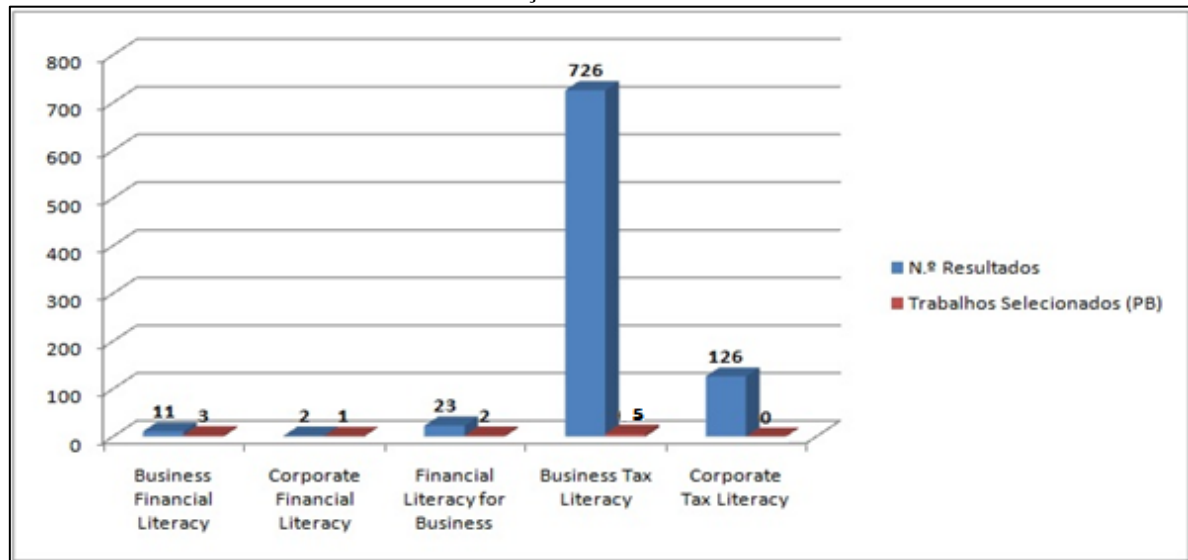
Tabela 3 - Processo de coleta de dados da revisão bibliográfica

Entrada	Resultado 1	Resultado 2
	Artigos p/ Verificação de Alinhamento	Artigos Selecionados (PB)
Tema: Literacia Fiscal e Financeira aplicada a Negócios e/ ou Organizações	Resultado total: 888 artigos	PB Total: 11 artigos
Comandos de busca Eixo 1: "Business Financial Literacy"; "Corporate Financial Literacy"; "Financial Literacy for Business".	Verificação: 11 artigos Verificação: 02 artigos Verificação: 23 artigos	Selecionado: 03 artigos Selecionado: 01 artigos Selecionado: 02 artigos
Comandos de busca Eixo 2: "Business Tax Literacy"; "Corporate Tax Literacy".	Verificação: 726 artigos Verificação: 126 artigos	Selecionado: 05 artigos Selecionado: 00 artigos

Fonte: Autor (2021).

E com isso, alcançou-se o Portfólio Bibliográfico (PB) de 11 trabalhos no total, 6 para os termos de busca relacionados a literacia financeira e 5 para literacia fiscal.

Gráfico 1 - Relação da busca x PB selecionado



Fonte: Autor (2021).

Todos os trabalhos retornados são da área de Negócios e Economia, a qual é especialidade da base de dados EBSCO utilizada. A Tabela 4 exhibe os principais dados dos artigos que compõem o PB deste estudo.

Tabela 4 - Portfólio bibliográfico (PB) selecionado

N.º	Título do Trabalho	Tipo de Pesquisa	Abordagem	Jornal	Ano	Autores
1	<u>Impact of entrepreneurs' financial literacy levels on business performances</u>	Empírico	Qualitativo	<u>International Journal of Management Economics & Business</u>	2021	<u>Sünbül, volkan; buğan, üyesi mehmet fatih</u>
2	<u>Level of Financial Literacy of Incubated Entrepreneurs.</u>	Empírico	Quantitativo	<u>RAIMED: Revista de Administração IMED.</u>	2019	<u>de Marco Canton, Vanessa Barichello, Rodrigo</u>
3	<u>Financial literacy and owner-managed small sized service enterprises performance for lagos metropolis' sustainable development.</u>	Empírico	Qualitativo	<u>International Journal of Business & Economics Perspectives.</u>	2018	<u>Siyanbola, Tejumade O</u>

4	The system of relationships between sustainable corporate governance and corporate financial literacy.	Teórico	Quantitativo	Polish Journal of Management Studies.	2021	R., Tóth1; Z., Zéman; I., Túróczi R., Kásaturóczi. J., Popp J., Oláh6 olah.
5	Is the literacy of small business owners important for cash flow management? the experts' perspective.	Teórico	Quantitativo	Journal of the Australasian	2018	Isle, melissabelle1 freudenberg, brett sarker, tapan1
6	The Influence of Financial Literacy on the Performance of Small and Medium-Scale Enterprises.	Teórico	Quantitativo	IUP Journal of Accounting Research & Audit Practices.	2019	Sharma, Asha1 drashasharma .
7	The impact of entrepreneurs' financial literacy on innovation within small and medium-sized enterprises.	Teórico	Quantitativo	International Small Business Journal: Researching Entrepreneurship	2021	Liu, Baohua Wang, Jiancheng Chan, Kam C Fung, Anna
8	Some Features of Hungarian Financial Literacy in the Light of the Economic Behavior of Small and Medium-sized Enterprises.	Teórico	Quantitativo	Public Finance Quarterly	2018	Gyóri, Ágnes agnes. Czakó, Ágnes
9	Financial literacy: the impact on the profitability of the smes in Kuching.	Empírico	Quantitativo	International Journal of Business & Society.	2020	Rahim, Balan
10	The Relationship between Financial Literacy, Rational Financing Decision, and Financial Performance: An Empirical Study of Small and Medium Enterprises in Makassar.	Empírico	Quantitativo	Jurnal Pengurusan. 2020,	2020	Sohilauw, Muhammad Irfai Nohong, Mursalim Sylvana, Andi

11	Culture, financial literacy, and SME performance in Ghana	Teórico	Quantitativo	Cogent Economics & Finance.	2018	Agyei, Samuel Kwaku
----	---	---------	--------------	-----------------------------	------	---------------------

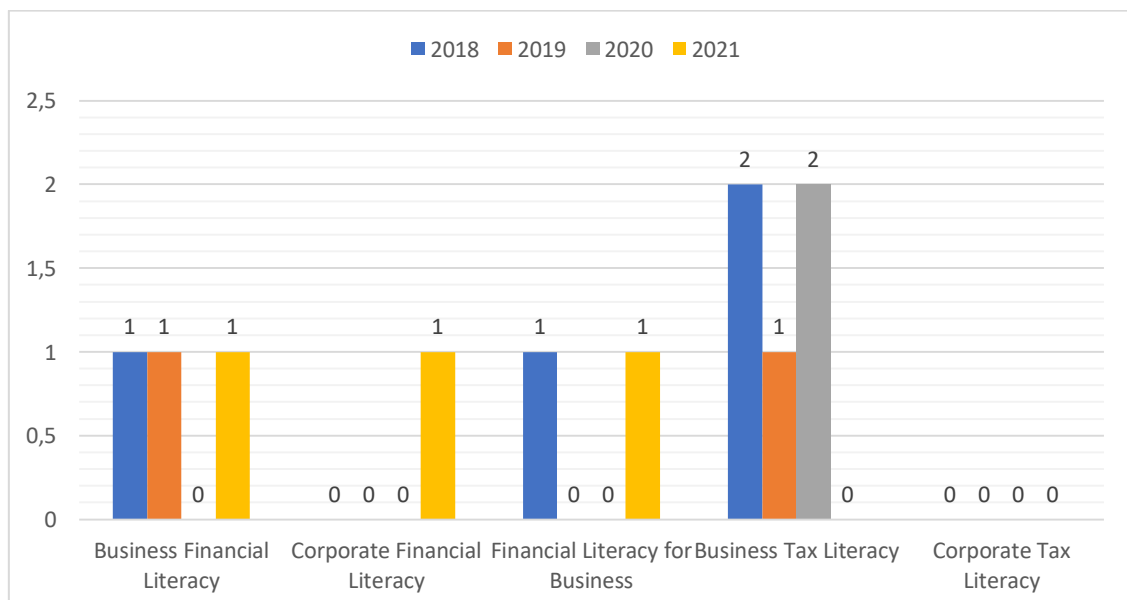
Fonte: Autor (2021).

Embora os estudos se dividam entre empíricos e teóricos, suas abordagens são predominantemente quantitativas por meio de cálculos matemáticos e comparativos para alcançar os resultados. Já os estudos de abordagem qualitativa, em sua maioria, empregam como ferramenta para coleta dos dados, principalmente, questionários e entrevistas, bem como a análise documental para explorar os temas propostos. Do PB de 11 artigos selecionados, 6 eram teóricos e 5 empíricos e, destes, 9 utilizavam a abordagem quantitativa, enquanto 2 fizeram uso da abordagem qualitativa.

3.1.4 Evolução Anual de Publicações

Relacionando o PB por Termos de Busca durante o período selecionado de 2018 a 2021, verifica-se um equilíbrio de variação das publicações cujos termos principais possuem o Eixo 'Literacia Financeira' e ligeira queda nos trabalhos que utilizam os termos mais relacionados a 'Literacia Fiscal', conforme pode ser visto no Gráfico 2 a seguir.

Gráfico 2 - Evolução anual de publicações



Fonte: Autor (2021).

Contudo, observa-se que os trabalhos com o termo 'Literacia Fiscal Empresarial' ou '*Business Tax Literacy*' é majoritariamente mais utilizado e não sofreu queda entre os anos de 2019 e 2020, e mostrou crescimento em 2021.

3.1.5 Considerações do Estudo Bibliométrico

O conceito de literacia financeira, cuja importância aumenta no cotidiano atual, e ao analisar do ponto de vista histórico não é um conceito muito antigo para o país, e de fato tornou-se marcante para os indivíduos com o aumento da exposição dos estudos nos últimos anos. Agora é entendido por cada indivíduo que há algumas informações financeiras que todos que têm negócios, de qualquer volume, deveriam saber. Desta forma, os níveis de alfabetização financeira dos indivíduos mostram as dimensões da informação financeira de que necessitam.

Batrancea *et al.* (2018), relacionam o comportamento tributário e a sustentabilidade, demonstrando as características de um comportamento tributário sustentável a partir de fatores de finanças comportamentais. De Lema, Palomo e Soto (2021) informam que a alfabetização financeira do gestor, ou chefe executivo de uma empresa, exerce um impacto direto e indireto na inovação tecnológica de uma empresa, por meio do alívio de restrições financeiras e ganho de eficácia na gestão dos custos e receitas.

Nesse sentido, considerou-se útil o aprofundamento na leitura e análise dos trabalhos científicos mundiais que aplicam as teorias de finanças comportamentais, bem como literacia financeira e fiscal tributária ao campo empresarial e, assim, cultivar este conhecimento com intuito de agregar a realidade de negócios brasileiros, visando o alcance da qualidade da decisão de tomada de decisão mais acurados e informados e um acréscimo na eficácia na saúde financeira das organizações.

Sünbül e Buğan (2021) foram motivados pela ideia de que empresários de Gaziantep (cidade da Turquia) necessitariam de literacia financeira mais do que se imagina. À luz da alfabetização financeira procuraram definir os níveis de literacia financeira destes empresários. Além disso, ponderaram que o desempenho empresarial dos empreendedores seria afetado pelos seus níveis conhecimento financeiro e se este tem efeito sobre o desempenho dos negócios.

Os autores aplicaram questionários a 206 empresários com negócio operacional na cidade de escolha, composto por escalas de alfabetização financeira e desempenho empresarial. Dos resultados obtidos no estudo, foi descoberto que **o nível de alfabetização financeira afetou o desempenho dos negócios de forma significativa e positiva. Além disso, ficou claro que os níveis de alfabetização financeira dos empreendedores não foram afetados pelo seu nível de escolaridade** (grifo nosso). No estudo de inquérito realizado a estes empreendedores, aplicou-se uma escala de literacia financeira composta por

8 categorias e 38 questões e uma escala de desempenho empresarial composta por 4 questões (SÜNBL; BUĞAN, 2021).

Foi examinada a relação entre os níveis de alfabetização financeira e o desempenho dos empreendedores. De acordo com os resultados do estudo, apurou-se que o nível de literacia financeira dos empresários era de 65,88%. Com base na análise de regressão linear simples os autores concluíram que o nível de alfabetização financeira afetou o desempenho empresarial dos empreendedores de forma positiva e significativa. Os níveis positivos aumentaram o desempenho nos negócios. Observaram que as **características demográficas** (grifo nosso) dos empreendedores afetaram seus níveis de alfabetização financeira. Os empreendedores precisam constantemente tomar decisões financeiras enquanto gerenciam seus negócios.

Com base na análise de regressão linear simples os autores concluíram que o nível de alfabetização financeira afetou o desempenho empresarial dos empreendedores de forma positiva e significativa. Os níveis de alfabetização financeira dos empreendedores aumentou o desempenho nos negócios. Observaram que as características demográficas dos empreendedores afetaram seus níveis de alfabetização financeira.

Os empreendedores precisam constantemente tomar decisões financeiras enquanto gerenciam seus negócios. Essa situação exige que tenham um nível mínimo de alfabetização financeira para continuar suas atividades gerenciais, independentemente de seu nível de escolaridade. Assim, à luz dos resultados obtidos no estudo, concluiu-se que os níveis de literacia financeira dos empreendedores são independentes dos seus níveis de escolaridade. Os resultados foram consistentes com os resultados de muitos estudos na literatura, afirmando que a educação financeira é necessária para aumentar o nível de alfabetização financeira.

A mesma recomendação pode ser considerada válida para a presente pesquisa. Pensa-se que será benéfico aumentar o conhecimento financeiro dos empresários mediante formações a serem ministradas pelas instituições como as câmaras ou associações a que pertencem. Além disso, prevê-se que será promissor para os empresários realizar regularmente análises de desempenho do negócio.

O estudo de Canton e Barichello (2019) preencheu uma lacuna importante sobre dados demográficos e perfil dos empreendedores, mas infelizmente é focado em um público determinado e regional (incubadora implementada por Universidade) e essa é a principal limitação do estudo. Da amostra de 42 pessoas, descobriu-se que os empreendedores são na maioria jovens, de 19 a 29 anos, do sexo masculino e mais de 45% dos empreendimentos pertencem ao segmento de prestação de serviços. Com relação à alfabetização financeira, o

índice da amostra para atitude financeira, comportamento financeiro e conhecimento financeiro foi de 0,74877. O grupo com baixa alfabetização foi composto por 20% da amostra e o grupo com alta alfabetização é composto por 80% da amostra. 66% da amostra admitiu ter buscado a incubadora para receber apoio de profissionais especializado.

Siyanbola (2018) examinou a relação entre a alfabetização financeira dos proprietários e o desempenho de suas pequenas empresas prestadoras de serviços a partir do papel da literacia financeira dos empresários no desempenho e sucesso/fracasso das pequenas empresas de serviços na metrópole de Lagos. A população do estudo foi de 337 pequenas empresas. Das pequenas empresas de serviços registradas, foi aplicado um questionário de inquérito estruturado com 120 respondentes (cerca de 69% do número original distribuído).

Os resultados indicaram que uma proporção significativa dos proprietários respondentes reconheceu que ser alfabetizado financeiramente era fundamental para o sucesso dos negócios. De todas as variáveis demográficas dos proprietários consideradas, apenas a idade realmente influenciou a capacidade de literacia financeira dos empresários; no entanto, em termos de desempenho das empresas, a qualificação educacional, a idade e os produtos/serviços oferecidos em ordem decrescente determinariam o nível de desempenho concluindo que quando os proprietários das empresas de serviços de pequeno porte gerenciadas pelo proprietário são financeiramente alfabetizados e conhecedores, seus negócios têm maior probabilidade de sobreviver, levando a um impulso no crescimento econômico e no desenvolvimento sustentável.

O estudo húngaro de Györi *et al.* (2018) examinou a cultura de gestão financeira – centrando-se na literacia financeira e no comportamento dos empresários do setor de PMEs com base nos resultados de uma pesquisa representativa de âmbito nacional. A base de dados centrou-se em uma pesquisa intitulada “Financial Literacy in Hungary” de 2017. Foram examinados os diferentes indicadores de literacia financeira por meio de estatísticas simples. Posteriormente foi aplicada uma regressão logística multinomial, na qual os autores mostraram que o setor doméstico de PMEs pode ser segmentado de acordo com certas variáveis demográficas corporativas e outras variáveis independentes, bem como indicadores de alfabetização financeira. Três grupos podem ser distinguidos: (1) empresas tradicionais econômicas, (2) empresas sem recursos e (3) empresas financiadas com inteligência.

Os autores queriam descobrir se os empresários conheciam e utilizavam certos serviços bancários e financeiros modernos e novos produtos; se têm uma atitude cumulativa em relação ao dinheiro ou não pretendem poupar; se contratam empréstimos para investimentos ou não querem se endividar; se lutam pela segurança mediante diferentes tipos

de apólices de seguro e se são capazes de fazer face à insolvência temporária dos seus sócios. A política econômica influencia o uso de certas instituições financeiras importantes (produtos financeiros). Os três grupos de empresários gerenciam o funcionamento das empresas respondentes com formas de financiamento e gestão financeira marcadamente diferentes. O maior grupo (Cluster 1) compreendia 42,5% das empresas.

Posteriormente Tóth *et al.* (2021) examinaram hipóteses com base na literatura, utilizando bases científicas de alto impacto e também literatura secundária como as teses de doutorado. Na organização dos dados os pesquisadores utilizaram um questionário. A população da pesquisa consistia em empresas Húngaras com 25 a 250 funcionários e um volume de negócios anual inferior a € 50 milhões ou saldo anual total da folha não excede € 43 milhões.

O inquérito foi seguido de um método de amostragem aleatória sistemática: as hipóteses foram testadas nas respostas de 511 empresas. As hipóteses foram H1: O nível de alfabetização financeira corporativa tem um efeito positivo nos resultados financeiros corporativos e na eficiência das operações. H2: O nível de alfabetização financeira corporativa tem um efeito positivo no resultado das decisões financeiras corporativas. H3: O nível de alfabetização financeira corporativa tem um efeito positivo na assunção de riscos corporativos. H4: O tamanho da empresa afeta a qualidade da educação financeira corporativa.

Pesquisar o desempenho financeiro das PMEs e conectá-lo à sustentabilidade empresarial é um tema muito em voga não apenas entre pesquisadores científicos, mas também entre consultores de negócios, bem como profissionais atuantes. Esta pesquisa tentou responder à pergunta “qual é a relação entre governança corporativa e alfabetização financeira corporativa”? Foi desenvolvido e preenchido com sucesso um questionário pelos proprietários/CEOs das PMEs. Quatro áreas foram examinadas com relação à hipótese na literatura revisada baseada na eficiência, no resultado das decisões financeiras, na tomada de risco e no tamanho da empresa.

As empresas com um nível mais elevado de literacia financeira conduzem as suas operações comerciais de forma mais eficiente e equilibrada. O alto nível de alfabetização financeira nas PMEs domésticas aumenta as chances de um resultado positivo na tomada de decisões. O elevado nível de literacia financeira nas PME nacionais leva a uma gestão de risco mais consciente. O tamanho da empresa maior (por número de funcionários e rotatividade) resulta em um nível mais alto de consciência financeira e alfabetização financeira. Pode-se concluir que o índice de alfabetização financeira tem um impacto

significativo entre a causação da gestão empresarial e a qualidade.

O índice de alfabetização financeira desempenha um papel significativo no desempenho e na sustentabilidade (financeira) das PMEs, como na tomada e mitigação de riscos e na tomada de decisões. A principal contribuição deste artigo é a criação do índice de alfabetização financeira e a elaboração de seus componentes, que oferece uma ferramenta completa de levantamento tanto para pesquisadores quanto para especialistas.

Embora o estudo de Tóht *et al.* (2021) contribua para a literatura sobre finanças e alfabetização financeira, ele apresentou as mesmas limitações de estudos anteriores (SIYANBOLA, 2018; CANTON; BARICHELLO, 2019; SÜNBLÜ; BUĞAN, 2021) algumas limitações. Os resultados são válidos apenas na Hungria e no sector das PME húngara, pelo que não podem ser generalizados apesar de estarem disponíveis vários estudos nesta área. No entanto, o índice de alfabetização financeira desenvolvido pelos autores só foi analisado entre as empresas nacionais.

Isle, Freudenberg e Sarker (2018) relatam as perspectivas de especialistas sobre o grau de conhecimento que é essencial em termos de alfabetização financeira profissional, alfabetização de software de contabilidade de computador (CAS) e alfabetização fiscal de negócios, a fim de implementar práticas eficazes de gerenciamento de fluxo de caixa.

Os especialistas representaram quatro grupos, incluindo academia, governo, advocacia e consultoria. Vinte e três especialistas participaram do projeto, com cinco especialistas representando os grupos da academia, governo e advocacia, e oito especialistas envolvidos em cargos de assessoria com pequenas empresas. Os dados das entrevistas semiestruturadas e da pesquisa curta foram coletados de especialistas durante a mesma sessão.

A percepção de especialistas foi explorada para abordar duas questões importantes para cada uma das áreas de alfabetização abordadas neste projeto. Este artigo detalhou os resultados de um estudo que buscou explorar a questão crítica do fluxo de caixa para pequenas empresas. Em particular, o artigo relatou o que os especialistas em negócios pensavam sobre a alfabetização financeira, CAS e fiscal de negócios profissional do SBO (do inglês, *small business owner* ou pequeno empresário) e como essas alfabetizações podem ou não influenciar o gerenciamento do fluxo de caixa.

No geral, parece que, para ter alfabetização financeira profissional, os especialistas acreditam que os SBOs devem fazer uso de um orçamento de caixa, plano de negócios, demonstração de lucros e perdas e demonstração de fluxo de caixa. No entanto, uma parte crítica do uso desses documentos na gestão do fluxo de caixa é a capacidade de extrair informações significativas para entender sua situação de fluxo de caixa.

Com relação ao efeito da alfabetização CAS sobre gestão do fluxo de caixa, os especialistas consideram a compreensão dos conceitos básicos de contabilidade como um requisito para os conceitos de alfabetização dele. Ao avaliar a alfabetização fiscal das empresas, os especialistas sugerem que os SBOs devem estar cientes de suas obrigações fiscais em andamento e determinar as datas corretas de apresentação e pagamento para os sistemas tributários relevantes para seus negócios. Os especialistas propõem que, para gerenciar efetivamente o fluxo de caixa, a alfabetização fiscal SBO precisa do apoio de níveis adequados de alfabetização financeira profissional e alfabetização CAS.

Sharma (2019) avaliou a partir de uma revisão de literatura o impacto da literacia financeira dos empresários no desempenho das PME. Um questionário estruturado é usado para coletar dados sobre o nível de adoção da alfabetização financeira. Os resultados mostraram que o nível de adoção da literacia financeira pelos empresários das PMEs é baixo e que a utilização dos registros contábilísticos não influenciou o seu desempenho e taxa de sucesso.

Já Liu *et al.* (2021) analisaram o impacto da alfabetização financeira de um empreendedor sobre a inovação em PMEs e, ao fazê-lo, estendeu-se a teoria do capital humano para considerar o efeito da alfabetização financeira nas decisões de investimento de risco. Usando um grande conjunto de dados de pesquisa de PMEs chinesas sugeriram que a alfabetização financeira está positivamente associada à inovação.

Em termos de pontuações de alfabetização financeira (LITERACY), a média é de 1,108, o que é consistente com estudos anteriores de alfabetização financeira que mostram que as pontuações de alfabetização financeira são geralmente baixas (ANDERSON; BAKER; ROBINSON, 2017). A medida em que os proprietários prestaram atenção às notícias econômicas e financeiras (NEWS) é 1,294 em uma escala de 4 pontos, ecoando a baixa pontuação de alfabetização financeira.

A amostra de entrevistados tendeu a ser menos tolerante ao risco, conforme indicado pela pontuação média de 1,301 em uma escala de 4 pontos encontrada para suas percepções de risco. Os coeficientes de correlação entre LITERACIA e as quatro medidas de inovação (LNR&D, P&D/ATIVO, INOVAÇÃO e INOVAÇÃO_INC) são positivos e significativos ao nível de 1%. Assim, todas as quatro medidas de inovação suportam preliminarmente a hipótese central do estudo.

Rahim e Balan (2020) investigaram o conhecimento financeiro, o comportamento financeiro e a atitude em relação às finanças entre PMEs em Kuching (Malásia). Mais especificamente, sobre como esses poderosos fatores afetam a lucratividade das empresas de

rápido crescimento. A pesquisa adota uma abordagem descritiva adequada à sua busca subjacente e tem conclusões interessantes com mais de 75% de taxa de resposta.

A análise dos dados recolhidos revelou que o conhecimento de finanças, em geral, se relaciona de forma significativamente mais forte com os resultados destas entidades empresariais em relação à atitude financeira dos proprietários e ao seu consequente comportamento em relação à tomada de decisões financeiras. Portanto, é altamente recomendável que os pequenos e médios empreendedores participem regularmente de educação financeira para mantê-los bem-informados e equipados com as mais recentes formas de administrar as finanças de seus negócios para garantir melhor planejamento financeiro, execução e monitoramento de empreendimentos que inevitavelmente levarão a ganhos maiores e sustentáveis.

De acordo com os autores a ligação entre o conhecimento financeiro e o comportamento correspondente merece maior atenção por parte dos proprietários das empresas, independentemente da dimensão do seu negócio. Atentam-se que aprender apenas com a experiência pode ser destrutivo, especialmente quando assuntos relacionados à gestão financeira, ou seja, a regulamentação sobre tributação e opções de carteira de investimento mudam frequentemente em um mercado dinâmico. Então, os efeitos intrigantes da atitude sobre o comportamento é inquestionavelmente um dos tópicos mais inquietantes da psicologia comportamental.

Sohilauw *et al.* (2020) analisaram o efeito da Literacia Financeira, Decisão Racional de Financiamento, Capital Financeiro e Desempenho Financeiro das PMEs. Os dados foram coletados de uma amostra de PMEs financiadas na cidade de Makassar (Indonésia). Utilizando a técnica do método de agrupamento e amostragem aleatória estratificada, 279 amostras foram obtidas e analisadas. Os resultados mostram que a alfabetização financeira afeta significativamente a decisão racional de financiamento e o capital financeiro.

A decisão de financiamento racional afeta significativamente o capital financeiro e a alfabetização financeira e capital afetam significativamente o desempenho. Além disso, a decisão de financiamento racional não afeta significativamente o desempenho financeiro. O estudo mostra que o capital financeiro não é uma variável moderadora na explicação da relação entre alfabetização financeira e decisão racional de financiamento com desempenho financeiro (SOHILAUW *et al.*, 2020).

Os respondentes de negócios comerciais foram 84,2% (235 pessoas), enquanto 15,8% eram empresas de serviços (44 pessoas). 67,7% (189) eram do sexo masculino, enquanto 32,3% (90) eram do sexo feminino. Os entrevistados com idade > 51 anos foram 77, 1%

(215), 41-50 foram 21, 9% (61), 3 com idade 31-40 são 3 entrevistados (0,9%). Quanto à escolaridade, 10,8% (30) concluíram o Ensino Médio, 69,2% (193) o Ensino Médio e 20,1% (56) o Bacharelado. Com base no tempo de atividade, os respondentes com empresa, principalmente com mais de 21 anos, foram 80, 6% (225 respondentes), 17,6% (49) 16-20 anos e 1,8% (5) com 11-15 anos (SOHILAUW *et al.*, 2020).

Agyei (2018) foi o único encontrado do estudo elencado que estende a literatura sobre alfabetização financeira e crenças culturais (catolicismo ou protestantismo) para o desempenho de PMEs em um cenário de economia em desenvolvimento (Gana, país africano). Duas questões básicas motivaram o estudo: (1) a cultura influencia a alfabetização financeira? e (2) a cultura media a relação entre alfabetização financeira e desempenho das empresas em Gana? Os resultados sugeriram que os valores culturais militam contra a aquisição de conhecimento financeiro.

As crenças protestantes reforçam a probabilidade de que as PMEs aproveitem as oportunidades de crescimento devido à alfabetização financeira. Assim, o estudo conclui que a relação entre a literacia financeira e o crescimento das PMEs é dependente do contexto cultural. Também concluíram que os níveis de literacia financeira das PMEs melhoraram de um modo geral, mas a maioria dos proprietários de PMEs parece ter dificuldade em compreender o conceito de diversificação (AGYEI, 2018).

A relação entre cultura e desempenho das PMEs foi positiva e insignificante quando a cultura não é moderada. Mas a moderação dos valores protestantes na relação financeiro-alfabetização-PMEs-desempenho não apenas fortalece a relação, mas também leva à observação de uma relação significativamente positiva entre as ideologias culturais protestantes e o desempenho das PMEs. Resultados semelhantes não foram observados para as ideologias culturais católicas. Em outras palavras, especialmente a cultura, as ideologias protestantes moderam a relação entre alfabetização financeira e crescimento das empresas. Assim, o estudo concluiu que a relação entre a literacia financeira e o crescimento das PMEs é dependente do contexto cultural (AGYEI, 2018).

Dessa forma, vê-se que o conceito de literacia financeira, cuja importância aumenta dia a dia no mundo atual e que não é um conceito muito antigo para o nosso país, tornou-se marcante para os indivíduos com o aumento dos estudos nos últimos anos. Agora é entendido por cada indivíduo que há algumas informações financeiras que todos que têm negócios com a economia deveriam saber. Desta forma, os níveis de alfabetização financeira dos indivíduos mostram as dimensões da informação financeira de que necessitam.

Ao final, foi possível observar a baixa produção científica, ainda que mundial, na

temática de literacia financeira e fiscal considerando sua aplicabilidade neste campo específico dos negócios, com trabalhos empíricos, qualitativos e/ou intervencionistas de modo a agregar conhecimento relevante à saúde financeira das empresas do país. Tal carência demonstra uma lacuna e oportunidade a ser preenchida por pesquisadores brasileiros ao ter a oportunidade de explorar e aplicar este conhecimento em organizações brasileiras.

4 ASPECTOS METODOLÓGICOS

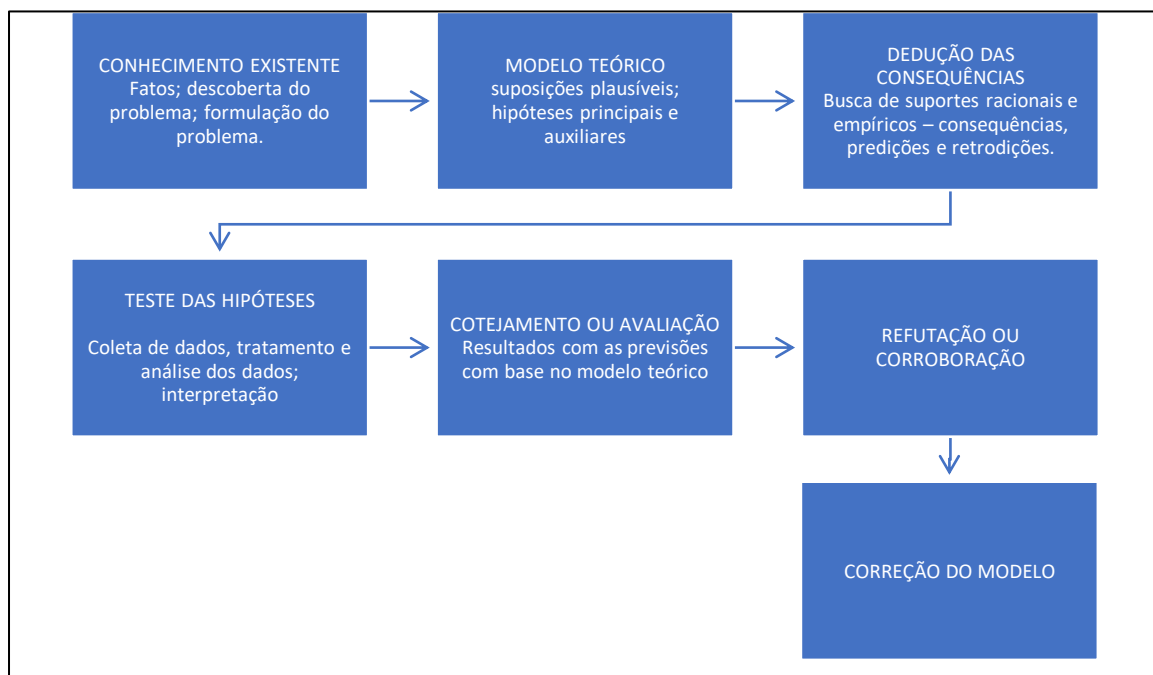
A pesquisa é baseada no método hipotético-dedutivo pois visa testar a predição de fenômenos que ocorrem a partir da formulação de hipóteses que emergem de problema ou lacunas no conhecimento científico. De forma sucinta, o método hipotético-dedutivo surge quando se objetiva explicar, juntar ou formular uma ou mais hipóteses oriundas de fenômenos peculiares.

Na visão de Gil (2008), o método hipotético-dedutivo pode ser caracterizando como:

[...] quando os conhecimentos disponíveis sobre determinado assunto são insuficientes para a explicação de um fenômeno, surge o problema. Para tentar explicar as dificuldades expressas no problema, são formuladas conjecturas ou hipóteses. Das hipóteses formuladas, deduzem-se consequências que deverão ser testadas ou falseadas (GIL, 2008, p. 12).

A ocorrência do método hipotético-dedutivo é introduzida a partir de um problema transitando pela formulação de hipóteses e por um regime de inferência dedutiva que possui a finalidade de testar a ocorrência de fenômenos. O método pode ser apresentado como um encadeamento sequencial que se inicia com o problema da pesquisa, as conjecturas, a dedução (hipóteses), as tentativas (testes) e por fim, a corroboração. Diante do exposto, as etapas inerentes ao método podem ser entendidas a partir dos dados de Lakatos e Marconi (2007) dispostos na figura 1.

Figura 1- Fluxograma sobre o Método Hipotético-Dedutivo



Fonte: Lakatos e Markoni (2007).

A abordagem adotada foi a pesquisa quantitativa porque se caracteriza pelo emprego direto da quantificação na coleta de dados e no emprego das técnicas de análise estatísticas. Na visão de Gil (2008), a pesquisa quantitativa procura validar hipóteses baseadas em dados estruturados, estatísticos e representativos.

4.1 Instrumentos de Coleta de Dados

O instrumento de coleta de dados da população amostra se deu a partir de questionário previamente testado em pesquisas anteriores da OCDE, tendo como referência principal Atkinson e Messy (2016). O questionário passou por algumas adaptações para adequações a pesquisa, mas foram realizados dois pré-testes, e o questionário ajustado aos apontamentos. Utilizou-se um formulário digital, distribuído eletronicamente à população amostra e também por meio de parceiros.

Para literacia financeira foi adotada escala do instrumento fundamentado no manual da OCDE (2015), discutido nos estudos de Lusardi *et al* (2017), com adaptações, e construído acessado por meio dos fatores de comportamento financeiro, atitude financeira e conhecimento financeiro.

Com o intuito de melhor direcionar a construção dessa pesquisa e o entendimento sobre a literacia financeira foi feita uma análise mais intrínseca sobre o projeto “Alfabetização Financeira de Alunos de Ensino Médio e Universitários e Comerciais”, coordenado por Denis Forte, Projeto registrado no fundo Mackpesquisa sob número 201032 – MACKPESQUISA 0003844. O projeto considerou sua criação, pois diversas nações, após a crise mundial de 2007 sob indicações da OECD, investiram em educação financeira desde os primeiros anos da escola. Em 2017 já eram mais de 60 países com programas do gênero. Problemas ligados ao crédito, à previdência e à falta de trabalho formal se tornaram essenciais na busca de qualidade de vida. Para a falta de trabalho formal, estão sendo feitos investimentos para gerar mais empreendedores e com melhor formação. Para as decisões financeiras individuais, de crédito, investimento e previdência, maior nível de exposição à educação financeira e sua formação.

Para subsidiar a coleta de dados dessa pesquisa, a fim de mapear os determinantes que são significativos no nível de alfabetização financeira dos empreendedores, aplicou-se questionários que permitiram o diagnóstico da Literacia Financeira dos gestores e empreendedores brasileiros. Os dados foram relacionados com variáveis independentes sócio geográficas e do lar ou da escola, as conclusões servirão para guiar estudos acadêmicos e de

gestão pública em novas direções.

4.2 Técnicas de Pesquisa e Tratamento de Dados

A Análise Fatorial Confirmatória – AFC foi utilizada na estimativa dos construtos de comportamento financeiro, atitude financeira e alfabetização financeira. Após o cálculo dos construtos “Comportamento”, “Conhecimento” e “Alfabetização”, foram realizados testes de hipótese das médias para duas ou mais amostras independentes. Os testes paramétricos assumiram que a distribuição de probabilidade da população foi normal e que somente os valores de certos parâmetros, tais como, a média e o desvio padrão eram desconhecidos. Foram também realizados testes de Kolmogorov-Smirnov, a um nível de significância de 5%, para verificar se os dados dos construtos possuíam distribuição normal.

4.3 Técnicas de Análise de Dados

Para o alcance dos objetivos propostos, empregou-se técnicas de análise descritiva, como médias, e também técnicas de análise multivariada, como a análise fatorial confirmatória e equações estruturais.

A AFC foi utilizada para estimar os construtos de literacia financeira, literacia fiscal tributária e decisão. Trata-se de uma técnica de pesquisa que busca descrever os relacionamentos entre dois tipos de variáveis, as latentes e os indicadores. A variável latente apresenta o conceito hipotetizado e não observado, o qual pode ser aproximado por variáveis observáveis ou mensuráveis. O indicador é o valor observado usado como medida da variável latente. Tem-se a premissa de que as variáveis observadas são indicadores imperfeitos da variável latente. Dessa maneira, se mais de um indicador é usado para medir a variável latente, a AFC permite agrupar estes indicadores com o objetivo de avaliar em que extensão esse conjunto de dados confirma a estrutura prevista (BROWN; MOORE, 2012).

Em outras palavras, essa técnica permite testar a plausibilidade do modelo teórico apresentado, baseado na ideia de que determinadas variáveis podem ser estimadas a partir de variáveis observadas em uma escala. Essa técnica permite verificar se todos os itens na escala estimam do mesmo modo, com a mesma magnitude a variável latente em questão. Isso significa dizer que a técnica pondera cada item em função da porcentagem de variância explicada pelo fator subjacente à escala. O modelo final é escolhido com base na análise de alguns indicadores que permitem ter uma ideia da adequação do modelo (BROWN, 2015).

Quanto a Modelagem de Equações Estruturais - SEM os modelos de medidas para o cálculo são aqueles que têm pressupostos de Distribuição Assintótica Livre, isto é, a não

necessidade da normalidade multivariada. De forma específica três modelos podem ser utilizados: DWL (*Diagonalized Weighted Least Square* ou Mínimos Quadrados Ponderados Diagonalizáveis), WLS (*Weighted Least Square* ou Mínimos Quadrados Ponderados) e PLS-PM (JÖRESKOG; SÖBOM, 1993; HAIR, 2017).

Os dois primeiros necessitam de amostras muito extensas, enquanto o PLS-PM possibilita uma melhor adequação para a análise dos dados em amostras menores, que foi o caso da presente pesquisa, permitindo a qualidade das análises e uma melhor exploração dos dados, além de permitir maior número de relações entre variáveis e os construtos em análise. As funções do algoritmo PLS-SEM reforçam sua escolha para este estudo, pois utiliza os dados empíricos para os indicadores e determina, de forma interativa, as pontuações de construção, os coeficientes de caminho, cargas e pesos do indicador e outras estatísticas (JÖRESKOG; SÖBOM, 1993; HAIR, 2017).

Especificamente, após determinar as pontuações para cada construto, o algoritmo estima todos os relacionamentos desconhecidos remanescentes no modelo de caminho PLS, conforme Hair (2017). O algoritmo primeiro obtém os resultados do modelo de medição, que são as relações entre os construtos e suas variáveis indicadoras. Em seguida, o algoritmo calcula os coeficientes de caminho, que são as relações entre as construções no modelo estrutural, juntamente com os valores de R² dos construtos endógenos. Todos os resultados são padronizados, o que significa que, por exemplo, os coeficientes de caminho podem ser comparados entre si. Portanto, abordando um modelo de relação inédito, explora-se suas relações, utilizando-se indicadores formativos, com dados não-normais em suas variáveis latentes.

4.4 Procedimentos para Análise de Dados

Para a análise dos dados coletados se utilizou econometria, especificamente, as técnicas de análise de cluster, fatorial e equações estruturais pelo SmartPLS, o objetivo foi testar as hipóteses da pesquisa. Foi considerado em todos os testes o nível de significância (α) de 0,05 ou 5%. Dentro do esperado para os dados coletados pela pesquisa, principalmente por serem dados coletados por meio de medidas discretas (escala de Likert), os dados apresentam características de distribuição e variabilidade para análise.

As escalas também serão testadas quanto à consistência interna de suas variáveis por meio do alpha de Cronbach (1951) que, conforme Fávero (2009) e Bland; Altman (1997) é uma medida do grau de confiabilidade (*reliability*) com a qual determinada escala, adotada

para a definição das variáveis originais, produz resultados consistentes sobre a relação dessas variáveis, o que fora confirmado.

Na sequência, será realizada uma SEM para avaliar a consistência do modelo proposto. Para tanto, o software SmartPLS 3.2.7 (RINGLE; WENDE; BECKER, 2015) foi escolhido, pois permite uma melhor análise de dados não normalizados, conforme recomendam os autores e foi o caso da presente pesquisa. Como método principal de análise de dados a SEM foi eleita pelo motivo de tal método permitir a avaliação das relações causais entre construtos e o subsequente teste de hipóteses pela avaliação dos coeficientes de caminho (*path coefficients*).

Para utilização do modelo de medidas de PLS-PM (*PartialLeast Square – Path Modeling* ou Mínimos Quadrados Parciais – Modelagem de Caminhos), será realizado teste PK de Mardia (JÖRESKOG; SÖBOM, 1993) de aderência à uma distribuição normal multivariada, para demonstrar o nível de significância ($p < 0,05$) e, avaliado os dados da matriz de variáveis medidas, será observado que não respeitou a distribuição multivariada desejada, isto é, são dados não normalizados e que justificam o uso do software SmartPLS 3.2.7 (RINGLE; WENDE; BECKER, 2015).

4.5 Critérios para validade discriminante e convergente

De acordo com Hair *et al.* (2017) ao usar medidas qualitativas SEM, como validade de face, não são consideradas evidências suficientes de validade. Em vez disso, deve-se recorrer a medidas quantitativas que permitam avaliações mais precisas. Para a avaliação dos modelos de mensuração reflexiva, deve-se estabelecer a confiabilidade, bem como a validade convergente e discriminante. A confiabilidade da consistência interna foi tradicionalmente avaliada usando o coeficiente alfa de Cronbach. A confiabilidade composta é recomendada como mais adequada, no entanto, uma vez que considera os pesos diferenciais dos indicadores, enquanto o coeficiente alfa de Cronbach pondera os indicadores igualmente (equivalência tau).

A validade convergente é avaliada examinando-se as cargas externas dos indicadores para determinar a variância média extraída (AVE) de cada construto. As cargas externas devem exceder 0,708 porque o quadrado desse número indica que a pontuação do construto inclui pelo menos 50% da variância da variável. A AVE é um indicador resumido de convergência calculado a partir da variância extraída para todos os itens carregados em um único construto. E, a regra geral para a convergência adequada é uma $AVE > 0,50$, indicando

que mais da metade da variância do indicador está incluída na pontuação do construto (HAIR *et al.*, 2017).

A avaliação da validade convergente para modelos de medida formativa é bastante diferente, pois a confiabilidade da consistência interna não é adequada. Determinar a validade convergente para construtos medidos formativamente requer a inclusão de variáveis adicionais medidas reflexivamente na rede nomológica de cada construto formativo na pesquisa para que a validade convergente seja calculada. Além da validade convergente, os construtos medidos formativamente são avaliados com base na significância estatística e no tamanho dos pesos dos indicadores, bem como na colinearidade entre os indicadores (HAIR *et al.*, 2017).

A validade discriminante denota que um construto é empiricamente único dos outros construtos no SEM. Ou seja, estabelecer validade discriminante significa que cada construto captura um fenômeno único não representado por nenhum outro construto no modelo. Uma abordagem comum para avaliar a validade discriminante é o critério de Fornell-Larcker, que compara a AVE dos construtos com a correlação quadrada entre os construtos (HAIR *et al.*, 2017).

4.5.1 Comportamento e Alfabetização Financeira

De acordo com Atkinson e Messy (2016), a forma como uma pessoa se comporta impactará no seu bem-estar financeiro, sendo relevante capturar evidências de comportamento financeiro na medida de alfabetização financeira.

Para se medir a alfabetização financeira utilizar-se-á a análise fatorial confirmatória (AFC). Dessa forma, a análise será em caráter multidimensional, em que serão avaliados aspectos de conhecimento e comportamento. Diante disso, é possível desdobrar esses itens da seguinte forma:

Quadro 1- Dimensões e aspectos de medição

DIMENSÕES	ASPECTOS PRINCIPAIS
Conhecimento financeiro	Conhecimentos sobre taxa de juros, inflação, diversificação de risco, produtos financeiros, custos e precificação das mercadorias.
Comportamento financeiro	Comportamento parte de aspectos psicológicos relacionados a condução financeira que pode se relacionar a pagamento de contas, políticas de crédito e problemas financeiros.

Fonte: Autor (2022).

4.5.2 Operacionalização da literacia fiscal tributária

Conforme mencionado na revisão de literatura, a literacia fiscal tributária é um conceito bastante novo e ainda em desenvolvimento, altamente relacionado à alfabetização financeira, uma vez que o indivíduo precisa deter conhecimentos financeiros e específicos orientados especificamente para impostos, necessários para gerenciar cálculos tributários/fiscais. A literacia fiscal tributária é necessária para que o cidadão saiba o que é o imposto e a sua relevância para assim perceber a sua existência e o aceitar. De acordo com Hammar *et al.* (2008), o conhecimento fiscal tributário implica no contribuinte uma maior aceitação dos impostos, ou seja, ganha mais satisfação no pagamento de imposto e perde vontade de o querer minimizar. Um contribuinte que entenda a funcionalidade do imposto tende a efetuar a sua poupança fiscal tributária de forma legítima, ou seja, atendendo às alternativas que o próprio legislador apresenta.

Quadro 2 - Dimensões da literacia fiscal tributária

DIMENSÕES	ASPECTOS
Conhecimento fiscal tributário	Conhecimento sobre tributos, planejamento, legislação, e tratamento dos dados fiscais.
Comportamento fiscal tributário	Atitude cívica, aspectos sociais, tributários e legislação, metas e objetivos.

Fonte: Autor (2022).

Para o cumprimento das atividades fiscais tributárias, como diz Lopes e Santos (2013), são necessários os conhecimentos técnicos do contribuinte para calcular a quantia correta de imposto, bem como a capacidade para realizar as atividades. Afirmam a necessidade de haver literacia fiscal tributária para o indivíduo efetuar o cumprimento das suas obrigações fiscais tributárias de acordo com o Quadro 2.

4.5.3 As escalas de Medição

As escalas de medição são compostas por 4 níveis. O primeiro nível: escala nominal; segundo nível, escala ordinal; terceiro nível, escala de intervalo e quarto nível, escala de razão. As escalas nominais têm categorias que são nomeadas com um nome. Por exemplo: homem ou mulher. O único cálculo viável sobre as variáveis nominais é o número de elementos por categoria. Nas variáveis ordinais são categorias que são naturalmente ordenadas. Pode ser o resultado de um questionário em escala Likert (1: discordo totalmente,

2 ... 5: concordo totalmente). Deve-se considerar que o mesmo intervalo de "1" nem sempre tem o mesmo significado (KNAFLIC, 2015).

As variáveis de intervalo são semelhantes às variáveis ordinais, exceto que o intervalo entre duas categorias sempre tem o mesmo valor, o mesmo significado. A diferença entre 10 e 20 é idêntica àquela entre 20 e 30. O zero não corresponde à ausência do elemento. Variáveis de razão são variáveis de intervalo com um zero natural. Por exemplo, para a duração de um teste, em 0, não há tempo.

A escala Likert ainda se subdivide em diferentes tipos: escala de Acordo; Escala de Frequência; Escala de Importância; Escala de Qualidade; Escalas de probabilidade. As escalas nominais classificam os dados sem qualquer valor quantitativo, semelhante aos rótulos. Por exemplo, "selecione o ano do seu nascimento na lista abaixo", vale salientar que as escolhas oferecidas podem não estar relacionadas (KNAFLIC, 2015).

As escalas ordinais descrevem a ordem dos valores. Por exemplo, ao classificar suas necessidades mensais, algumas, como assistência médica, podem ter uma classificação mais alta do que entretenimento. As escalas de intervalo descrevem tanto a ordem quanto a diferença entre os valores. Além disso, os intervalos de dados permanecem equivalentes ao longo da escala. No entanto, esta escala carece de um ponto zero válido e isso significa que os participantes devem registrar uma resposta que caia em algum lugar na escala.

As escalas de razão descrevem a ordem e a diferença entre os valores. Mas, ao contrário das escalas de intervalo, elas têm um ponto zero válido. Com escalas de razão, há valor quantitativo porque a ausência de um atributo ainda pode fornecer informações. Por exemplo, "Selecione a quantidade média de dinheiro que você ganha". Escolhas como R\$ 75 a R\$ 100 são maiores que R\$ 50 a R\$ 75 nesta escala. A escala Likert pode aparecer como escala em pares: 4 ou 8 pontos, e como ímpar: 5, 7 e mais raramente, 9 pontos. Ademais, uma escala de proporção tem um ponto zero, pois um comprador pode gastar R\$ 0 (zero) em roupas, por exemplo. Mesmo que a resposta dessa pessoa seja zero, essa resposta ainda fornece informações valiosas sobre o comportamento do mercado (KNAFLIC, 2015).

São vários os elementos que conjugados determinam a vontade do cumprimento ou incumprimento fiscal. A realização das obrigações fiscais acarreta consigo custos de cumprimento. Estes não incluem apenas o tempo gasto pelos contribuintes, as despesas incorridas com guias fiscais, equipamento informático e com profissionais ou a quem os contribuintes recorrem para cumprirem com as suas obrigações, mas também incluem outros custos, como sociológicos e psicológicos.

A sociologia e a psicologia fiscais complementam-se no sentido em que contribuem

para um melhor conhecimento das percepções, atitudes e motivações que influenciam o comportamento fiscal do cidadão para um melhor conhecimento sobre as ideias da forma de organização e estruturação das suas obrigações fiscais.

De acordo com Allingham e Sandmo (1972), o fator econômico é o resultado da teoria tradicional da evasão fiscal, esta está associada à diminuição de riqueza, pois ninguém fica satisfeito ao ver o seu rendimento reduzido, o que é determinante no cumprimento das questões fiscais. Com elevadas taxas de impostos e em situações de recessão ou crise econômica, o descompromisso acentua-se e a evasão fiscal torna-se mais manifesta do que em situações de expansão. Assim, quanto mais elevadas forem às taxas, o contribuinte tem mais probabilidade em cometer a fuga aos impostos, pois considera que os riscos serão compensados pelos benefícios.

Lopes (2011) não deixa de referir que a confiança no organismo governamental é outro fator que pode condicionar o cumprimento por parte do cidadão. “Os cidadãos que acreditam e confiam no sistema fiscal, são muito mais propensos a efetuar tarefas fiscais do que os que não confiam” (p. 20). Lopes (2012) refere que o fator tempo é um dos custos de cumprimento com maior valor para os contribuintes individuais

[...] reino Unido é o país onde os contribuintes individuais gastam menos tempo com o cumprimento das suas 28 obrigações fiscais (46,3%). Por sua vez, é nos Estados Unidos da América (EUA), onde os contribuintes gastam mais tempo com o cumprimento fiscal (84%) (LOPES, 2012, p. 203).

Ambas as autoras ainda referem que o grau de conhecimento do indivíduo sobre o sistema fiscal também pode propulsionar o cumprimento. Este fator, que pode também influenciar as atitudes fiscais do cidadão, faz sobressair novamente a importância da literacia fiscal, neste caso, na criação de um cidadão cumpridor. No próximo e último ponto da revisão da literatura, é abordado com mais pormenor o seu contributo na conduta fiscal do contribuinte.

4.5.4 Comportamento e Alfabetização Fiscal Tributário

A literacia fiscal tributária contribui para que o cidadão como contribuinte obtenha a informação necessária para fazer cumprir as suas tarefas fiscais tributárias de forma consciente e o conhecimento para que tome as decisões fiscais tributárias mais acertadas. Lopes (2012), na sua análise comparativa de resultados obtidos por estudos que avaliaram os custos de cumprimento dos impostos sobre o rendimento no sistema fiscal, cujo objetivo foi

identificar as áreas do sistema fiscal que, no Reino Unido, tinham custos de cumprimento mais elevados, na perspectiva dos contabilistas. Nesse estudo concluiu que as dificuldades de interpretação da legislação fiscal era a primeira causa de custos de cumprimentos elevados. Mediante criação de literacia fiscal tributária este custo de cumprimento poderia diminuir, uma vez que esta permite que o contribuinte tenha a capacidade de captar, processar e perceber a informação fiscal tributária, ou seja, saber interpretar as informações fiscais tributárias.

Esta pode diminuir também o custo de tempo, que foram abordados no ponto anterior, uma vez que o cidadão se torna um contribuinte independente e mais eficaz no que concerne a colocação prática das informações fiscais tributárias que adquire. Já se verificou que a literacia fiscal tributária desencadeia algumas atitudes positivas no contribuinte. Isto é, o conhecimento e benefícios de alternativas fiscais tributárias, prazos de entregas e pagamentos, processo de arquivar informação, faturas e recibos, e deduções a que o contribuinte tem direito, permite ampliar o entendimento sobre normas fiscais tributárias básicas para o melhor cumprimento das suas questões fiscais tributárias.

Notou-se que a complexidade do sistema fiscal tributário incute sentimentos de estresse, ansiedade, angústia e preocupação no indivíduo, contudo se o contribuinte obtiver estes conhecimentos básicos poderá aliviar estas emoções. Uma vez que o indivíduo obtém as devidas informações fiscais abordará de forma consciente as suas decisões fiscais e terá menos probabilidade de incorrer em erros, criando para si mais benefícios e consequentemente sentimentos positivos. Um exemplo simples é o fato de o indivíduo com conhecimento fiscal saber os prazos fiscais que tem de cumprir e pagar os impostos em tempo devido, não ficar tão preocupado como aquele que não sabe e não paga no tempo adequado e que é notificado para fazê-lo. As emoções menos negativas que o contribuinte informado fiscalmente sente incutem neste a motivação para o conhecimento mais aprofundado e para a participação social.

De acordo com Hammar *et al.* (2008), o conhecimento fiscal implica no contribuinte uma maior aceitação dos impostos, ou seja, ganha mais satisfação no pagamento de imposto e perde vontade de o querer diminuir. A literacia fiscal tributária é necessária para que o cidadão saiba o que é o imposto e a sua relevância para assim perceber a sua existência e o aceitar.

Todos estes indicadores da literacia fiscal tributária poderão levar ao cumprimento fiscal tributário. Atendendo sempre a que, como racionalmente econômico, o contribuinte tenderá sempre a tomar decisões fiscais tributárias que diminuem a sua carga fiscal tributária.

No entanto, um contribuinte que entenda a funcionalidade do imposto tende a efetuar a sua poupança fiscal tributária de forma legítima, ou seja, atendendo às alternativas que o próprio legislador apresenta.

4.5.5 População e Amostra

Considerando as hipóteses do modelo, realizou-se o cálculo de tamanho da amostra mínima com o uso do software G*Power 3.1.9.3 (FAUL *et al.*, 2009). O cálculo da amostra, considerou o número de preditores, o poder do teste e o tamanho do efeito (f^2), conforme Hair *et al.* (2022), que recomenda o uso do poder como 0,80, e f^2 mediano = 0,15, com 5% de probabilidade erro.

A amostra foi obtida por conveniência. Conforme Anderson (2011, p. 264) “a amostra por conveniência é uma amostra não-probabilística, onde os elementos são incluídos na amostra sem probabilidades previamente especificadas ou conhecidas”.

4.6 Limitações da Amostra

O planejamento inicial seria apenas trabalhar com a coleta das informações da Associação dos Comerciários de São Paulo (Plano A), mas no meio do caminho foi identificado que mesmo tendo enviado mais de 20 mil e-mails o retorno foi extremamente baixo e, considerando a pandemia, foi adotada outra estratégia, outro curso de pesquisa, ampliando toda a pesquisa já em andamento para que obtivéssemos maior robustez e não perdesse a definição do trabalho e o foco da amostra. A amostra sendo contínua/aleatória, começou-se a enviar a todos os contatos pessoais de e-mail, Facebook, Instagram, LinkedIn e WhatsApp (Plano B). Foram somadas então, as respostas dos comerciários de São Paulo e dos contatos pessoais (Plano C), e com isso foi obtida uma amostra mais robusta.

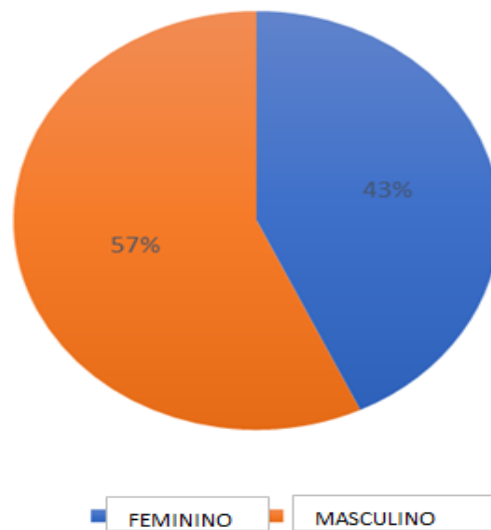
4.6.1 Resultados da Amostra

A amostra final foi composta por 232 participantes, de ambos os sexos, sendo a predominância de respondentes do sexo masculino (57%) (Quadro 3 e Gráfico 3). A seguir apresenta-se a amostra de acordo com as categorias sociodemográficas e funcionais.

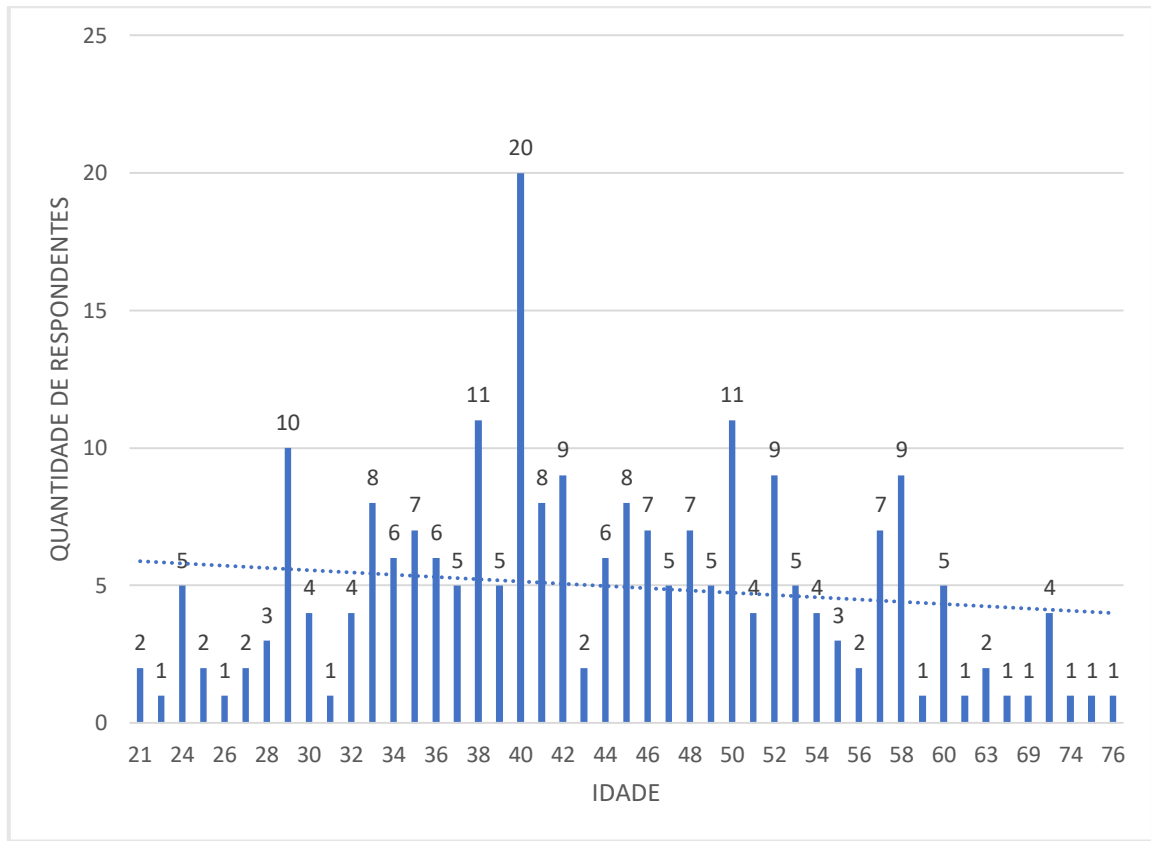
Quadro 3 – Composição de Amostra

	Quantidade	Quantidade em %
Feminino	100	43%
Masculino	132	57%
Total	232	100%

Fonte: Autor (2022).

Gráfico 3 – Composição de Amostra

Fonte: Autor (2022).

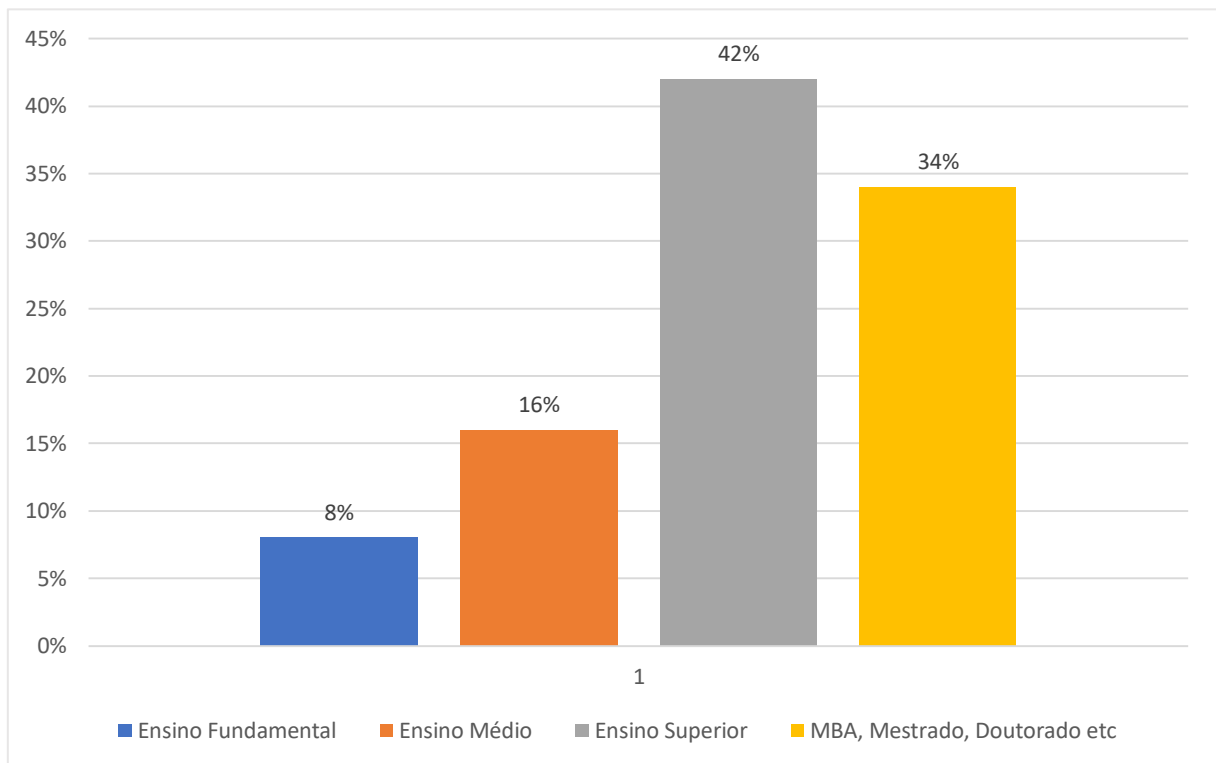
Gráfico 4 – Distribuição por idade

Fonte: Autor (2022).

Entre os respondentes, 1% (n=2) corresponde aos indivíduos de até 21 anos. Entre a idade de 22 a 30 anos foram 12% da amostra final (n=28), na faixa etária de 31 a 40 anos foram 31% dos respondentes (n=73). A faixa etária entre 41 a 50 anos foi composta de 29% dos respondentes (n=68), e entre 51 e 60 anos foram 21% da amostra (n=49). E por fim, acima de 61 anos foram 5% dos respondentes (n=12). A idade média da amostra foi de 43 anos (Gráfico 4).

Como observado no Gráfico 4, a faixa etária está composta por 60% da amostra de 31 a 50 anos, indicando uma faixa de idade mediana.

Quanto a escolaridade dos respondentes, 8% da amostra era de nível de ensino Fundamental (n=19). Trinta e seis respondentes (n=36) tinham nível escolar de ensino médio (16%). Respondentes com nível superior (graduação) corresponderam a 42% (n=98). E respondentes com nível de especialização (MBA, mestrado, doutorado etc.) foram 34% (n=79) (Gráfico 5).

Gráfico 5 – Nível de escolaridade da amostra

Fonte: Autor (2022).

Conforme se observa no gráfico 5, o nível de escolaridade tem um percentual de 76% em superior e MBA, mestrado, doutorado, etc, indicando uma boa formação dos respondentes.

Quanto a distribuição dos cursos superiores, segue no Quadro 4 abaixo:

Quadro 4 – Distribuição de cursos superiores e respondentes neste nível

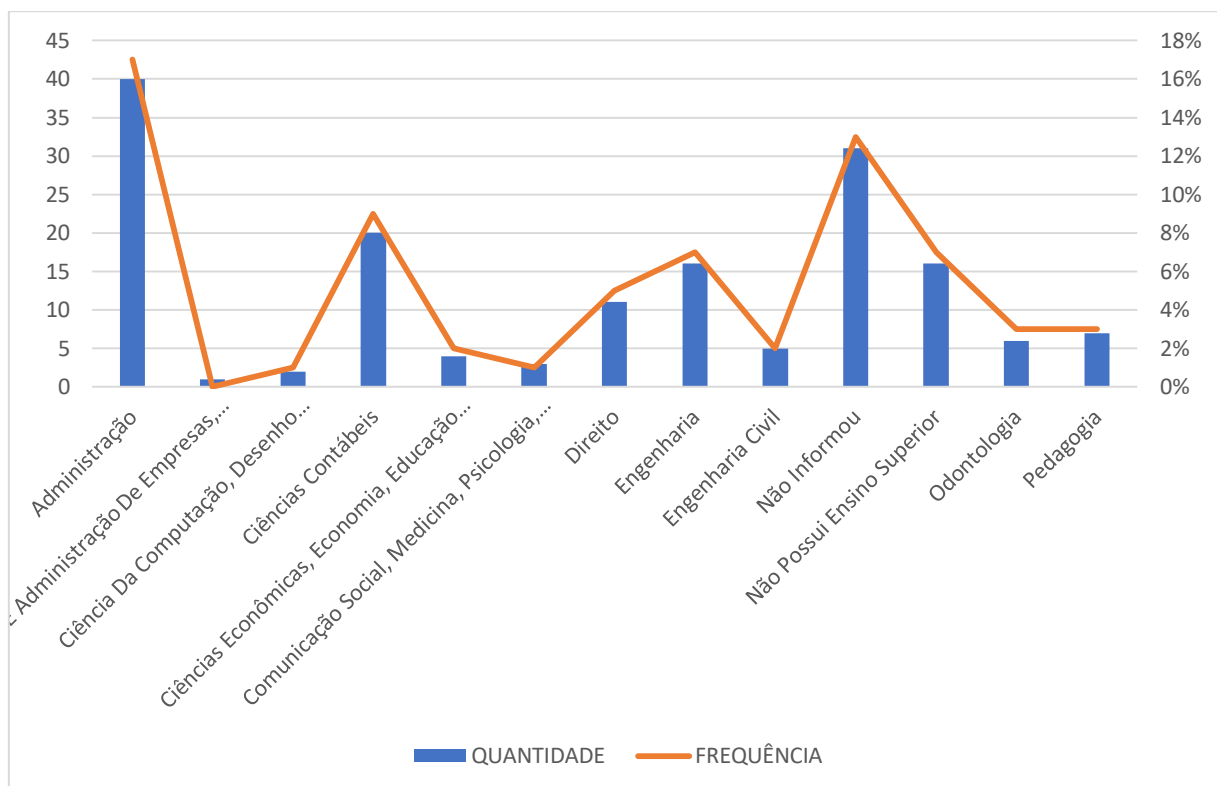
Cursos	Quantidade	Quantidade em %
Administração	40	17%
Arquitetura E Administração De Empresas, Arquitetura E Urbanismo, Audiovisual – Incompleto, Bacharel Em Tradução E Interpretação, Cálculo Trabalhista, Ciências Policiais, Comércio Exterior, Comunicação Visual, Contabilidade, Engenharia Industrial Mecânica, Estética, Estética E Cosmética, Farmácia, Finanças, Fisioterapia, Gestão Em Logística, Gestão Empresarial, Gestão Financeira, Habilitação E Licenciatura Em Música, Letras Português, Licenciatura Em Matemática, Medicina Veterinária, Negócios Imobiliários, Nutrição, Design, Gestão de Recursos Humanos, Processo Gerenciais, Psicopedagoga, Recursos Humanos, Saúde, Secretariado Executivo, Serviço Social, Tecnologia Em Redes De Computadores, Terapeuta Holístico	1	0%
Ciência Da Computação, Desenho Industrial, Eletrotécnico, Engenharia Elétrica, Gestão de Pessoas, História, Letras, Matemática, Processamento De Dados	2	1%

Ciências Contábeis	20	9%
Ciências Econômicas, Economia, Educação Física	4	2%
Comunicação Social, Medicina, Psicologia, Publicidade E Propaganda, Redes De Computadores	3	1%
Direito	11	5%
Engenharia	16	7%
Engenharia Civil	5	2%
Não Informou	31	13%
Não Possui Ensino Superior	16	7%
Odontologia	6	3%
Pedagogia	7	3%

Fonte: Autor (2022).

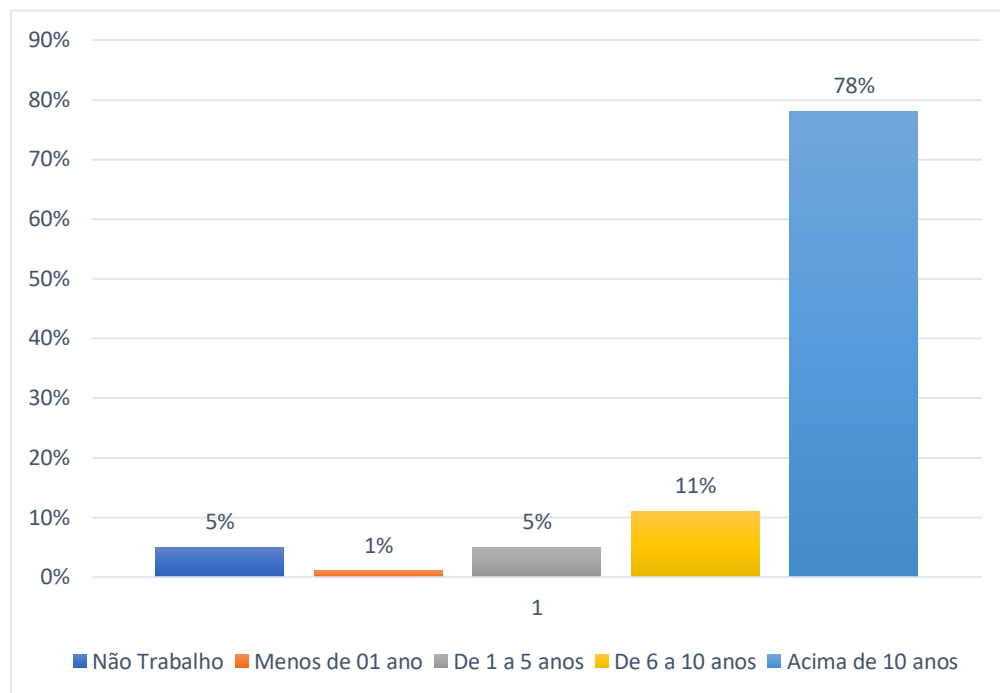
Grande parte da amostra 17% (n=40) tinham graduação em Administração de Empresas, em segundo lugar, com 9% dos respondentes (n=20) a graduação de Ciências Contábeis. Em terceiro Engenharia com 7% dos respondentes (n=16). Trinta e um (n=31) respondentes não inseriram a resposta (13%).

Gráfico 6 - Distribuição de cursos superiores e respondentes neste nível



Fonte: Autor (2022).

Como demonstrado no gráfico 6, os cursos de administração e ciências contábeis foram os cursos com maior incidência entre os respondentes.

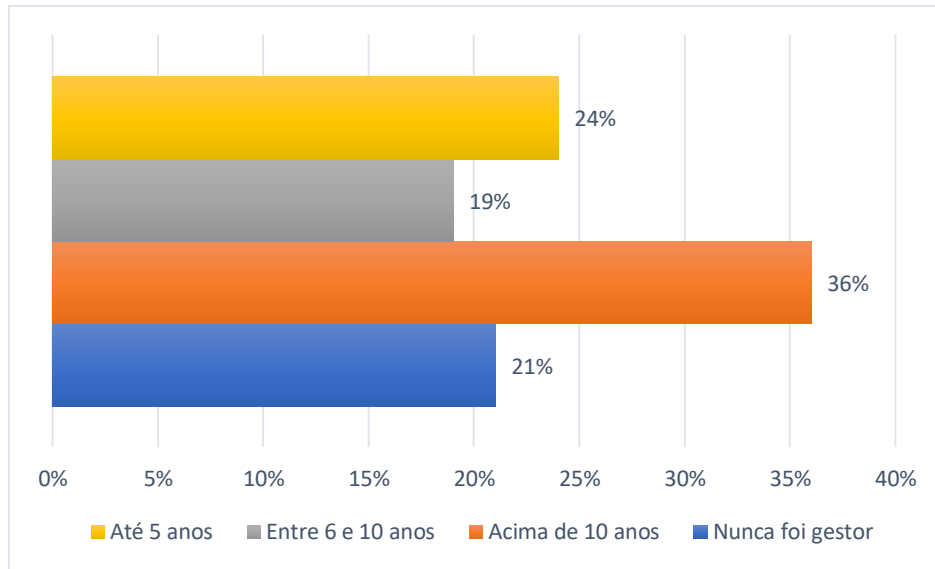
Gráfico 7 – Amostra por tempo de serviço (trabalho)

Fonte: Autor (2022).

Quando questionados sobre o tempo de trabalho. Responderam “não trabalho” 5% dos respondentes (n=11), três (n=3) respondentes tinham menos de um ano de trabalho (1%). Onze (n=11) respondentes tinham entre 1 e 5 anos de tempo de serviço (5%). Entre 6 e 10 anos de serviço faziam parte 11% dos respondentes (25%), e o maior número de respondentes 78% (n=182) tinham mais de 10 anos de serviço (trabalho).

O gráfico 7 demonstra claramente que 78% os respondentes tem longos anos de experiência não necessariamente como gestor, mas que esta no mercado de trabalho a mais de 10 anos.

Quando questionados quanto ao tempo como gestor de empresa, a maior parte dos respondentes 36% (n=84) estava no cargo há mais de 10 anos. Entre 6 e 10 anos 19% (n=43), e até 5 anos 24% da amostra (n=56). Nunca foram gestores 21% da amostra (n=49) (Gráfico 8).

Gráfico 8 – Tempo de atuação como gestor

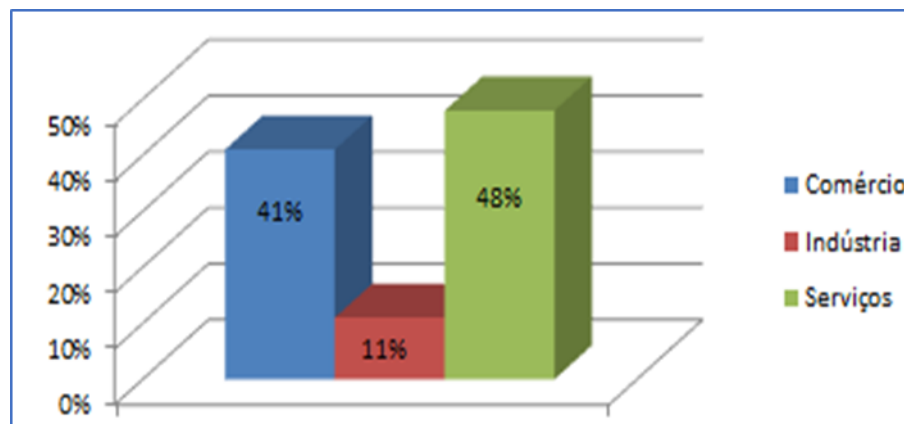
Fonte: Autor (2022).

Quadro 5 – Ramos de atividades das empresas pesquisadas

	Quantidade	Quantidade em %
Comércio	96	41%
Indústria	25	11%
Serviços	111	48%

Fonte: Autor (2022).

Quanto o ramo de atividade da empresa dos questionados (Quadro 5), 48% eram empresas de serviços (n=111), 41% comércio (n=96) e 11% do ramo da indústria (n=25).

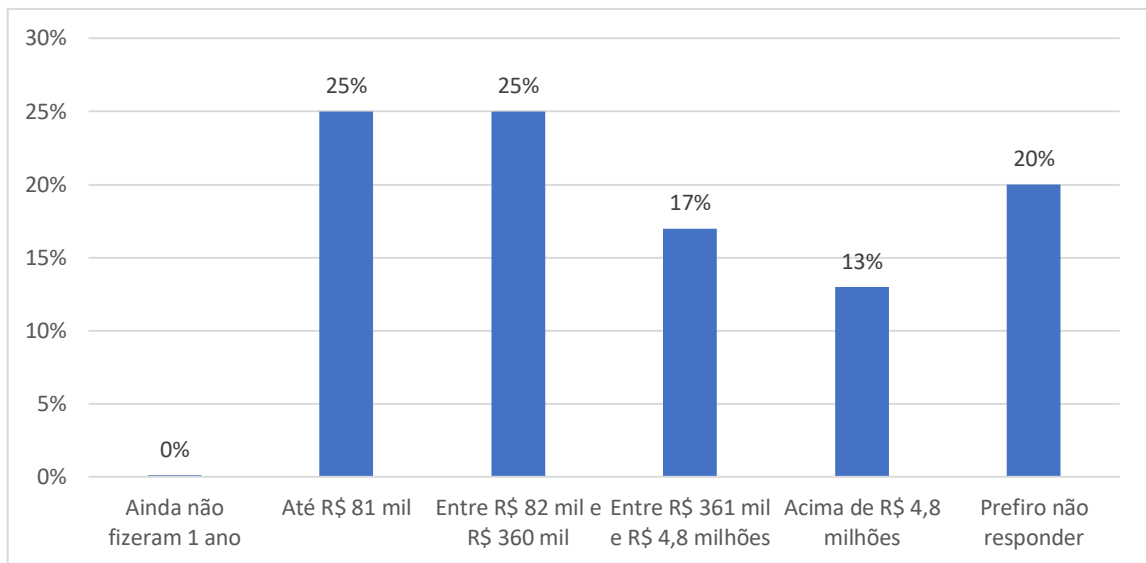
Gráfico 9 – Ramos de atividades das empresas pesquisadas

Fonte: Autor (2022).

Quando se trata do comércio e serviço a amostra atinge 89% das empresas pesquisadas conforme demonstra o gráfico 9.

Quanto ao faturamento anual bruto das empresas (gráfico 10), até R\$ 81 mil foram 25% (n=57), entre R\$ 82 mil e R\$ 360 mil 25% (n=59), com faturamento entre R\$ 361 mil e R\$ 4,8 milhões foram 17% da amostra (n=39). E, por fim, acima de R\$ 4,8 milhões foram 13% (n=29) e preferiram não responder ao questionamento 20% (n=47).

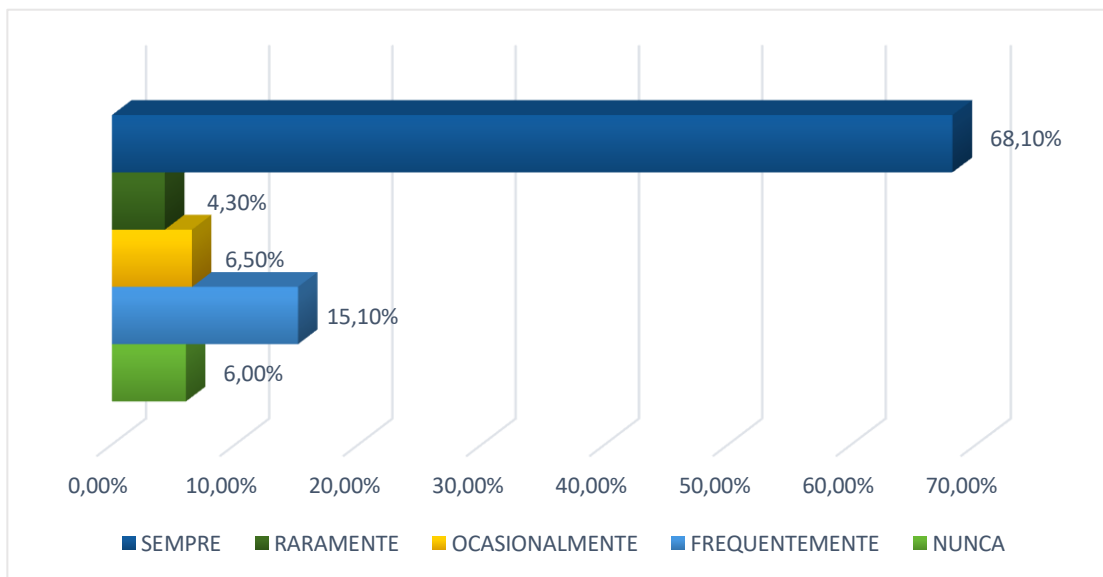
Gráfico 10 – Distribuição da amostra por faturamento anual



Fonte: Autor (2022).

Como se observa 67% é o percentual das microempresas e empresa de pequeno porte das empresas pesquisadas.

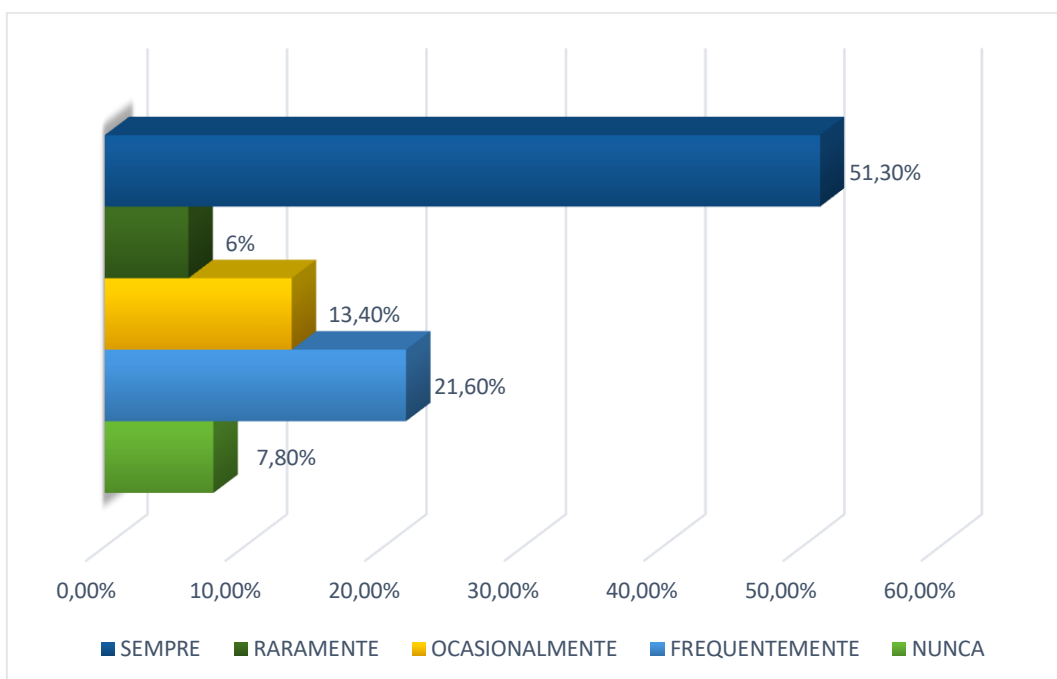
Gráfico 11 - Analisam taxa de juros, valor financiado, valor da parcela e carência



Fonte: Autor (2022).

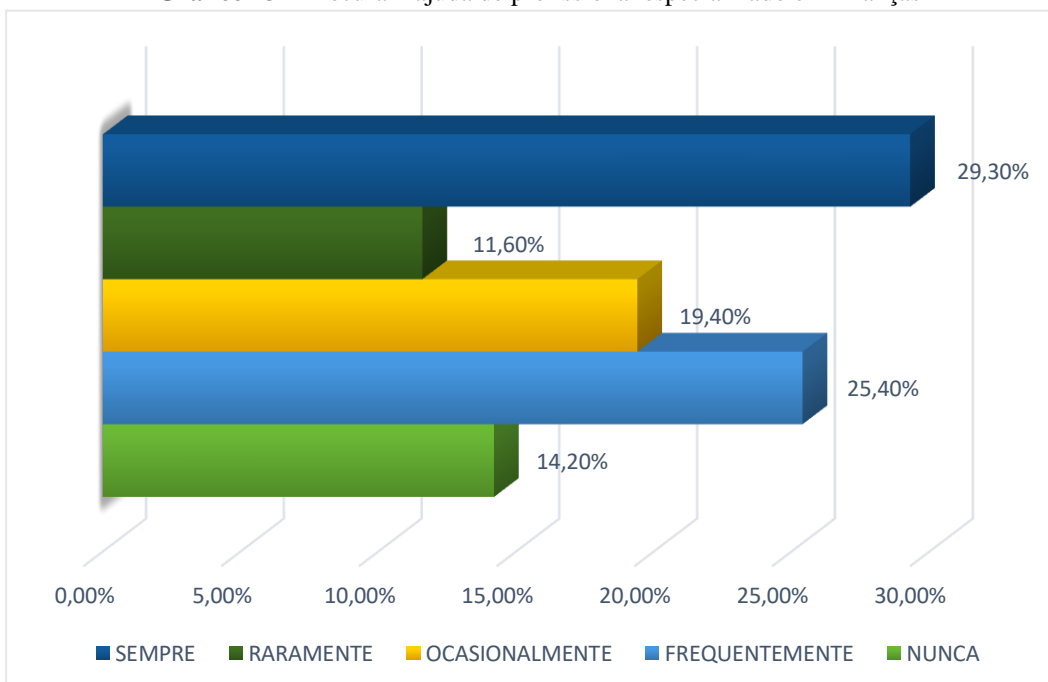
No que compete a qualidade da decisão Empresarial, ao decidir sobre um financiamento, “analisar a taxa de juros, o valor financiado, o valor da parcela e a carência”, a maioria dos respondentes 68,1% sempre analisam, 15,1% frequentemente, 6,5% ocasionalmente, 4,3% raramente e 6% nunca analisam esses dados (Gráfico 11).

Gráfico 12– Analisam periodicamente o desempenho da empresa



Fonte: Autor (2022).

Gráfico 13 – Procuram ajuda de profissional especializado em finanças



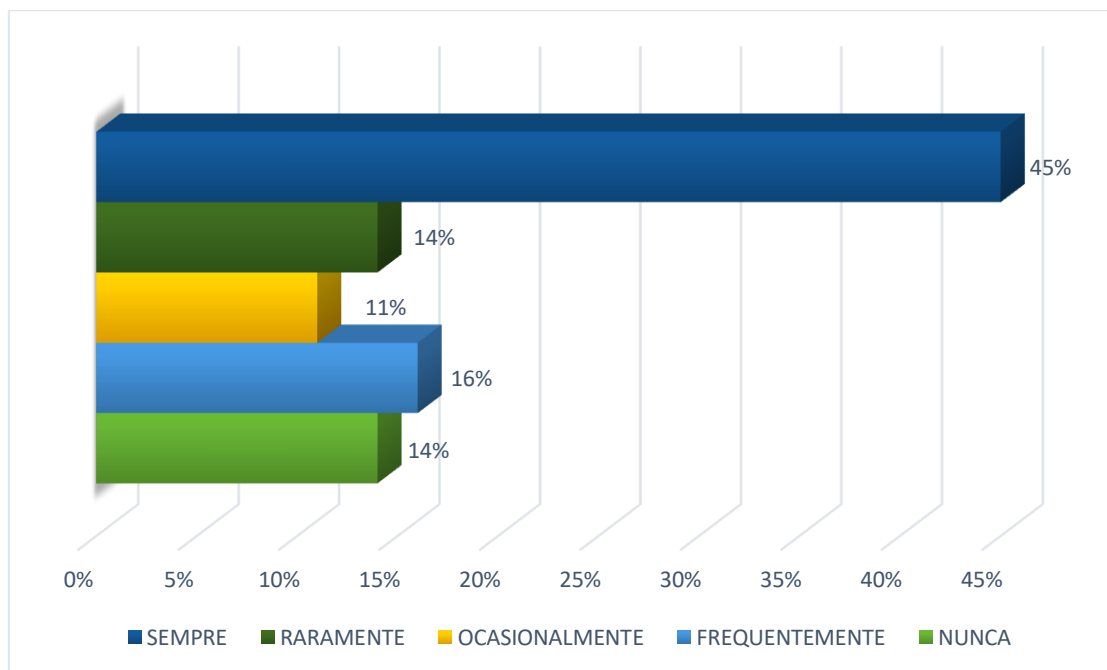
Fonte: Autor (2022).

Dos gestores 51,3% sempre analisam periodicamente o desempenho da empresa. 22,6% frequentemente, 13,4% ocasionalmente, 6% raramente e 8% nunca (Gráfico 12).

Para tomar decisões financeiras da empresa, “procuro a ajuda de um profissional especializado (contador, consultor financeiro, intermediário financeiro etc.)”, 29,3% sempre procuram ajuda, 25,4% frequentemente, 19,4% ocasionalmente, 11,6% raramente e 14,2% nunca (Gráfico 13).

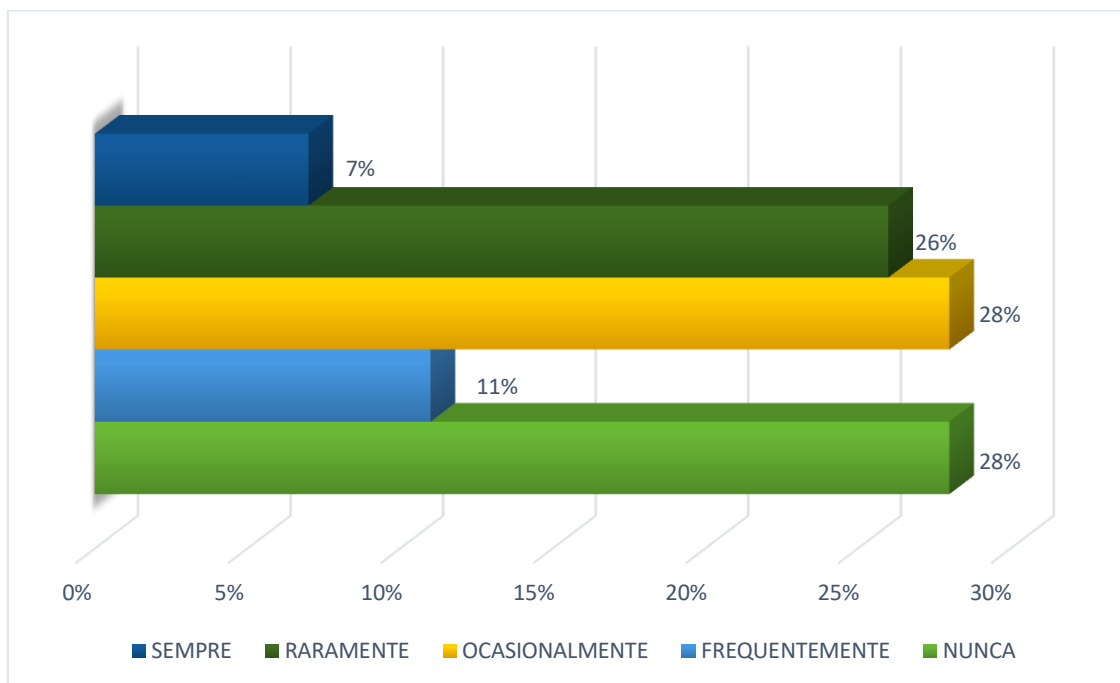
Quanto a afirmação “gerencio contas estritamente separadas para minha casa e para a empresa, administrando as finanças da família e as finanças da empresa separadamente”, 45% dos respondentes sempre separam, 16% frequentemente, 11% ocasionalmente, 14% raramente e 14% nunca (Gráfico 14).

Gráfico 14 – Separam as finanças domésticas da empresa

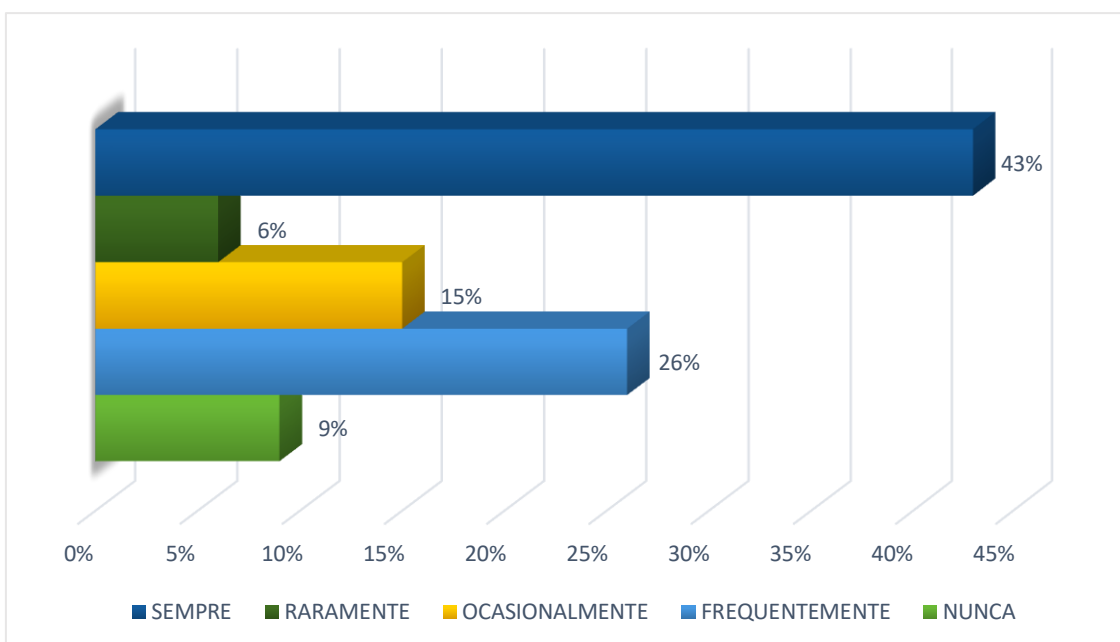


Fonte: Autor (2022).

Quando questionados quanto ao risco financeiro, (Gráfico 15) “prefiro projetos de alto risco e alto rendimento a projetos de baixo risco e baixo rendimento”, 7% preferem projetos de alto risco e rendimento alto, 11,2% frequentemente optam por alto risco, 28% ocasionalmente optam pelo alto risco, 26,3% raramente e 27,6% nunca optam por esse tipo de investimento ou projeto financeiro.

Gráfico 15 – Preferências quanto a correr riscos

Fonte: Autor (2022).

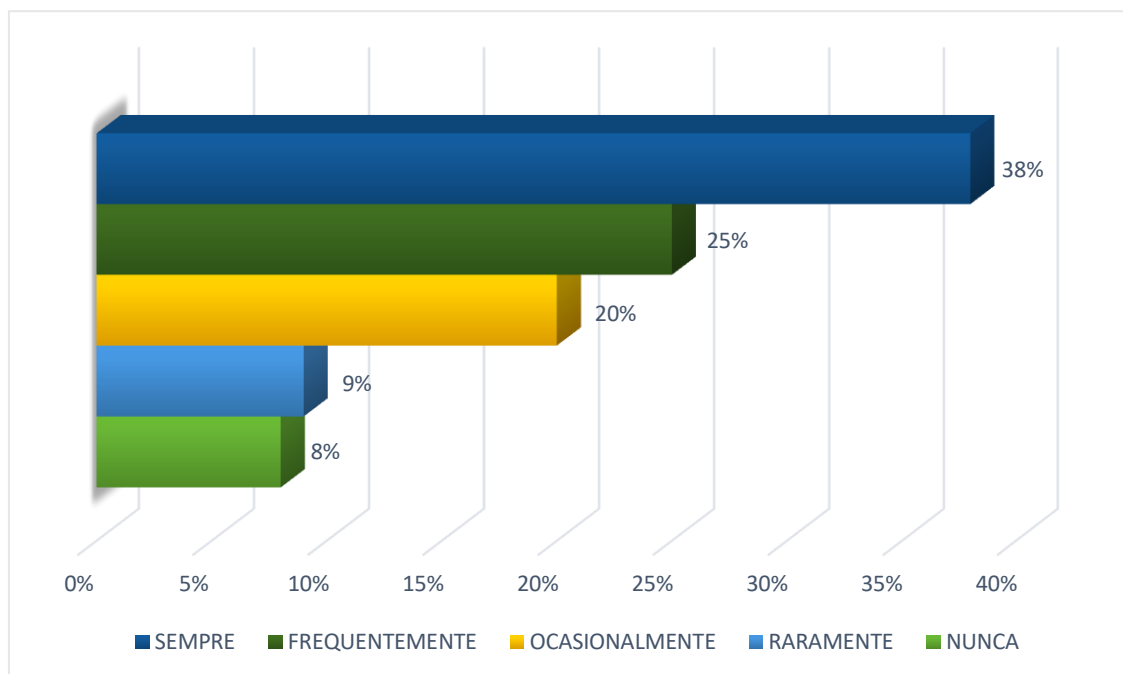
Gráfico 16 – Quanto ao cálculo de retorno de investimento

Fonte: Autor (2022).

Na afirmação “Quando planejo fazer um investimento, procuro calcular o prazo de recuperação do capital investido”, 43% sempre procuram calcular o retorno de investimento,

26% frequentemente, 15% ocasionalmente, 6% raramente e 9% nunca calculam o prazo de recuperação de capital investido (Gráfico 16).

Gráfico 17 – Estabelece metas financeiras de longo prazo



Fonte: Autor (2022).

No gráfico 17, na afirmação “Estabeleço metas financeiras de longo prazo para o negócio e me esforço para alcançá-las”, 37,9% sempre estabelecem metas financeiras ao longo prazo, 25% frequentemente, 19,8% ocasionalmente, 8,6% raramente e 8,7% nunca.

4.6.2 Modelo Conceitual – Qualidade da Decisão Empresarial (QDE)

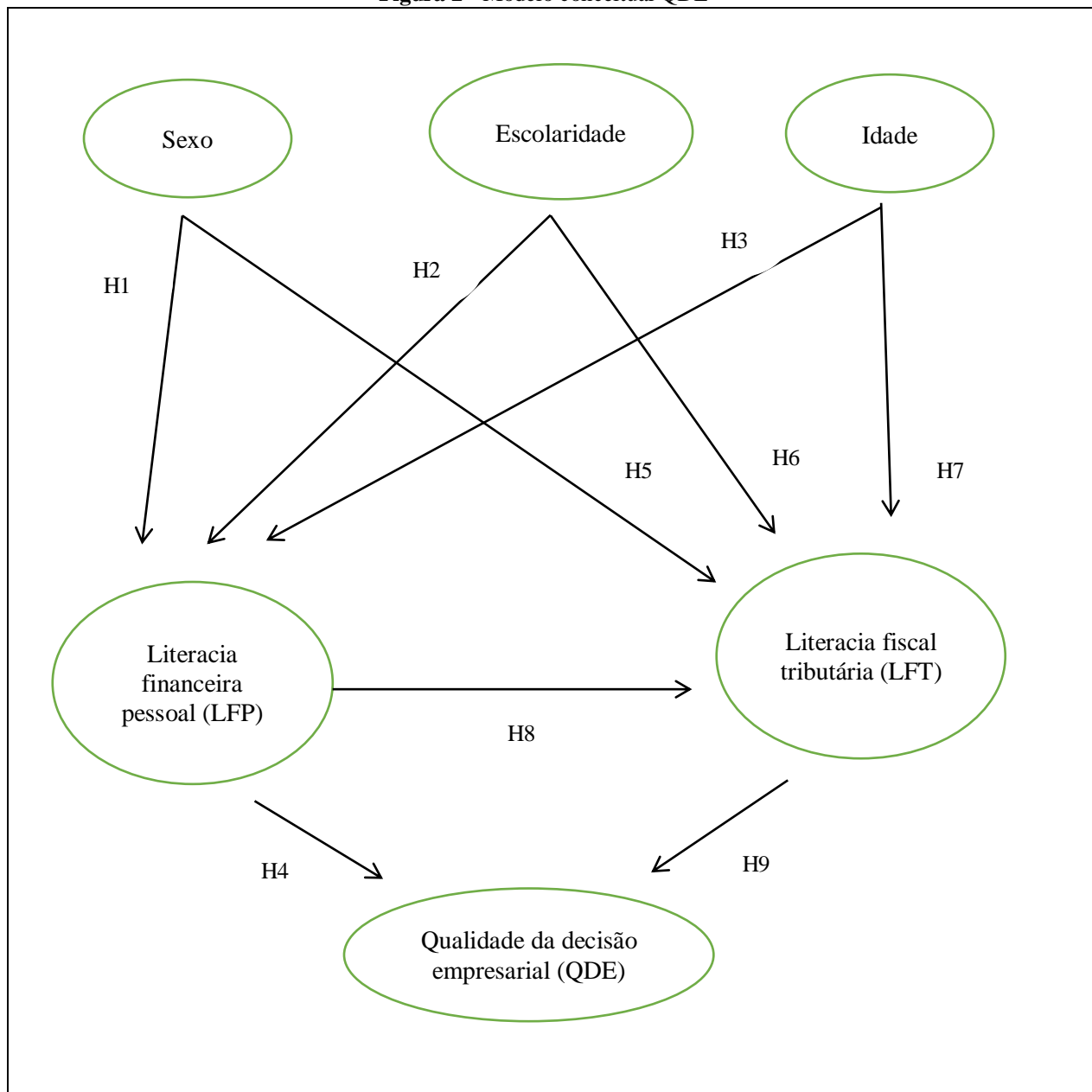
O modelo a ser analisado é a qualidade da decisão empresarial (QDE) a partir das variáveis de literacia financeira pessoal (LFP) e da alfabetização fiscal tributária (LFT), conforme mostra a Figura 1.

Para lidar com os diferentes objetivos e abrangência, o uso de técnicas complementares de análise parece ser mais adequado. A combinação entre a estatística descritiva, análise fatorial confirmatória e testes de hipótese apresentaram-se como mais adequados.

A análise fatorial confirmatória (AFC) foi utilizada para estimar os construtos de comportamento financeiro, atitude financeira e alfabetização financeira. A AFC é uma técnica que busca descrever os relacionamentos entre dois tipos de variáveis, as latentes e os indicadores. A variável latente apresenta o conceito hipotetizado e não observado, o qual pode

ser aproximado por variáveis observáveis ou mensuráveis. O indicador é o valor observado usado como medida da variável latente. Tem-se a premissa de que as variáveis observadas são indicadores imperfeitos da variável latente. Dessa maneira, se mais de um indicador é usado para medir a variável latente, a AFC permite agrupar estes indicadores com o objetivo de avaliar em que extensão esse conjunto de dados confirma a estrutura prevista (LOPES, 2005).

Figura 2 - Modelo conceitual QDE



Fonte: Autor (2022).

Em outras palavras, essa técnica permite testar a plausibilidade do modelo teórico apresentado, baseado na ideia de que determinadas variáveis podem ser estimadas a partir de

variáveis observadas em uma escala. Essa técnica permite verificar se todos os itens na escala estimam do mesmo modo, com a mesma magnitude a variável latente em questão. Isso significa dizer que a técnica pondera cada item em função da porcentagem de variância explicada pelo fator subjacente à escala. O modelo final é escolhido com base na análise de alguns indicadores que permitem ter uma ideia da adequação do modelo.

4.7 Adendo sobre Amostra, Método e Escala

De acordo com a OECD (2013), uma pessoa alfabetizada em finanças terá algum conhecimento básico dos principais conceitos financeiros e a habilidade de aplicar habilidades matemáticas em situações financeiras. O questionário, portanto, faz uma série de perguntas em relação a conceitos como juros compostos, risco, retorno e inflação. O modelo de questionário mencionado segue disposto no Anexo I deste trabalho.

Dada a necessidade de reduzir a quantidade de questões, foram escolhidos os tópicos que apareciam com maior frequência no questionário modelo consultado: risco, taxa de juros compostos, produtos financeiros e inflação, listando-se ainda, as questões referentes ao perfil dos respondentes, e três variáveis, consistindo em alfabetização financeira, alfabetização fiscal e processo decisório.

Para lidar então, com os diferentes objetivos e abrangência, o uso de técnicas complementares de análise pareceu ser mais eficaz para o alcance das respostas a serem buscadas. A combinação entre a estatística descritiva, análise fatorial confirmatória e testes de hipótese apresentaram-se, portanto, como mais adequados.

A princípio para manter as informações robustas foi necessário o cálculo do comportamento financeiro pessoal (CPFP) e o comportamento fiscal tributário (CPFT). Para tanto foi necessário separar o conhecimento financeiro para que ele não sumisse do modelo quando estimava a variável latente literacia fiscal tributária. Se o conhecimento saísse do cálculo da Literacia Fiscal Tributária, a LFT já não seria mais literacia e sim comportamento fiscal tributário. Para simular o modelo foi necessário simular os valores do CPFP e CPFT.

Levando em consideração que a literacia financeira pessoal influencia a literacia fiscal tributária para simular o comportamento foi utilizada a premissa de que o comportamento financeiro pessoal influencia o comportamento fiscal tributário assim como Batrancea et al. (2018) enfatiza as características do comportamento tributário sustentável a partir de fatores de finanças comportamentais, e que a premissa da variáveis LFP influencia LFT.

Foi realizada a análise do f^2 conforme figura 3, a qual indica o efeito das variáveis no

modelo QDE. O tamanho do efeito (f^2) avalia o quanto cada variável é útil para o ajuste do modelo. (RINGLE, 2014). Para analisar a magnitude do efeito, utiliza-se o critério estabelecido por Hair et al. (2014), onde valores de 0,02, 0,15 e 0,35 são considerados pequeno, médio e grande, respectivamente.

Figura 3 - Efeito das variáveis

$$f^2 = \frac{R^2 \text{ incluído} - R^2 \text{ excluído}}{1 - R^2 \text{ incluído}}$$

Fonte: Hair *et al.* (2014).

Quanto às escalas utilizadas nas variáveis deste estudo estão disponíveis a seguir:

Tabela 5 – Escala do conhecimento financeiro pessoal (CHFP)

Conhecimento financeiro pessoal (CHFP)	Escala Likert
Acertou de zero a 1	1
Acertou 2 questões	2
Acertou 3 questões	3
Acertou 4 questões	4
Acertou 5 questões	5

Fonte: Autor (2022).

Tabela 6 – Escala do comportamento financeiro pessoal (CPFP)

Comportamento financeiro pessoal (CPFP)	Escala Likert
Nunca	1
Raramente	2
Ocasionalmente	3
Frequentemente	4
Sempre	5

Fonte: Autor (2022).

Tabela 7 – Escala do conhecimento fiscal tributário (CHFT)

Conhecimento fiscal tributário (CHFT)	Escala Likert
Acertou de zero a 1	1
Acertou 2 questões	2
Acertou 3 questões	3
Acertou 4 questões	4
Acertou 5 questões	5

Fonte: Autor (2022).

Tabela 8 – Escala do comportamento fiscal tributário (CPFT)

Comportamento fiscal tributário (CPFT)	Escala Likert
Nunca	1
Raramente	2
Ocasionalmente	3
Frequentemente	4
Sempre	5

Fonte: Autor (2022).

Tabela 9 – Escala do gênero

Q1.Sexo	Dummy
Feminino	0
Masculino	1

Fonte: Autor (2022).

Tabela 10 – Escala da Escolaridade

Q3.Escolaridade	Escala Likert
Sem Ensino Fundamental	1
Ensino Fundamental	2
Ensino Médio	3
Superior	4
MBA, mestrado, doutorado, etc	5

Fonte: Autor (2022).

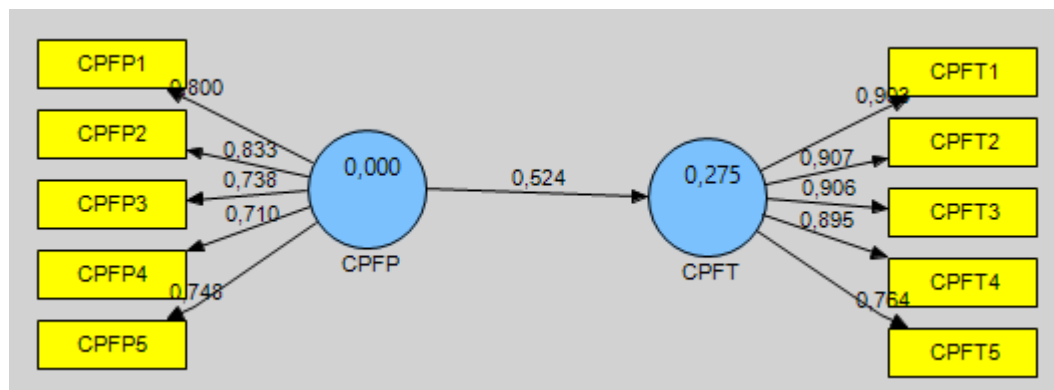
5 RESULTADOS

A base de dados original contém dois grupos: a base obtida pelo autor deste estudo (n=163) e a base obtida pela Boa Vista (n=159). A Boa Vista (SPC) é uma empresa privada onde a Associação Comercial do Estado de São Paulo é acionista majoritária. A Boa Vista é uma empresa brasileira que alia inteligência analítica à alta tecnologia para transformar dados em soluções para os desafios de clientes e consumidores. Criada há mais de 60 anos como SCPC (Serviço Central de Proteção ao Crédito), tem contribuído significativamente para o desenvolvimento da atividade de crédito no Brasil, ajudando o país a estabelecer uma relação de consumo mais equilibrada entre empresas e consumidores.

O total de respondentes nas duas bases é de 322. Desses, 7 não responderam a idade. Colocou-se então a média de 40 anos para esses respondentes. Somente 4 respondentes não quiseram informar qual o sexo. Como a maioria (167, 52%) é constituída de homens, colocou-se então como homens. Alguns não responderam as questões fiscais e tributárias. Foram eliminados, assim como também foram eliminadas as duplicidades. Com essas mudanças, a amostra final ficou constituída por 232 observações.

O primeiro resultado apresetando na figura 4 foi calcular o comportamento financeiro pessoal e o comportamento fiscal tributário.

Figura 4 - Modelo inicial e final de comportamento financeiro pessoal e comportamento fiscal tributário



Fonte: Autor (2022).

Nesse modelo, observa-se que o comportamento financeiro pessoal (CPFP) influencia o comportamento fiscal tributário (CPFT). Temos, pois, a seguinte hipótese no modelo:

H10: Quanto melhor o comportamento financeiro pessoal (CPFP), melhor o comportamento fiscal tributário (CPFT).

O modelo inicial e final está disponível na figura 3. A simulação da estatística multivariada foi realizada no software SmarPLS versão 2.0 M. O SmartPLS usa o método Partial Least Squares (PLS-SEM). Primeiramente, validou-se as variáveis latentes utilizadas

no modelo.

Foram validados as variáveis latentes que são utilizadas nesse modelo. A Tabela 11 apresenta os indicadores para o cálculo das variáveis latentes. O modelo inicial e final contém 10 indicadores.

Tabela 11 - Carregamento inicial e final dos indicadores das variáveis latentes CPFP e CPFT

	CPFP	CPFT
CPFP1	0,800	
CPFP2	0,834	
CPFP3	0,738	
CPFP4	0,710	
CPFP5	0,748	
CPFT1		0,903
CPFT2		0,907
CPFT3		0,906
CPFT4		0,895
CPFT5		0,764

Fonte: Autor (2022).

Como se pode observar, não há retirada de nenhum indicador, dado que todos possuem uma carga superior a 0,5 que é o limite mínimo estabelecido por Ringle *et al.* (2014). Parte-se para o procedimento padrão de bootstrapping, que é utilizado para avaliar a significância da correlação e da regressão. O bootstrapping é realizado para 232 casos e 1000 amostras. Conforme descrito na tabela 12.

Tabela 12 - Valor de T de *Student* dos indicadores e as variáveis latentes CPFP e CPFT

	Amostra original (O)	Média da amostra (M)	Desvio padrão (STDEV)	Erro padrão (STERR)	T Student (O/STERR)
CPFP1 <- CPFP	0,800	0,798	0,033	0,033	24,337
CPFP2 <- CPFP	0,834	0,833	0,025	0,025	33,013
CPFP3 <- CPFP	0,738	0,738	0,030	0,030	24,877
CPFP4 <- CPFP	0,710	0,708	0,048	0,048	14,923
CPFP5 <- CPFP	0,748	0,746	0,038	0,038	19,693
CPFT1 <- CPFT	0,903	0,904	0,013	0,013	69,095
CPFT2 <- CPFT	0,907	0,907	0,017	0,017	53,923
CPFT3 <- CPFT	0,906	0,906	0,014	0,014	64,549
CPFT4 <- CPFT	0,895	0,894	0,015	0,015	61,852
CPFT5 <- CPFT	0,764	0,761	0,038	0,038	20,107

Fonte: Autor (2022).

A Tabela 12 apresenta o valor de T *Student* na última coluna. Os valores são

superiores a 1,96. Isso indica que as correlações entre a variável latente e seus respectivos indicadores são significativas, a um nível de confiança de 95%.

Para avaliar o modelo de medição analisou-se a confiabilidade composta disponível na Tabela 13. Observa-se que os valores referentes à confiabilidade composta são superiores a 0,7 (CPFP com 0,877 e CPFT com 0,943), indicando que existem níveis de consistência interna nas variáveis latentes. Dessa forma, conclui-se que as respostas em conjunto são confiáveis. O valor de referência utilizado nessa análise é baseado em informações dadas por Hair *et al.* (2016).

Tabela 13 - AVE e confiabilidade composta das variáveis latentes CPFP e CPFT

	AVE	Confiabilidade composta	R quadrado	Alpha de Cronbach	Comunalidades
CPFP	0,588	0,877	0,000	0,825	0,588
CPFT	0,769	0,943	0,275	0,924	0,769

Fonte: Autor (2022).

Utilizando o coeficiente Alfa de Cronbach pode-se determinar o grau de confiabilidade do questionário destinado a aferir o comportamento financeiro pessoal (CPFP) e o comportamento fiscal tributário (CPFT). De acordo com Freitas e Rodrigues (2005), pode-se classificar a confiabilidade do coeficiente alfa de Cronbach seguindo os seguintes limites:

$\alpha \leq 0,30$ – Muito baixa
 $0,30 < \alpha \leq 0,60$ - Baixa
 $0,60 < \alpha \leq 0,75$ - Moderada
 $0,75 < \alpha \leq 0,90$ - Alta
 $\alpha > 0,90$ – Muito alta

Os resultados disponíveis na tabela 13 indicam que existe uma confiabilidade alta nas variáveis latentes CPFP (0,825) e uma confiabilidade muito alta na variável latente CPFT (0,924).

Para analisar se os indicadores se correlacionam positivamente com as respectivas variáveis latentes analisa-se o AVE (Tabela 12). De acordo com os resultados, as variáveis latentes CPFP (AVE = 0,588) e CPFT (AVE = 0,769) possuem AVE superior a 0,5. A conclusão é de que o modelo converge para um resultado satisfatório de acordo com Henseler *et al.* (2009).

Por fim o procedimento de avaliação desse modelo de medição são analisadas as validades discriminantes, disponíveis na Tabela 14. A conclusão é de que as variáveis latentes são independentes entre si, visto que a raiz quadrada do AVE (diagonal da Tabela 13) é superior às correlações das variáveis latentes. (FORNELL; LARCKER, 1981).

Tabela 14 - Correlação e raiz quadrada do AVE das variáveis latentes CPFPP e CPFT

Variáveis latentes	CPFPP	CPFT
CPFPP	0,767	
CPFT	0,524	0,877

Fonte: Autor (2022).

Analisou-se os resultados da relação entre as variáveis o grau de explicação do modelo. Para tal, utilizou-se o coeficiente de determinação, também chamado de R quadrado, disponível na Tabela 12.

De acordo com Cohen (2013), para a área de Ciências Sociais e Comportamentais, um R quadrado de 2% é considerado de efeito pequeno; um R quadrado de 13% é considerado de efeito médio; e um R quadrado de 26% é considerado de efeito grande.

Segundo a Tabela 12, o R quadrado é 0,275, sendo considerado de efeito grande para as ciências comportamentais. Isso significa dizer que as variações referentes ao comportamento financeiro pessoal (CFP) conseguem explicar 27,5% das variações que ocorrem no comportamento fiscal tributário (CPFT).

Analisou-se a influência da variável independente (CPFPP) sobre a variável dependente (CPFT) é significativa. O valor de T *Student* de 10,160 (Tabela 15) é superiores a 1,96 indicando significância na influência de CPFPP em CPFT, a um nível de confiança de 95%.

Tabela 15 - Valor de T de Student das variáveis latentes CPFPP e CPFT

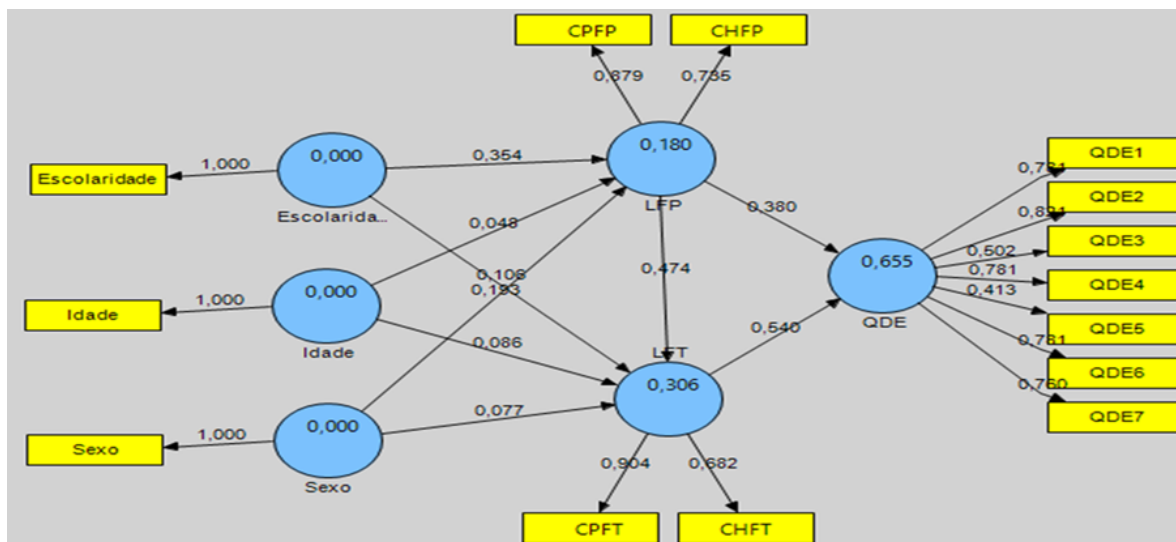
	Amostra original (O)	Média da amostra (M)	Desvio padrão (STDEV)	Erro padrão (STERR)	T Student (O/STERR)
CPFPP -> CPFT	0,524	0,530	0,052	0,052	10,160

Fonte: Autor (2022).

Analisando o sinal do coeficiente pelos dados da Tabela 14 pode-se concluir que o CPFPP (coeficiente = 0,524) apresenta uma influência direta em CPFT. Isso quer dizer que quanto maior o nível de comportamento financeiro pessoal (CPFPP), maior o nível de comportamento fiscal tributário (CPFT), confirmando a hipótese 10 do modelo.

Uma vez que é completada a análise das variáveis latentes CPFP e CPFT, esses resultados são utilizados no modelo da qualidade da decisão empresarial (QDE). A figura 5 apresenta o modelo QDE inicial.

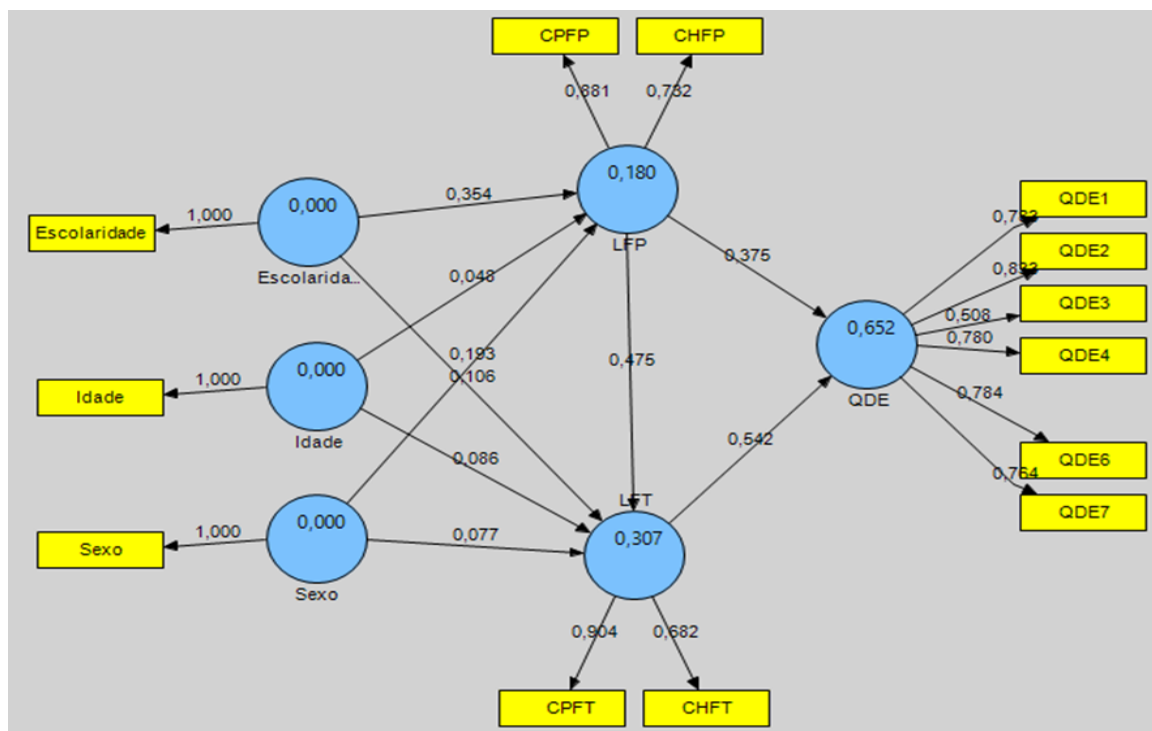
Figura 5 - Modelo inicial da qualidade da decisão empresarial



Fonte: Autor (2022).

A figura 6 apresenta o modelo QDE final, após a exclusão do indicador QDE5.

Figura 6 - Modelo final da qualidade da decisão empresarial



Fonte: Autor (2022).

Quadro 6 – Legenda da figura 6

CHFP	Conhecimento financeiro pessoal
CPFP	Comportamento financeiro pessoal
CPFT	Comportamento fiscal tributário
CHFT	Conhecimento fiscal tributário
QDE	Qualidade da decisão empresarial
LFP	Literacia financeira pessoal
LFT	Literacia fiscal tributária
CSDE	Características sociodemográficas e econômicas

Fonte: Autor (2022).

A priori validou-se as variáveis latentes que são utilizadas no modelo QDE. A Tabela 16 apresenta os indicadores para o cálculo das variáveis latentes e o modelo inicial contém 14 indicadores.

Tabela 16 - Carregamento inicial dos indicadores das variáveis latentes no modelo QDE

	Escolaridade	Idade	LFP	LFT	QDE	Sexo
CPFP			0,879			
CPFT				0,904		
CHFP			0,735			
CHFT				0,682		
Escolaridade	1,000					
Idade		1,000				
QDE1					0,781	
QDE2					0,821	
QDE3					0,503	
QDE4					0,781	
QDE5					0,413	
QDE6					0,781	
QDE7					0,760	
Sexo						1,000

Fonte: Autor (2022).

Após as simulações, é retirada a variável QDE5 (0,413), permanecendo no modelo 13 indicadores (Tabela 16), que apresentam carga superior a 0,5.

Tabela 17 - Carregamento final do indicador das variáveis latentes

	Escolaridade	Idade	LFP	LFT	QDE	Sexo
CPFP			0,881			
CPFT				0,904		
CHFP			0,732			
CHFT				0,682		
Escolaridade	1,000					
Idade		1,000				
QDE1					0,783	
QDE2					0,834	
QDE3					0,508	
QDE4					0,780	
QDE6					0,784	
QDE7					0,764	
Sexo						1,000

Fonte: Autor (2022).

O procedimento padrão de bootstrapping é realizado para 232 casos e 1000 amostras e a Tabela 18 informa os valores de T *Student* em sua última coluna. Analisando os valores T *Student*, conclui-se que as correlações entre a variável latente e seus respectivos indicadores são significativas, a um nível de confiança de 95% (valor T *Student* superior a 1,96).

Tabela 18 - Valor de T de *Student* do modelo QDE

	Amostra original (O)	Média da amostra (M)	Desvio padrão (STDEV)	Erro padrão (STERR)	T Student ((O/STERR))
CPFP <- LFP	0,881	0,883	0,027	0,027	32,759
CPFT <- LFT	0,904	0,907	0,021	0,021	43,954
CHFP <- LFP	0,732	0,723	0,065	0,065	11,318
CHFT <- LFT	0,682	0,669	0,079	0,079	8,628
QDE1 <- QDE	0,783	0,780	0,038	0,038	20,686
QDE2 <- QDE	0,834	0,832	0,025	0,025	32,778
QDE3 <- QDE	0,508	0,505	0,070	0,070	7,280
QDE4 <- QDE	0,780	0,780	0,029	0,029	26,605
QDE6 <- QDE	0,784	0,782	0,032	0,032	24,270
QDE7 <- QDE	0,764	0,762	0,034	0,034	22,515

Fonte: Autor (2022).

Pela Tabela 19, observa-se que os valores referentes à confiabilidade composta são superiores a 0,7 indicando que existem níveis de consistência interna nas variáveis latentes. Portanto, a conclusão é de que as respostas em conjunto são confiáveis.

Tabela 19 - AVE e confiabilidade composta do modelo QDE

	AVE	Confiabilidade composta	R quadrado	Alpha de Cronbach	Comunalidades
Escolaridade	1,000	1,000	0,000	1,000	1,000
Idade	1,000	1,000	0,000	1,000	1,000
LFP	0,656	0,791	0,180	0,487	0,656
LFT	0,641	0,778	0,307	0,466	0,641
QDE	0,562	0,883	0,652	0,838	0,562
Sexo	1,000	1,000	0,000	1,000	1,000

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Analisando o coeficiente Alfa de Cronbach (Tabela 19), a conclusão é de que existe uma confiabilidade baixa nas variáveis latentes LFP (0,487) e LFT (0,466) e uma confiabilidade alta na variável latente QDE (0,838).

De acordo com os resultados da Tabela 19, as variáveis latentes possuem um AVE superior a 0,5, o que indica que o modelo converge para um resultado satisfatório.

A avaliação do modelo de medição é analisada as validades discriminantes (Tabela 19). A conclusão é de que as variáveis latentes são independentes entre si, visto que a raiz quadrada do AVE (diagonal da Tabela 19) é superior às correlações das variáveis latentes.

Tabela 20 - Correlação e raiz quadrada do AVE do modelo QDE

Variáveis latentes	Escolaridade	Idade	LFP	LFT	QDE	Sexo
Escolaridade	1,000					
Idade	-0,110	1,000				
LFP	0,375	0,013	0,810			
LFT	0,285	0,083	0,534	0,801		
QDE	0,334	0,081	0,665	0,743	0,750	
Sexo	0,136	0,023	0,242	0,208	0,220	1,000

Fonte: Autor (2022).

Analisando a multicolinearidade entre as variáveis independentes são utilizados os valores do Variance Inflation Factors (VIF) e os valores da Tolerância. De acordo com Fávero *et al.* (2009), VIF superior a 5 e T inferior a 0,2 indicam multicolinearidade entre as variáveis independentes. Segundo informações dadas na Tabela 20 não existe multicolinearidade visto que os valores de VIF são inferiores a 5 e os valores da Tolerância são superiores a 0,2.

Tabela 21 – VIF e tolerância do modelo QDE

Variáveis latentes	Qualidade da decisão empresarial		Literacia financeira pessoal		Literacia fiscal e tributária	
	Tolerância	VIF	Tolerância	VIF	Tolerância	VIF
Literacia financeira pessoal	0,724	1,381				
Literacia fiscal e tributária	0,724	1,381				
Escolaridade			0,969	1,032	0,969	1,032
Faixa etária			0,986	1,014	0,986	1,014
Sexo			0,980	1,020	0,980	1,020

Fonte: Autor (2022).

Analisando os resultados da relação entre as variáveis o grau de explicação do modelo. Segundo a Tabela 21, as variações referentes à escolaridade, à idade e ao sexo explicam 18,0% das variações da literacia financeira pessoal (LFP) e 30,7% das variações da literacia fiscal tributária. Já as variações da LFP e da LFT conseguem explicar 65,2% das variações da variável latente QDE. O R^2 do LFP é considerado médio enquanto os R^2 dos LFT e PDE são considerados de efeito grande.

Tabela 22 - Coeficientes e R quadrado do modelo QDE

Variáveis latentes	LFP	LFT	QDE
Coeficientes	Escolaridade	0,354	0,106
	Idade	0,048	0,086
	LFP		0,475
	LFT		0,542
	QDE		
	Sexo	0,193	0,077
	R quadrado	0,180	0,307

Fonte: Autor (2022).

Analisando a influência da variável independente sobre a variável dependente é significativa.

Analisando os valores *T Student* disponíveis na Tabela 22, a influência da escolaridade sobre a LFT (*T Student*=1,683), a influência da idade sobre a LFP (*T Student*=0,847), a influência da idade sobre a LFT (*T Student*=1,536) e a influência do sexo sobre a LFT (*T Student*=1,315) não apresentam significância estatística porque o valor *T Student* é inferior a 1,96.

Tabela 23- Resumo dos testes do modelo QDE

	Hipótese	Coefficiente	T Student	Significativo ?	Confirma a Hipótese?
Escolaridade -> LFP	H2	0,354	5,620	Sim	Sim
Escolaridade -> LFT	H6	0,106	1,683	Não	Não
Idade -> LFP	H3	0,048	0,847	Não	Não
Idade -> LFT	H7	0,086	1,536	Não	Não
LFP -> LFT	H8	0,475	6,945	Sim	Sim
LFP -> QDE	H4	0,375	7,168	Sim	Sim
LFT -> QDE	H9	0,542	10,498	Sim	Sim
Sexo -> LFP	H1	0,193	3,201	Sim	Sim
Sexo -> LFT	H5	0,077	1,315	Não	Não

Fonte: Autor (2022).

Analisa-se o sinal e a magnitude dos coeficientes. De acordo com os dados da Tabela 23, a escolaridade, a idade e o sexo apresentam uma influência positiva sobre a LFP. Pelos resultados pode-se concluir que a escolaridade (coeficiente = 0,354) é a variável independente que apresenta maior influência sobre o nível de literacia financeira pessoal (LFP). Em segundo lugar, o sexo (coeficiente = 0,193) e, por último, a idade (coeficiente = 0,048), lembrando que a idade não apresenta influência estatisticamente significativa sobre a LFP. Com esses resultados, confirmam-se as hipóteses H1 e H2, e não se confirma a hipótese H3 do modelo (Tabela 22).

Ao analisar o sinal do coeficiente da LFP (0,475), a conclusão é de que a literacia financeira pessoal (LFP) possui uma influência positiva sobre a LFT. Em outras palavras, quanto maior a LFP, maior a LFT. Confirma-se a hipótese 8 (Tabela 22).

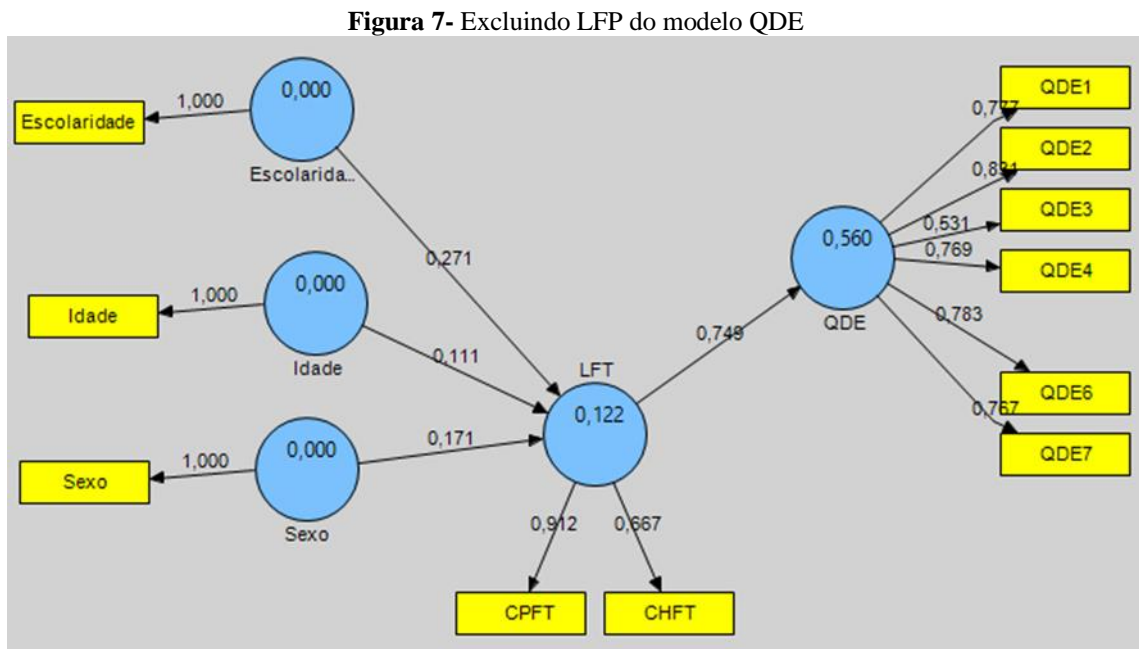
As variáveis escolaridade (coeficiente=0,106), idade (coeficiente=0,086) e sexo (coeficiente=0,077) apresentam influência positiva sobre a literacia fiscal tributária, porém, essas variáveis não apresentam influência estatisticamente significativa. Com esses resultados não se confirmam as hipóteses 5, 6 e 7 (Tabela 22).

Para finalizar, analisa-se a influência dos níveis de literacia sobre a qualidade da decisão empresarial (QDE). Tanto a LFP (coeficiente=0,375) como a LFT (coeficiente=0,542) possuem influência positiva sobre a QDE. Em outras palavras, quanto maior o nível de literacia financeira pessoal, melhor a qualidade da decisão empresarial; quanto maior o nível de literacia fiscal tributária, melhor a qualidade da decisão empresarial (Tabela 22).

Analisando o valor dos coeficientes, pode-se concluir que o nível de literacia fiscal tributária apresenta influência maior do que o nível de literacia financeira pessoal. Os resultados confirmam as hipóteses H4 e H9 do modelo (Tabela 22).

5.1 Adendo sobre o resultado

Ao excluir a variável latente LFP do modelo QDE, conforme apresenta a figura 7. Além de avaliar a significância dos coeficientes (valor T *Student*) e do grau de explicação do modelo (R^2), é importante analisar o tamanho do efeito (f^2).



Fonte: Autor (2022).

Observa-se que o grau de explicação (R^2) cai de 0,652 (R^2 incluído) para 0,560 (R^2 excluído), conforme Figuras 5 e 6, respectivamente. Logo, o f^2 calculado é de 0,264 (Tabela 24). O valor do efeito é considerado entre médio e grande, conforme critério estabelecido por Hair *et al.* (2014).

Tabela 24 - Efeito do f^2 sobre o modelo QDE

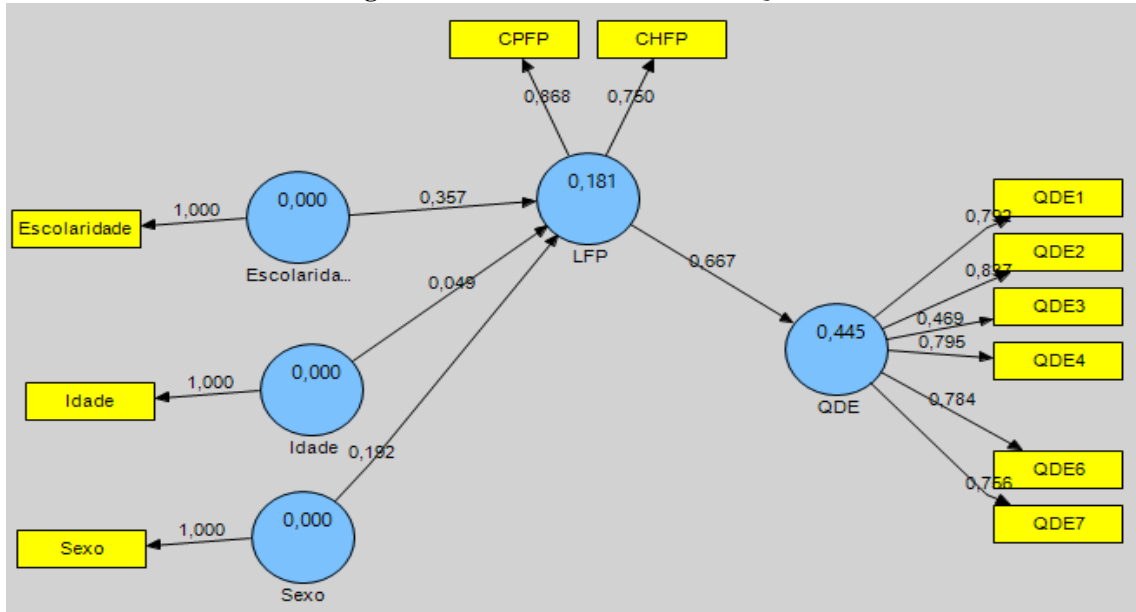
Variável dependente	Variável excluída	R^2 incluído	R^2 excluído	f^2	Efeito
QDE	LFP	0,652	0,560	0,264	Entre médio e grande
	LFT	0,652	0,445	0,595	Grande
LFP	Escolaridade	0,180	0,059	0,148	Médio
	Idade	0,180	0,178	0,002	Insignificante
	Sexo	0,180	0,144	0,044	Pequeno
LFT	Escolaridade	0,307	0,301	0,009	Insignificante
	Idade	0,307	0,299	0,012	Insignificante
	Sexo	0,307	0,301	0,009	Insignificante

Fonte: Autor (2022).

Já a variável latente LFT do modelo QDE. O R^2 cai de 0,652 (R^2 incluído) para 0,445

(R² excluído), de acordo com as Figuras 6 e 8, respectivamente. O f² é de 0,595, sendo considerado de feito grande (Tabela 24).

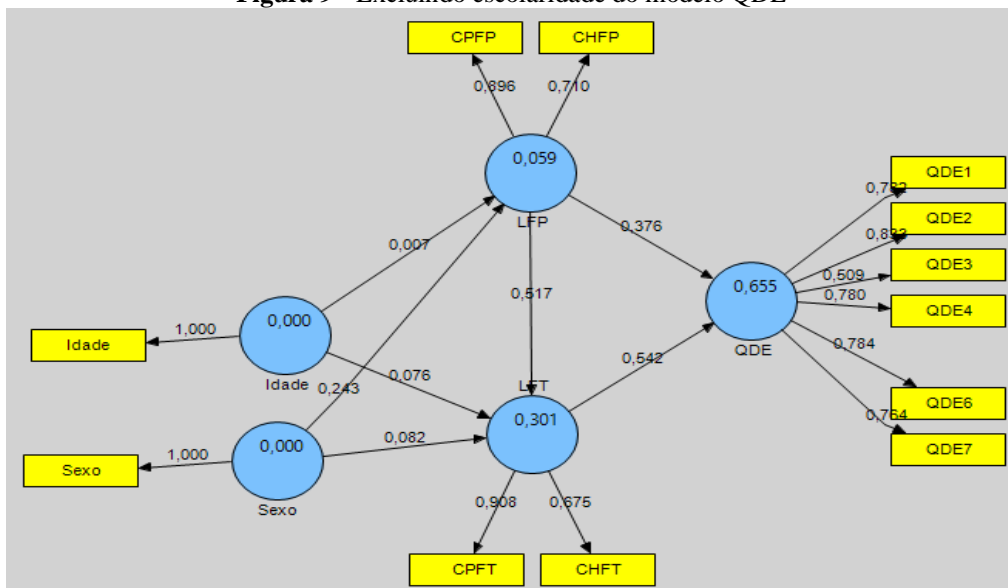
Figura 8 - Excluindo LFT do modelo QDE



Fonte: Autor (2022).

Analisando as variáveis sociodemográficas o efeito da variável escolaridade. De acordo com as Figuras 6 e 9, o R² da LFP cai de 0,180 (R² incluído) para 0,059 (R² excluído), obtendo um f² de 0,145. Esse valor é considerado de efeito médio (Tabela 23). O R² da LFT cai de 0,307 (R² incluído) para 0,301 (R² excluído), obtendo um f² de 0,009. Esse valor é insignificante, visto que não atinge o mínimo de 0,02 para ser considerado de efeito pequeno, segundo Hair *et al.* (2014).

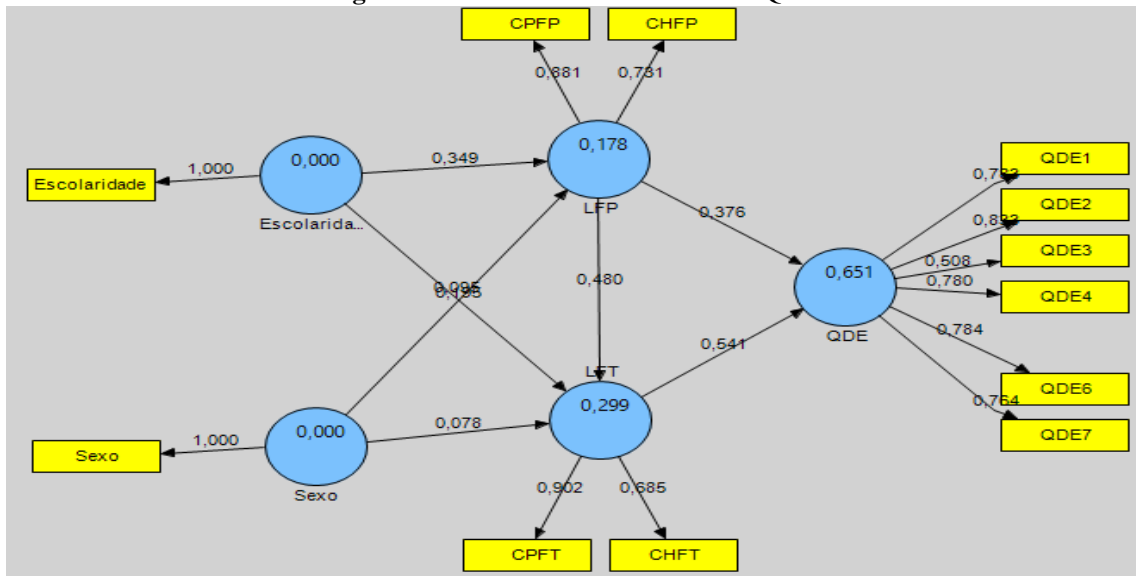
Figura 9 - Excluindo escolaridade do modelo QDE



Fonte: Autor (2022).

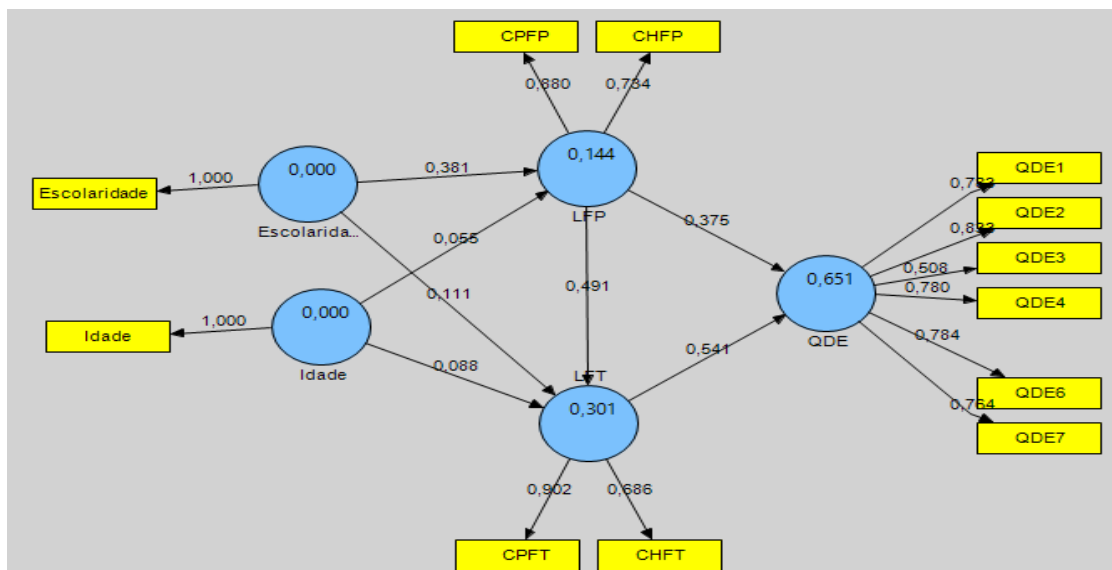
Retirando a variável idade do modelo, o R^2 da LFP cai de 0,180 (R^2 incluído) para 0,178 (R^2 excluído), obtendo um f^2 de 0,002, sendo considerado de efeito insignificante. O mesmo efeito ocorre também para a LFT, onde o R^2 passa de 0,307 (R^2 incluído) para 0,299 (R^2 excluído), com f^2 de 0,012. Isso quer dizer que a idade não é significativa para explicar as variações que ocorrem nos níveis de LFP e LFT, pelo menos não nessa amostra de gestores e empreendedores. Os dados podem ser observados na Tabela 23, e Figuras 6 e 10.

Figura 10 - Excluindo idade do modelo QDE



Fonte: Autor (2022).

Figura 11 - Excluindo sexo do modelo QDE



Fonte: Autor (2022).

A variável sexo é excluída do modelo. No caso da LFP, o R^2 cai de 0,180 (R^2 incluído) para 0,144 (R^2 excluído), obtendo um f^2 de 0,044. Esse f^2 apresenta um efeito pequeno,

segundo Hair *et al.* (2014). No caso da LFT, o R^2 cai de 0,307 (R^2 incluído) para 0,301 (R^2 excluído), obtendo um f^2 de 0,009, sendo considerado de efeito insignificante. Os dados podem ser visualizados nas Figuras 6 e 11, além da Tabela 24.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A literacia financeira no empreendedorismo baseia-se geralmente em dois elementos que estão intimamente relacionados: a) Conhecimento financeiro: facilidade de uma pessoa com termos e conceitos relacionados à gestão financeira de um negócio, por exemplo, conhecer o vocabulário empreendedor, saber onde buscar informações e ter experiência em administração de negócios; b) alfabetização financeira: a capacidade de uma pessoa de tomar decisões e realizar ações relacionadas à gestão financeira de uma empresa, incluindo declarações de arquivamento, assinatura de contratos comerciais, solicitação de financiamento e preparação de um plano de negócios.

Com o intuito de responder ao objetivo geral da pesquisa que tinha como propósito identificar se uma maior literacia financeira pessoal e fiscal tributária melhoram decisões financeiras empresariais com gestores e empreendedores brasileiros, foi constatado que os principais fatores que influenciam a alfabetização financeira são: nível educacional; educação/Treinamento; idade; gênero; experiência administrativa e família. Para isso, foram investigadas várias questões relacionadas a literacia financeira e fiscal tributária. A análise da literatura apoia a visão de que as PMEs com acesso adequado a literacia financeira pessoal e fiscal tributária são mais propensas a crescer, ou seja, tomaram boas decisões. No entanto, a literatura que examina as ligações causais e os efeitos da alfabetização financeira no crescimento das empresas permanece pouco explorada para a economia brasileira.

Outrossim, a amostra da pesquisa foi composta por 232 participantes, de ambos os sexos, embora a predominância de respostas partiu de indivíduos do sexo masculino, que por meio da aplicação de questionários foi possível concluir que a literacia financeira é um conceito chave que pode ajudar a garantir o sucesso de um projeto empreendedor.

O conceito de alfabetização financeira é realmente bastante simples. É ter conhecimento suficiente para se sentir confiante para tomar boas decisões na gestão de suas finanças pessoais. E, finalmente, gerenciar o estresse e as emoções que podem estar associadas a esses tipos de decisões. Ter conhecimentos de literacia financeira significa, por exemplo, ser capaz de fazer um orçamento, distinguir as diferentes formas de poupar, compreender certos princípios de tributação e ter consciência da importância de poupar ou planejar algo.

Os resultados deste estudo apoiam a visão de que um currículo de alfabetização financeira aumentará a eficácia das PMEs na preparação de informações financeiras. As implicações de nossas descobertas são que, para uma economia competitiva, a alfabetização

financeira dos proprietários/gerentes das PMEs não é um luxo, mas uma necessidade que ajuda a moderar a assimetria de informações quando as empresas buscam crescer sem dívidas – por exemplo. Portanto, a gestão da oferta de aprendizagem dentro das instituições de ensino formal pode ter o potencial de aproveitar as capacidades operacionais da empresa.

As conclusões do estudo sugerem que os decisores políticos, profissionais e acadêmicos devem aumentar a agenda de investigação para estudar o impacto da literacia financeira pessoal e fiscal tributária. Além disso, é necessário considerar o uso de uma grande amostra para testar empiricamente a relação entre a alfabetização financeira, as decisões tomadas pelos gestores e empreendedores e o crescimento das empresas pequenas e médias. Concluindo, embora o conceito de literacia financeira tenha ganhado força na literatura desde pouco mais de uma década, as suas implicações têm sido sentidas há várias décadas pelos proprietários de PMEs.

Os conceitos que permeiam a literacia financeira ainda constituem um tema recente no ambiente acadêmico e pouco explorado. A amplitude desse trabalho contribuiu para a ampliação de discussões importantes, seja do ponto de vista teórico ou prático, todavia, algumas considerações limitantes precisam ser elencadas. Primeiramente, é válido salientar que essa tese foi construída no momento em que o mundo atravessava por uma crise de saúde sem precedentes provocada pela pandemia do Covid-19, e por isso, muitas PMEs passaram por dificuldades de ordem econômica inimagináveis, por isso, o processo de coleta de dados foi inviabilizado. Por isso, foram traçadas estratégias diferenciadas no envio de e-mails e contato por redes sociais diversas para que a amostra da pesquisa fosse expressiva o máximo possível.

Mesmo que o estudo forneça novos *insights* este estudo foi baseado em uma amostra relativamente pequena; portanto, devemos ser cautelosos ao extrapolar conclusões generalizadas. As PMEs da amostra são provenientes de setores mistos; a relação generalizada pode não ser verdadeira para todos os setores. Para testar a robustez dos resultados, futuros pesquisadores podem examinar um conjunto de amostras maiores com um aprofundamento do conceito relacionado à literacia financeira, setor por setor, e considerar dados de outras regiões ou até mesmo outros países.

No entanto, este estudo amplia a literatura no campo de estudo, concentrando-se nas implicações da relação entre alfabetização financeira, alfabetização fiscal, crescimento dos negócios, desempenho e a vantagem competitiva das empresas, em especial para a associação dos comerciários do Estado de São Paulo (objeto inicial da pesquisa) e gestores e empreendedores brasileiros com ênfase nos efeitos destas modalidades de alfabetização fiscal

tributária e incentivar as empresas a adquirirem conhecimentos relacionados ao campo fiscal e financeiro com o fim de agir de forma mais eficaz.

REFERÊNCIAS

ABRANTES, Luiz Antônio. **Tributação e competitividade: Uma análise no Brasil e países parceiros**. XI Congresso Brasileiro de Custos – Porto Seguro, BA, Brasil, 27 a 30 de outubro de 2004.

ALBERTAZZI, Ugo; BOTTERO, Margherita; GAMBACORTA, Leonardo; ONGENA, Steven. **Asymmetric information and the securitization of SME loans**. 2017.

ALLEN, F.; BREALEY, R. A.; MYERS, S. **Princípios de Finanças Corporativas**. Porto Alegre: AMGH, 2018.

ALEXANDER, P.; BALAVAC-ORLIC, M. Tax morale: Framing and fairness. **Economic Systems**, 46(1), 1-20, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.ecosys.2021.100936>. Acesso em 12 nov. 2021.

ANDERSON, David R. **Estatística aplicada à administração e economia**. David R. Anderson, Dennis J. Swenney, Thoma A. Williams. 2a ed. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

ARYA, Anshika; SINGLA, Anju; MALLI, G. Determinants of financial literacy: Empirical evidence from micro and small enterprises in India. **Asia Pacific Management Review**, 26(4), 1-8, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.apmr.2021.03.001>. Acesso em 03 dez. 2021.

AGNEW, Steve; HARRISON, Neil. **Financial literacy and student attitudes to debt: A cross national study examining the influence of gender on personal finance concepts**. **Journal of Retailing and Consumer Services**, v. 25, p. 122-129, 2015. Disponível em: DOI: 10.1016/j.jretconser.2015.04.006. Acesso em 02 set. 2021.

AGYEI, Samuel Kwaku. Culture, financial literacy, and SME performance in Ghana. **Cogent Economics & Finance**, v. 6, n. 1, p. 1463813, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/23322039.2018.1463813>. Acesso em 13 set. 2021.

ALLINGHAM, Michael G.; SANDMO, Agnar. Income tax evasion: A theoretical analysis. **Journal of Public Economics**, n. 1, p. 323-338, 1972. Disponível em: <http://www3.nccu.edu.tw/~klueng/tax%20paper/1.pdf>. Acesso em 15 set. 2021.

AMAGIR, Aisa; GROOT, Wim; VAN DEN BRINK, Henriëtte Maassen; WILSCHUT, Arie. Financial literacy of high school students in the Netherlands: knowledge, attitudes, self-efficacy, and behavior. **International Review of Economics Education**, v. 34, p. 100-185, 2020. Disponível em: DOI: 10.1016/j.iree.2020.100185. Acesso em 12 set. 2021.

ANDERSON, Anders; BAKER, Forest; ROBINSON, David T. Precautionary savings, retirement planning and misperceptions of financial literacy. **Journal of financial economics**, v. 126, n. 2, p. 383-398, 2017. Disponível em: https://econpapers.repec.org/article/eeejfinec/v_3a126_3ay_3a2017_3ai_3a2_3ap_3a383-398.htm. Acesso em 02 ago. 2021.

ANDRADE, Jefferson Pereira; LUCENA, WGLL. Educação Financeira: uma análise de grupos acadêmicos. **Economia e Gestão**, v. 18, n. 49, 2018. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/economiaegestao/article/view/10121>. Acesso em 03 nov. 2021.

ATKINSON, Adele. **Financial Education for MSMEs and Potential Entrepreneurs**. 2017.

ATKINSON, Adele; MONTICONE, Ch; MESS, F. A. **OECD/INFE international survey of adult financial literacy competencies**. Technical Report, OECD, 2016.

BATRANCEA, Larissa; NICHITA, Anca; BATRANCEA, Ioan; ROUX-CESAR, Ana Maria; FORTE, Denis. **Sustainability: Sustainable Tax Behavior on Future and Current Emerging Markets: The Case of Romania and Brazil**, 2018 In: CALIYURT, Kiyem Tunca; SAID, Roshima. Sustainability and Social Responsibility of Accountability Reporting Systems. Springer, 2018, cap. 9, p. 141-158. ISBN 978-981-10-3210-3.

BAKER, Malcolm; WURGLER, Jeffrey. **Behavioral corporate finance: An updated survey**. In: Handbook of the Economics of Finance. Elsevier, 2013. p. 357-424.

BARBAROUX, Pierre. From market failures to market opportunities: managing innovation under asymmetric information. **Journal of Innovation and Entrepreneurship**, v. 3, n. 1, p. 1-15, 2014. Disponível em: <https://innovation-entrepreneurship.springeropen.com/articles/10.1186/2192-5372-3-5>. Acesso em 03 ago. 2021.

BARROSO, Nuno; FALCÃO, Pedro Marinho. **Desafios Tributários**. Vida Economica Editorial, 2015.

BAYRAKDAROĞLU, Ali; ŞAN, Fırat Botan. Financial literacy training as a strategic management tool among small-medium sized businesses operating in Turkey. **Procedia-Social and Behavioral Sciences**, v. 150, p. 148-155, 2014. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/272392220_Financial_Literacy_Training_as_a_Stra

tegic_Management_Tool_among_Small_-Medium_Sized_Businesses_Operating_in_Turkey. Acesso em 05 nov. 2021.

BELL, Casey; GORIN, Daniel R.; HOGARTH, Jeanne M. Financial Education—Does It Work and How Do We Know?. Research findings from a study of financial education among soldiers. **Community Invest**, v. 21, p. 15-16, 2008. Disponível em: https://www.frbsf.org/community-development/wp-content/uploads/sites/3/hogarth_jeanne.pdf. Acesso em 15 ago. 2021.

BELSKY, Gary; GILOVICH, Thomas. **Why Smart People Make Big Money Mistakes And How To Correct Them: Lessons From The New Science Of Behavioral Economics**. 1999.

BHUSHAN, Puneet; MEDURY, Yajulu. **Financial literacy and its determinants**. 2013.

BITENCOURT, Claudia Cristina. **A gestão de competências gerenciais: a contribuição da aprendizagem organizacional**. 2001.

BLAND, J. M.; ALTMAN, D. G. **Statistics notes: Cronbach's alpha**. British Medical Journal, v.314, n. 7080, p. 572, 1997. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/9055718/>. Acesso em 28 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Economia. **Projeto de Lei 3.887/2020**. Institui a Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços (CBS). Brasília – DF, 2020.

BRASIL. Ministério da Economia. **Projeto de Lei 2.337/2021**. Pretende reformular a legislação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza das Pessoas Físicas e das Pessoas Jurídicas e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSSL). Brasília – DF, 2021.

BRASIL. Ministério da Fazenda, Ministério da Educação. **Portaria Interministerial nº 413, de 31 de dezembro de 2002**. Disponível em: http://www.esaf.fazenda.gov.br/educacao_fiscal/pnef/legislacao/portarias. Acesso em: 17 set. 2020.

BREALEY, R. A.; MYERS, S. C.; ALLEN, F. **Princípios de Finanças Corporativas**. São Paulo: McGraw-Hill, 2008.

BROWN, Timothy A.; MOORE, Michael T. Confirmatory factor analysis. **Handbook of structural equation modeling**, v. 361, p. 379, 2012. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/251573889_Hoyle_CFA_Chapter_-_Final. Acesso em 02 jan. 2022.

BROWN, Timothy A. **Confirmatory factor analysis for applied research**. New York: Guilford publications, p. 461, 2015.

BRUHN, Aaron. Relying on the heuristic of trust: a case study. **Accounting & Finance**, v. 59, p. 333-357, 2019. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/acfi.12346>. Acesso em 02 dez. 2021.

BRUHN, Miriam; LOEPRICK, Jan. **Small Business Tax Policy, Informality, and Tax Evasion—Evidence from Georgia**. The World Bank, 2014.

CADASTRO GERAL DE EMPREGADOS E DESEMPREGADOS (CAGED). 2019. Disponível em: <http://pdet.mte.gov.br/caged>. Acesso em: 26 novembro 2021.

CANTON, Vanessa Isabel de Marco; BARICHELLO, Rodrigo. Nível de alfabetização financeira de empreendedores incubados. **Revista de Administração IMED**, v. 9, n. 1, p. 28-49, 2019. Disponível em: <https://seer.imed.edu.br/index.php/raimed/article/view/3250/2200>. Acesso em 15 nov. 2021.

CAPUANO, A.; RAMSAY, I. **Financial Literacy and Financial Behavior**. 2011.

CHARDON, Toni; FREUDENBERG, Brett; BRIMBLE, Mark. Are Australians under or over Confident when it Comes to Tax Literacy, and Why Does It Matter. **eJTR**, v. 14, p. 650, 2016. Disponível em: <https://research-repository.griffith.edu.au/bitstream/handle/10072/101000/ChardonPUB2851.pdf?sequence=1>. Acesso em 13 out. 2021.

CLAESSENS, Stijn. **Access to Financial Services: A review of the Issues and Public Policy Objectives**. World Bank Policy Research Working Paper No. 3589. 2005.

CLARK, W. Steven; THOMAS, Alastair. **Taxation of SMEs: Key Issues and Policy Considerations**. OECD, 2009.

CORDEIRO, Alexander Magno; OLIVEIRA, Glória Maria de; RENTERÍA, Juan Miguel; GUIMARÃES, Carlos Alberto. **Revisão sistemática: uma revisão narrativa**. Revista do Colégio Brasileiro de Cirurgiões, v. 34, p. 428-431, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rcbc/a/CC6NRNtP3dKLgLPwcmV6Gf/?lang=pt>. Acesso em 12 nov. 2021.

COHEN, Sandra; KAIMENAKIS, Nikolaos. **Intellectual capital and corporate performance in knowledge-intensive SMEs**. The Learning Organization, 2007.

COHEN, Jacob. **Statistical power analysis for the behavioral sciences**. 2. ed. Canada: Kobo Editions, 2013.

CVRLJE, Dajana. Tax literacy as an instrument of combating and overcoming tax system complexity, low tax morale and tax non-compliance. **The Macrotheme Review**, v. 4, n. 3, p. 156-167, 2015. Disponível em: https://macrotheme.com/yahoo_site_admin/assets/docs/13MR43Cv.804829.pdf. Acesso em 15 set. 2021.

DAHMEN, Pearl; RODRÍGUEZ, Eileen. Financial Literacy and the Success of Small Businesses: An Observation from a Small Business Development Center. **Numeracy: Advancing Education in Quantitative Literacy**, v. 7, n. 1, 2014. Disponível em: <https://digitalcommons.usf.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1146&context=numeracy>. Acesso em 30 nov. 2021.

DAMODARAN, A. **Finanças Corporativas: teoria e prática**. Porto Alegre: Bookman, 2007.

DAVIES, Greg B.; BROOKS, Peter. Risk tolerance: Essential, behavioural and misunderstood. **Journal of Risk Management in Financial Institutions**, v. 7, n. 2, p. 110-113, 2014. Disponível em: <https://hstalks.com/article/1242/risk-tolerance-essential-behavioural-and-misunders/>. Acesso em 05 jun. 2021.

DE BONDT, Werner FM; THALER, Richard. Does the stock market overreact?. **The Journal of finance**, v. 40, n. 3, p. 793-805, 1985. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2327804>. Acesso em 13 set. 2021.

DEGONG, Ma; ULLAH, Farid; KHATTAK, Muhammad Sualeh; ANWAR, Muhammad. **Do international capabilities and resources configure firm's sustainable competitive performance?** Research within Pakistani SMEs. *Sustainability*, v. 10, n. 11, p. 4298, 2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/329136193_Do_International_Capabilities_and_Resources_Configure_Firm%27s_Sustainable_Competitive_Performance_Research_within_Pakistani_SMEs. Acesso em 05 ago. 2021.

DE HAAN, Jakob; SCHOENMAKER, Dirk; WIERTS, Peter. **Financial markets and institutions: A European perspective**. Cambridge University Press, 2020.

DE LEMA, Domingo García Perez; PALOMO, Daniel Ruiz; SOTO, Julio Diégues. Analysing the roles of CEO's financial literacy and financial constraints on Spanish SMEs technological innovation. **Technology in Society**, v. 64, p. 101519, 2021. Disponível em: https://econpapers.repec.org/article/eeeteinso/v_3a64_3ay_3a2021_3ai_3ac_3as0160791x203

13221.htm. Acesso em 15 ago. 2021.

DE OLIVEIRA, Luis Gustavo Miranda. **Compliance e integridade: aspectos práticos e teóricos**. Editora D'Plácido, 2019.

DE SAULLES, Martin. **Information literacy amongst UK SMEs: an information policy gap. In: Aslib proceedings**. Emerald Group Publishing Limited, 2007.

ENSSLIN, L; ENSSLIN, S. R; de MORAES PINTO, H. Processo de investigação e Análise bibliométrica: Avaliação da Qualidade dos Serviços Bancários. **RAC - Revista de Administração Contemporânea**, 17(3), 325-349. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rac/a/W3zfSfLkty8W9H3kt8zJTyw/abstract/?lang=pt>. Acesso em 15 set. 2021.

EUROPEAN COMMISSION. **Literature review on taxation, entrepreneurship and collaborative economy**. Working Paper, n. 70, 2017.

FAUZIATI, Popi; KASSIM, Aza Azlina Md. **The effect of business characteristics on tax compliance costs**. Advanced Science Letters, v. 24, n. 6, p. 4377-4379, 2018. Disponível em: <https://www.semanticscholar.org/paper/The-Effect-of-Business-Characteristics-on-Tax-Costs-Fauziati-Kassim/279e84581858d825a5fa272771b69b67b4c8c101>. Acesso em 02 out. 2021.

FAUL, F.; ERDFELDER, E.; BUCHNER, A.; LANG, A.G. Statistical power analyses using G*Power 3.1: Tests for correlation and regression analyses. **Behavior Research Methods**, 41, 1149-1160, 2009. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.3758/BRM.41.4.1149>. Acesso em 08 ago. 2021.

FÁVERO, Luiz Paulo Lopes; BELFIORE, Patrícia Prado; SILVA, Fabiana Lopes da; CHAN, Betty Lilian. **Análise de dados: Modelagem multivariada para tomada de decisões**. Rio de Janeiro: Elsevier, p. 646, 2009.

FERNANDES, Daniel; LYNCH JR, John G.; NETEMEYER, Richard G. Financial literacy, financial education, and downstream financial behaviors. **Management Science**, v. 60, n. 8, p. 1861-1883, 2014. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/42919641>. Acesso em 13 jul. 2021.

FERREIRA, Juliana Cezario. A importância da educação financeira pessoal para a qualidade de vida. Caderno de Administração. **Revista da Faculdade de Administração da FEA**, v. 11, n. 1, 2017. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/caadm/article/view/33268>. Acesso em 13 jul. 2021.

FREITAS, A.L.P., RODRIGUES, S.G.A. **Avaliação da contabilidade de questionário:**

uma análise utilizando o coeficiente alfa de Cronbach In: SIMPÓSIO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 12, 2005, 07-09 nov, Bauru-SP. Anais...Bauru-SP:UNESP, 2005.

FOCHMANN, Martin; HEMMERICH, Kristina; KIESEWETTER, Dirk. Intrinsic and extrinsic effects on behavioral tax biases in risky investment decisions. **Journal of Economic Psychology**, v. 56, p. 218-231, 2016. Disponível em: https://econpapers.repec.org/article/eeejoepsy/v_3a56_3ay_3a2016_3ai_3ac_3ap_3a218-231.htm. Acesso em 15 jul. 2021.

FORNELL, Claes; LARCKER, David F.. Evaluating Structural Equation Models with Unobservable Variables and Measurement Error. **Journal of Marketing Research**, v. 18, n. 1, p.39-50, fev. 1981. <https://doi.org/10.1177/002224378101800104>.

GALE, William G.; BROWN, Samuel. **Small business, innovation, and tax policy: A review**. Innovation, and Tax Policy: A Review (April 8, 2013), 2013.

GARCÍA-PÉREZ-DE-LEMA, D., RUIZ-PALOMO, D.;DIÉGUEZ-SOTO, J. Analyzing the roles of CEO's financial literacy and financial constraints on Spanish SMEs technological innovation. **Technology in Society**, 64, 1-12. (2021). <https://doi.org/10.1016/j.techsoc.2020.101519>.

GATSI, John Gartchie; GADZO, Samuel Gameli; KPORTORGBI, Holy Kwabla. The effect of corporate income tax on financial performance of listed manufacturing firms in Ghana. **Research Journal of Finance and Accounting**, v. 4, n. 15, p. 118-124, 2013. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/317786265_The_Effect_of_Corporate_Income_Tax_on_Financial_Performance_of_Listed_Manufacturing_Firms_in_Ghana. Acesso em 15 set. 2021.

GICHUKI, Evanson Njaramba. **Tax administration reforms in Kenya identifying lessons to model a strategy for sustainable administration of County taxes**. 2015.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GODARTH, Kellerman Augusto Lemes; LEISMANN, Edison Luiz. Fatores discriminantes de mortalidade e sobrevivência de MPE'S de Francisco Beltrão-Paraná. **Revista Eletrônica Científica do CRA-PR-RECC**, v. 2, n. 2, p. 1-17, 2016. Disponível em: <https://tede.unioeste.br/handle/tede/1002>. Acesso em 12 jul. 2021.

GODBOUT, Luc; GENEST-GRÉGOIRE, Antoine; GUAY, Jean-Herman. **The Knowledge**

Deficit about Taxes: Who It Affects and What to Do About It. CD Howe Institute Commentary, v. 484, 2017.

GRINBLATT, M.; TITMAN, S. **Mercados Financeiros & Estratégias Corporativas.** Porto Alegre: Bookman, 2005.

GYÓRI, Ágnes; CZAKO, Agnes. **Some features of Hungarian financial literacy in the light of the economic behaviour of small and medium-sized enterprises.** Public Finance Quarterly, v. 63, n. 2, p. 235-253, 2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/338234012_Some_Features_of_Hungarian_Financial_Literacy_in_the_Light_of_the_Economic_Behaviour_of_Small_and_Medium-sized_Enterprises. Acesso em 12 mai. 2021.

HAAS, Astrid RN; MANWARING, Priya. **Private vs. public collection in enhancing local tax revenues.** 2017.

HAIR, Joe F.; MATTHEWS, Lucy M.; MATTHEWS, Ryan L.; SARSTEDT, Marko. PLS-SEM or CB-SEM: updated guidelines on which method to use. **International Journal of Multivariate Data Analysis**, v. 1, n. 2, p. 107-123, 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Thien-Sang-Lim-2/post/What_papers_or_manuals_do_you_recommend_the_most_to_be_up_to_date_on_PLS-SEM/attachment/5b19e61f4cde260d15e3f856/AS%3A635070301888512%401528423967525/download/242.+2017+Hair+et+al+++PLS-SEM+or+CB-SEM+IJMDA.pdf. Acesso em 12 jun. 2021.

HAIR, Joseph F.; HULT, G. Tomas M.; RINGLE, Christian M.; SARSTEDT, Marko. **A primer on partial least squares structural equation modeling (PLS-SEM).** Edition: 3, Publisher: Sage publications, 2022.

Hammar, H., Jagers, S. C., Nordblom, K. Attitudes towards Tax Levels: A Multi-Tax Comparison. **Fiscal Studies**, 29(4), 523–543, 2008. Disponível em: https://econpapers.repec.org/article/ifsfistud/v_3a29_3ay_3a2008_3ai_3a4_3ap_3a523-543.htm. Acesso em 12 mai. 2021.

HALLSWORTH, Michael; LIST, John A.; METCALFE, Robert D.; VLAEV, Ivo. The behavioralist as tax collector: Using natural field experiments to enhance tax compliance. **Journal of public economics**, v. 148, p. 14-31, 2017. Disponível em: https://econpapers.repec.org/article/eeepubeco/v_3a148_3ay_3a2017_3ai_3ac_3ap_3a14-31.htm. Acesso em 12 jun. 2021.

HENSELER, Jorg; RINGLE, Christian M.; SINKOVICS, Rudolf R.. **The use of partial least squares path modeling in international marketing.** Advances In International Marketing, v. 20, p. 277-319, 2009. [https://doi.org/10.1108/S1474-7979\(2009\)0000020014](https://doi.org/10.1108/S1474-7979(2009)0000020014).

HELDEN, G. Jan van; JOHNSEN, Åge; VAKKURI, Jarmo. Padrões de pesquisa distintos sobre medição de desempenho do setor público de administração pública e disciplinas contábeis, **Public Management Review**, 10:5, 641-651, 2008.

HILGERT, Marianne A.; HOGARTH, Jeanne M.; BEVERLY, Sondra G. Household financial management: The connection between knowledge and behavior. **Fed. Res. Bull.**, v. 89, p. 309, 2003. Disponível em: https://econpapers.repec.org/article/fipfedgrb/y_3a2003_3ai_3ajul_3ap_3a309-322_3an_3av.89no.7.htm. Acesso em 15 jun. 2021.

HUANG, Weiwei. **Making Financial Management Process-Based and Professional. In: Built on Value**. Palgrave Macmillan, Singapore, 2019. p. 433-446.

HUSSAIN, Javed; SALIA, Samuel; KARIM, Amin. **Is knowledge that powerful? Financial literacy and access to finance. Journal of Small Business and Enterprise Development**, 2018.

HUSTON, Sandra J. **Measuring financial literacy. Journal of consumer affairs**, v. 44, n. 2, p. 296-316, 2010. <https://doi.org/10.1111/j.1745-6606.2010.01170.x>.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Demografia das Empresas e Estatísticas de Empreendedorismo**, 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/empreendedorismo/22649-demografia-das-empresas-e-estatisticas-de-empreendedorismo.html?=&t=resultados>. Acesso em: 29 jan. 2021.

IDRIS, Faoziah Haji; KRISHNAN, K. Sarojani Devi; AZMI, Norfiza. Relationship between financial literacy and financial distress among youths in Malaysia-An empirical study. **Geografia-Malaysian Journal of Society and Space**, v. 9, n. 4, 2017. Disponível em: <http://www.ukm.my/geografia/v2/index.php?>. Acesso em 15 fev. 2021.

ISLE, Melissa Belle; FREUDENBERG, Brett; SARKER, Tapan. Is the literacy of small business owners important for cash flow management?: The experts' perspective. **Journal of the Australasian Tax Teachers Association**, v. 13, n. 1, p. 31-67, 2018. Disponível em: https://www.academia.edu/44892332/IS_THE_LITERACY_OF_SMALL_BUSINESS_OWNERS_IMPORTANT_FOR_CASH_FLOW_MANAGEMENT_THE_EXPERTS_PERSPECTIVE. Acesso em 15 jan. 2021.

ISHTIAQ, Muhammad; ISHTIAQ, Muhammad; SONGLING, Yang; HASSAN, Aisha; HAYAT, Amir. The Role of Financial Literacy in Resource Acquisition and Financial Performance; Moderating Role of Government Support. **International Journal of Business and Economics Research**, v. 9, n. 1, p. 29, 2020. <https://doi.org/10.11648/j.ijber.20200901.14>

JÖRESKOG, Karl G.; SÖRBOM, Dag. **LISREL: Structural equation modeling with the SIMPLIS command language**. Scientific Software International, 1993.

KNAFLIC, Cole. **Nussbaumer. Storytelling with data: A data visualization guide for business professionals**. John Wiley & Sons, 2015.

KIRAN, Funda; BOZKURT, Özlem Çetinkaya. Finansal Okuryazarlık, Risk Alma Eğilimi ve Belirsizliğe Karşı Tolerans İlişkisi: Batı Akdeniz Girişimcileri Üzerine Bir Araştırma. **Eskişehir Osmangazi Üniversitesi İktisadi ve İdari Bilimler Dergisi**, v. 15, n. 3, p. 1203-1222, 2020. <https://doi.org/10.17153/oguiibf.617547>.

KIRCHLER, Erich. **The economic psychology of tax behaviour**. Cambridge University Press, 2007.

KLAPPER, Leora; LUSARDI, Annamaria; PANOS, Georgios A. **Financial literacy and the financial crisis**. The World Bank, 2012.

KRAMER, Marc M. Financial literacy, confidence and financial advice seeking. **Journal of Economic Behavior & Organization**, v. 131, p. 198-217, 2016. Disponível em: https://econpapers.repec.org/article/eeejeborg/v_3a131_3ay_3a2016_3ai_3apa_3ap_3a198-217.htm. Acesso em 15 jun. 2021.

KAISER, T.; MENKHOFF, L. Active learning improves financial education: Experimental evidence from Uganda. **Journal of Development Economics**, 157, 1-9. (2022). <https://doi.org/10.1016/j.jdeveco.2022.102870>.

KORETSKAYA-GARMASH, VA; Taxation awareness and its impact on financial literacy - **Journal of Tax Reform**. 2017. T. 3. № 2, 2017. Disponível em: <https://elar.urfu.ru/bitstream/10995/61867/1/jtr-2017-3-2-131-142.pdf>. Acesso em 15 fev. 2021.

KOSMINSKY, Maurício; NASCIMENTO, Michele Gomes do; OLIVEIRA, Gabriela Neves Silva de. **Estresse financeiro e dor, o que surge após uma crise econômica? Revisão integrativa**. BrJP, n. AHEAD, 2020.

KOTTER, John P. **Corporate culture and performance**. Simon and Schuster, 2008.

KOVÁCS, Levente; TERTÁK, Elemér. **Financial Literacy**. Panacea or placebo, 2016.

KWOK, Betty Yuk Sim; YIP, Rita Wing Yue. Is Tax Education Good or Evil for Boosting Tax Compliance? Evidence from Hong Kong. **Asian Economic Journal**, v. 32, n. 4, p. 359-386, 2018. <https://doi.org/10.1111/asej.12163>.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos metodologia científica**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2011.

LEE, Siew Kim Jean; YU, Kelvin. **Corporate culture and organizational performance**. Journal of managerial psychology, 2004.

LIGNIER, Philip; EVANS, Chris. **The rise and rise of tax compliance costs for the small business sector in Australia**. In: **Australian Tax Forum**. 2012. p. 615-672.

LIMA, Ivan Cordeiro. **Educação Fiscal para a Cidadania**. 2019.

LIU, Huiming; WU, Su; ZHONG, Chongwen; LIU, Ying. The Sustainable Effect of Operational Performance on Financial Benefits: Evidence from Chinese Quality Awards Winners. **Sustainability**, v. 12, n. 5, p. 1966, 2020. <https://doi.org/10.3390/su12051966>.

LIU, Baohua; WANG, Jiancheng; CHAN, Kam C.; FUNG, Anna. The impact of entrepreneurs's financial literacy on innovation within small and medium-sized enterprises. **International Small Business Journal**, v. 39, n. 3, p. 228-246, 2021. <https://doi.org/10.1177/0266242620959073>

LOEWE, Markus; AL-AYOUTY, Iman; ALTPETER, Annegret; BORBEIN, Lisa; CHANTELAUZE, Marc; KERN, Maximilian; NIENDORF, Elisabeth; REDA, Malak. **Which Factors Determine the Upgrading of Small and Medium-Sized Enterprises (SMEs)? The Case of Egypt** (July 01, 2013).

LOPES, Cidália Maria da Mota. **Os benefícios e os custos do cumprimento fiscal: breve revisão da literatura**. Argumentum - Revista de Direito n. 13 – UNIMAR, 2012.

LOPES, A. F. **Atitudes e Comportamentos dos Contribuintes Individuais em Relação ao Sistema Fiscal Português: O caso dos custos psicológicos da tributação**. Dissertação de Mestrado em Contabilidade e Finanças, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2011.

LOPES, Humberto Elias Garcia. Abrindo a caixa preta: considerações sobre a utilização da Análise Fatorial Confirmatória nas pesquisas em Administração. **Revista Economia & Gestão**, v. 5, n. 11, p. 19-34, 2005. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/economiaegestao/article/view/42>. Acesso em 15 mar. 2021.

LOPES, C. M. da M., SANTOS, A. C. **O cumprimento fiscal em Portugal – Fatores associados a erros e atrasos na entrega das declarações fiscais das pessoas singulares.** *Revista Do Instituto de Direito Brasileiro*, 2, 13825–13852, 2013.

LUSARDI, Annamaria. **Financial literacy: an essential tool for informed consumer choice?**. National Bureau of Economic Research, 2008.

LUSARDI, Annamaria; MITCHELL, Olivia S. **The economic importance of financial literacy: Theory and evidence.** *Journal of economic literature*, v. 52, n. 1, p. 5-44, 2014. Disponível em: <https://www.aeaweb.org/articles?id=10.1257/jel.52.1.5>. Acesso em 12 abr. 2021.

LUSARDI, Annamaria; MITCHELL, Olivia S. How ordinary consumers make complex economic decisions: Financial literacy and retirement readiness. **Quarterly Journal of Finance**, v. 7, n. 03, 2017. DOI:10.3386/w15350.

LUSARDI, Annamaria; SAMEK Anya; KAPTEYN, Arie; GLINERT Lewis; HUNG Angela; HEINBERGET Aileen. Visual tools and narratives: New ways to improve financial literacy. **Journal of Pension Economics & Finance**, v. 16, n. 3, p. 297-323, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1017/S1474747215000323>.

LUTTMER, Erzo FP; SINGHAL, Monica. Tax morale. **Journal of economic perspectives**, v. 28, n. 4, p. 149-68, 2014. DOI: 10.1257/jep.28.4.149.

MAC AN BHAIRD, Ciarán; LUCEY, Brian. Determinants of capital structure in Irish SMEs. **Small business economics**, v. 35, n. 3, p. 357-375, 2010. DOI: 10.1007/s11187-008-9162-6

MAHMOOD, Ahmad; AHMAD, Habib; KHAN, Abdul Zahid; ANJUM, Mansoor. **Behavioral implications of investors for investments in the stock Market.** *European Journal of Social Sciences*, Volume 20, number 2, 2011.

MCKERCHAR, Margaret Anne. **The impact of complexity upon unintentional noncompliance for Australian personal income taxpayers.** 1977.

MCKERCHAR, Margaret. **Understanding small business taxpayers: Their sources of information and level of knowledge of taxation.** *Austl. Tax F.*, v. 12, p. 25, 1995.

MASCAGNI, Giulia; SANTORO, Fabrizio. **Why is Tax Education Important for Compliance?** ICTD Working Paper, n.23. 2018.

MAYBUROV, I. A.; LEONTIEVA, Y. V. Improving the financial literacy of students by using Tax Experiments in the Educational Process. **Finance: Theory and Practice**, v. 21, n. 4, p. 150-159, 2017. DOI:10.26794/2587-5671-2017-21-4-150-159.

MOORE, Danna L. **Survey of financial literacy in Washington State: Knowledge, behavior, attitudes, and experiences**. Washington State Department of Financial Institutions, 2003.

MOUČKOVÁ, Michaela, VÍTEK Leoš. Tax Literacy. **Acta Universitatis Agriculturae et Silviculturae Mendelianae Brunensis**, v. 66, n. 2, p. 553-559, 2018. DOI: 10.11118/actaun201866020553

MUTASCU, Mihai; DANULETIU, Dan. **The literacy impact on tax revenues**. Economics Discussion Papers, 2013.

NABAIS, José Casalta. **O Regime Fiscal das Pequenas e Médias Empresas (PME)**. Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito–PPGDir./UFRGS, v. 11, n. 2, 2016.

NAGEL, Hanskje; ROSENDAHL HUBER, Laura; VAN PRAAG, Mirjam; GOSLINGA, Sjoerd. The effect of a tax training program on tax compliance and business outcomes of starting entrepreneurs: Evidence from a field experiment. **Journal of business venturing**, v. 34, n. 2, p. 261-283, 2019. DOI: 10.1016/j.jbusvent.2018.10.006.

National Endowment for Financial Education, “**USA today/national endowment for financial education** ‘young adults finance poll’”. [WWW document]. URL <http://www.nefe.org>, (2006).

NASSER, Merima; SELMAN, Shemsiya; NEGASH, Ygeremu. **A determining the challenge of tax liability for categories “c” tax payer in the case of kirkos sub city**. 2014. Tese de Doutorado. St. Mary's University.

NAZARETH, Luiz Gustavo Camarano; SPERS, Valéria Rueda Elias; PRADO, Eduardo Vieira; BERTASSI, André Luis Clovis; PADOVEZE, Luiz . Brasil versus EUA: Mapa do Conhecimento e o Reflexo dos Efeitos Axiológicos Envolvendo a Pesquisa sobre Tributos./Brazil versus USA: Knowledge Map and the Reflection of Axiological Effects Involving the Survey on Taxes. **Revista da Micro e Pequena Empresa**, v. 10, n. 2, p. 69, 2016. <http://dx.doi.org/10.21714/19-82-25372016v10n2p6981>.

NEWMAN, W; MWANDAMBIRA, N; CHARITY, M; ONGAYI W. Literature review on the impact of tax knowledge on tax compliance among small medium enterprises in a

developing country. **International Journal of Entrepreneurship**, v. 22, n. 4, p. 1-15, 2018. Disponível em: www.abacademies.org/articles/literature-review-on-the-impact-of-tax-knowledge-on-tax-compliance-among-small-medium-enterprises-in-a-developing-country-7571.html. Acesso em 15 abr. 2021.

NICHITA, Anca; BATRANCEA, Larissa; POP, Ciprian Marcel; BATRANCEA, Ioan; DAN MORAR, Ioan; MASCA, Ema; ROUX-CESAR, Ana Maria, FORTE, Denis, FORMIGONI, Henrique & SILVA Adilson Aderito da (2019) **We Learn Not for School but for Life: Empirical Evidence of the Impact of Tax Literacy on Tax Compliance, Eastern European Economics**, 57:5, 397-429. DOI: 10.1080/00128775.2019.1621183 .

NORRIS, Era Dabla; MISCH, Florian; CLEARY, Duncan; KHWAJAET, Munawer. The quality of tax administration and firm performance: evidence from developing countries. **International Tax and Public Finance**, p. 1-38, 2019. DOI: 10.1007/s10797-019-09551-y.

ORGANIZAÇÃO DE COOPERAÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – OECD. OECD's **Financial Education Project**. 2004.

_____. **Recommendation on Principles and Good Practices for Financial Education**. 2005.

_____. **Technical Report**, OECD, 2015.

_____. **Resultados do PISA 2015 (volume IV): Alfabetização financeira dos alunos**. Paris: publicação da OCDE. 2017.

OECD/INFE. **High-level principles on national strategies for financial education**. 2012.

OLIVEIRA, E. F. T. ;RÁCIO, M. C. C.Estudos métricos da informação no brasil: análise da interlocução entre os pesquisadores de destaque. **Encontro Brasileiro de Bibliometria e Cientometria**, v. 5, n. ,, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/46142>. Acesso em: 13 jul. 2022.

PÊGAS, P. H. **Manual de contabilidade tributária**. 9ª. ed., 2017.

PENG, Mike W. Towards an institution-based view of business strategy. **Asia Pacific Journal of Management**, v. 19, n. 2-3, p. 251-267, 2002. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1023/A:1016291702714>. Acesso em 26 abr. 2021.

PEMSTEIN, Daniel; SEIM, Brigitte; SIWALE, Twivwe. **The social dimensions of tax compliance**. 2019.

POTRICH, Ani Caroline Grigion. **Alfabetização financeira: relações com fatores comportamentais e variáveis socioeconômicas e demográficas**. Tese de Doutorado. 2016.

POTRICH, A.C.G.;VIEIRA, K.M.; CORONEL, D.A.,; BENDER FILHO, R. Financial literacy in Southern Brazil: Modeling and invariance between genders. *Journal of Behavioral and Experimental Finance*, 6, 1-12, 2015.

PROENÇA, P; LAUREANO, Raul M. S.; LAUREANO, Luis M. S. Determinants of capital structure and the 2008 financial crisis: evidence from Portuguese SMEs. **Procedia-Social and Behavioral Sciences**, v. 150, n. 1, p. 182-191, 2014. DOI:10.1016/j.sbspro.2014.09.027.

RAHIM, Shafinah; BALAN, Vinod Raj. **Financial Literacy: The Impact on the Profitability of the SMEs in Kuching**. *International Journal of Business and Society*, 21(3), 1172-1191, 2020. DOI:10.33736/ijbs.3333.2020.

REMUND, David L. Financial literacy explicated: The case for a clearer definition in an increasingly complex economy. **Journal of consumer affairs**, v. 44, n. 2, p. 276-295, 2010. <https://doi.org/10.1111/j.1745-6606.2010.01169.x>.

RESMI, Siti; PAHLEVI, Reza Widhar, SAYEKTIET, Fran. Is There a Pattern of Relationships between Financial Literacy, Tax Literacy, Business Growth, and Competitive Advantage on Creative MSMEs in Yogyakarta. **Journal of Advanced Management Science** Vol, v. 7, n. 4, 2019. <https://doi: 10.18178/joams.7.4.136-141>.

ROCHA, Alexssandro Campanha. **A educação fiscal como incentivo à participação social na gestão pública: uma análise dos resultados alcançados pelo Programa Nacional de Educação Fiscal (Pnef) no Estado da Bahia**. Tese de Doutorado. 2016.

ROSS, S. A.; WESTERFIELD, R.; JAFFE, J. **Corporate Finance**. Nova Iorque: McGraw Hill, 2012.

RESMI, Siti; PAHLEVI, Reza Widhar; SAYEKTI, Fran. Implementation of financial report and taxation training: performance of MSMEs in Special Regions Yogyakarta. **Jurnal Siasat Bisnis**, v. 25, n. 1, p. 57-68, 2021. <https://doi.org/10.20885/jsb.vol25.iss1.art5> .

RINGLE, C. M.; WENDE, S.; BECKER, J.-M. **SmartPLS 3**. GmbH: SmartPLS, 2015.

RINGLE, Chistian M.; SILVA, Dirceu da; BIDO, Diógenes. Modelagem de equações estruturais com utilização do SmartPLS. *Revista Brasileira de Marketing*. V. 13, n. 2, p.56-73, maio 2014. DOI: 10.5585/remark.v13i2.2717

SAMPAIO, R. F.; MANCINI, M. C. Estudos de Revisão Sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. V. 11, n. 1. São Carlos-SP: **Revista Brasileira de Fisioterapia**, p. 83-89, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbfis/a/79nG9Vvk3syHhnSgY7VsB6jG/abstract/?lang=pt>. Acesso em 15 set. 2021.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS – SEBRAE. 2018, 2019 e 2020.

SEBRAE. **Os empresários e os potenciais empresários no Brasil**. 2012. Disponível em: https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Empresarios_potenciais_empresarios_no_brasil.pdf Acesso em: 10 set. 2020.

_____. **O Financiamento das MPE no Brasil**. 2017. Disponível em: [https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/843a3cb8bd1901b9dec713eb3cddb260/\\$File/7754.pdf](https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/843a3cb8bd1901b9dec713eb3cddb260/$File/7754.pdf) Acesso em: 10 set. 2020.

_____. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Anuário do trabalho nos pequenos negócios**: 2016. 2018.

_____. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Análise do CAGED: Janeiro/2019**. 2019.

SHAH, N. Literacy rate in India. **International Journal of Research in all Subjects in Multi Languages**, v. 1, n. 7, p. p12-16, 2013. Disponível em: http://www.raijmr.com/ijrsm/ wp-content/uploads/2017/11/IJRSML_2013_vol01_issue_07_04.pdf. Acesso em 29 jun. 2021.

SHARMA, Asha. **The influence of financial literacy on the performance of small and medium-scale enterprises**. IUP Journal of Accounting Research & Audit Practices, v. 18, n. 2, p. 52-61, 2019. Disponível em: <https://www.abacademies.org/articles/the-influence-of-financial-literacy-on-smes-performance-through-access-to-finance-and-financial-risk-attitude-as-mediation-variabl-9624.html>. Acesso em 12 jul. 2021.

SHEFRIN, Hersh. Behavioral corporate finance. **Journal of applied corporate finance**, v. 14, n. 3, p. 113-126, 2001. <https://doi.org/10.1111/j.1745-6622.2001.tb00443.x>.

SIYANBOLA, Tejumade O. Financial Literacy and Owner-Managed Small-Sized Service Enterprises Performance for Lagos Metropolis' Sustainable Development. **International Journal of Business and Economics Perspectives**, v. 13, n. 1, p. 18-38, 2018. DOI:10.13140/RG.2.2.35408.97280.

SLEMROD, Joel. Tax compliance and enforcement. **Journal of Economic Literature**, v. 57, n. 4, p. 904-54, 2019. DOI: 10.1257/jel.20181437.

SOHILAUW, Muhammad Irfai; NOHONG, Mursalim; SYLVANA, Andi. The relationship between financial literacy, rational financing decision, and financial performance: An empirical study of small and medium enterprises in Makassar. **Jurnal Pengurusan**, v. 59, p. 1-15, 2020. DOI:10.17576/pengurusan-2020-59-09.

SOUZA, Fabio Tosta Gadelha. **Os efeitos do estresse financeiro no ambiente de trabalho brasileiro**. 2017.

SÜNBLÜL, Volkan; BUĞAN, Mehmet Fatih. Girişimcilerin Finansal Okuryazarlık Düzeylerinin İşletme Performansları Üzerindeki Etkisi. **Uluslararası Yönetim İktisat ve İşletme Dergisi**, v. 17, n. 1, p. 181-205, 2021. <http://dx.doi.org/10.17130/ijmeh.793189>

SYDLER, Renato; HAEFLIGER, Stefan; PRUKSA, Robert. Measuring intellectual capital with financial figures: Can we predict firm profitability?. **European Management Journal**, v. 32, n. 2, p. 244-259, 2014. DOI: 10.1016/j.emj.2013.01.008.

KAHNEMAN, Daniel; TVERSKY, Amos. **Prospect theory: An analysis of decision under risk**. In: **Handbook of the fundamentals of financial decision making: Part I**. 2013. p. 99-127.

TORGLER, Benno; SCHNEIDER, Friedrich. **Does culture influence tax morale?** Evidence from different European countries. CREMA Working paper, 2004.

TÓTH, Róbert; ZOLTAN, Zeman; ISTVÁN, Szent; TÚRÓCZI, Imre; KÁSA, Richárd. The system of relationships between sustainable corporate governance and corporate financial literacy. **Polish Journal of Management Studies**, v. 23, 2021. DOI:10.17512/pjms.2021.23.1.26.

TUFFOUR, Joseph Kwadwo; AMOAKO, Awurabena Asantewa; AMARTEY, Ernestina Otuko. **Assessing the Effect of Financial Literacy Among Managers on the Performance of Small-Scale Enterprises**. Global Business Review, Feb. 2020.

THORSTENSEN, Vera; NOGUEIRA, Thiago Rodrigues São Marcos; CORTELINI, Anna Carolina Nunes; FARIA, Antonio Pedro Rima de Oliveira; MOTA, Catherine Rebouças; THOMAZELLA, Fábio Jorge de Toledo; TASQUETTO, Lucas da Silva; GULLO, Marcellly Fuzaro; MATHIAS, Maria Isabel da Cunha; JRET, Mauro Kiithi Arima. **Brasil a caminho da OCDE: explorando desafios**. OECD. 2020.

WAHYONO, Nanang Dwi; HUTAHAYAN, Benny; The relationships between market orientation, learning orientation, financial literacy, on the knowledge competence, innovation, and performance of small and medium textile industries in Java and Bali. Asia Pacific

Management Review, v. 26, n. 1, p. 39-46, 2021. DOI:10.1016/j.apmr.2020.07.001.

WANG, Yao. What are the biggest obstacles to growth of SMEs in developing countries?—An empirical evidence from an enterprise survey. **Borsa Istanbul Review**, v. 16, n. 3, p. 167-176, 2016. <https://doi.org/10.1016/j.bir.2016.06.001>

WILLIAMS, Colin C. **Confronting the Shadow Economy: evaluating tax compliance and behaviour policies**. Edward Elgar Publishing, 2014.

WISE, Sean. The impact of financial literacy on new venture survival. **International Journal of Business and Management**, v. 8, n. 23, p. 30, 2013. DOI:10.5539/ijbm.v8n23p30.

XU, Jian; WANG, Bingham. **Intellectual capital, financial performance and companies' sustainable growth: Evidence from the Korean manufacturing industry**. **Sustainability**, v. 10, n. 12, p. 4651, 2018. <https://doi.org/10.3390/su10124651>.

YANG, Songling; ISHTIAQ, Muhammad; ANWAR, Muhammad. Enterprise risk management practices and firm performance, the mediating role of competitive advantage and the moderating role of financial literacy. **Journal of Risk and Financial Management**, v. 11, n. 3, p. 35, 2018. <https://doi.org/10.3390/jrfm11030035>.

YE, Jianmu; KULATHUNGA, KMMCB. How does financial literacy promote sustainability in SMEs? A developing country perspective. **Sustainability**, v. 11, n. 10, p. 2990, 2019. <https://doi.org/10.3390/su11102990>.

YONG, Song; FREUDENBERG, Brett. Perceptions of Tax Compliance by SMEs and Tax Practitioners in New Zealand: A Divergent View? **New Zealand Journal of Taxation Law and Policy**, v. 26, n. 1, p. 57-85, 2020. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/56362818.pdf>. Acesso em 15 mar. 2021.

YULIANTO, Yulianto; ROSALIA, Feni; ATIKA, Dewi Brima; ALAMSYAH, Alamsyah. Determinant Of Personal Tax Compliance In Indonesia. **Humanities & Social Sciences Reviews**, v. 7, n. 6, p. 362-372, 2019. DOI:10.18510/hssr.2019.7662.

ZARLENGA, Aretha AP; BEVILÁQUA, Giovanni Silva. **Políticas e iniciativas de apoio às micro e pequenas empresas: potenciais efeitos sobre a formalização e o emprego**. 2018.

APÊNDICE

APÊNDICE 1 - QUESTIONÁRIO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO AO PARTICIPANTE DA PESQUISA

Gostaríamos de convidá-lo a participar do projeto “ALFABETIZAÇÃO FINANCEIRA DE ALUNOS UNIVERSITÁRIOS E COMERCÍARIOS” que se propõe a traçar um perfil dos comerciantes e prestadores de serviços nos aspectos sociais e de literacia financeira e fiscal.

Sua participação é voluntária e você tem o direito de interromper sua participação a qualquer momento por qualquer razão. Você levará cerca de 10 minutos para a conclusão da pesquisa.

Os dados do estudo serão coletados posteriormente pelo líder do projeto para desenvolver pesquisa acadêmica. As informações coletadas serão analisadas em conjunto com a de outros participantes e será garantido o sigilo, a privacidade e a confidencialidade das questões respondidas, sendo resguardada a identificação dos participantes, bem como a identificação do local da coleta de dados, seguindo a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Lei nº 13.709/2018.

Em qualquer etapa do estudo você terá acesso ao Pesquisador Responsável (dados abaixo).

Caso você tenha alguma consideração ou dúvida sobre os aspectos éticos da pesquisa, poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Presbiteriana Mackenzie. O comitê é “um Colegiado interdisciplinar, com *munus público*, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade, e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos”. Está localizado na Rua da Consolação, 896 - Ed. João Calvino – 4º andar, sala 400 – telefone (11) 2766-7615 – prpg.pesq.etica@mackenzie.br.

Desde já agradecemos a sua colaboração.

A participação no aplicativo terá o efeito de aceite da seguinte proposição abaixo.

Claro que li e entendi os objetivos deste estudo, e que as dúvidas que tive foram esclarecidas pelo Pesquisador Responsável. Estou ciente que a participação é voluntária, e que, a qualquer momento tenho o direito de obter outros esclarecimentos sobre a pesquisa e de retirar a permissão para participar da mesma, sem qualquer penalidade ou prejuízo.

Se você quiser participar do Webinar, por favor, informe seu email. Esse item não será usado para fins de identificação de respostas no questionário. Servirá para você receber o link de acesso para o Webinar. _____

Dr. Denis Forte

Professor Pesquisador em Finanças Estratégicas do PPGA da Universidade Presbiteriana Mackenzie

https://www.researchgate.net/profile/Denis_Forte

Rua Maria Antonia 163, sala J, telefone: (11) 2114-8268

email: denis.forte@mackenzie.br

DADOS SOCIODEMOGRÁFICOS E ECONÔMICOS

1) Sexo:

- Masculino
- Feminino
- Outros
- Prefiro não responder

2) Data de nascimento: _____

3) Escolaridade:

- Sem Ensino Fundamental
 - Ensino Fundamental
 - Ensino Médio
 - Superior. Curso: _____
 - MBA, mestrado, doutorado, etc
- Se cursou o Ensino superior, qual foi o curso? _____

4) Há quanto tempo trabalha?

- Não trabalho
- Menos de 1 ano
- De 1 a 5 anos
- De 6 a 10 anos
- Acima de 10 anos

5) Qual é sua renda pessoal bruta? A renda pessoal bruta inclui mesada, bolsa de estudos, salário, pró-labore ou qualquer outra fonte de renda bruta.

- Não possuo renda pessoal
- Até R\$1.000,00
- Entre R\$1.001,00 e R\$2.000,00
- Entre R\$2.001,00 e R\$4.000,00
- Entre R\$4.001,00 e R\$8.000,00
- Acima de R\$8000
- Prefiro não responder

6) Marque todas as questões que se aplicam.

- Não possuo bens próprios nem aplicações financeiras
- Possuo aplicações de renda fixa (poupança, CDB, previdência, etc)
- Possuo aplicações de renda variável (ações, fundos multimercados, etc)
- Possuo casa/apto quitado
- Possuo veículo quitado
- Possuo casa/apto financiado
- Possuo veículo financiado
- Possuo outros bens
- Prefiro não responder

- 7) Como você se sente a respeito dos seus conhecimentos para gerenciar suas finanças pessoais?
- Nada seguro, eu gostaria de possuir um nível muito melhor de educação financeira
 - Não muito seguro, eu gostaria de saber um pouco mais sobre finanças
 - Razoavelmente seguro, eu conheço a maioria das coisas que eu precisaria saber sobre o assunto
 - Me sinto seguro pois possuo bons conhecimentos sobre finanças
 - Muito seguro, eu possuo conhecimentos bastante amplos sobre finanças
- 8) Como você se sente a respeito dos seus conhecimentos para gerenciar as finanças de sua empresa?
- Eu não possuo empresa
 - Nada seguro, eu gostaria de possuir um nível muito melhor de educação financeira
 - Não muito seguro, eu gostaria de saber um pouco mais sobre finanças
 - Razoavelmente seguro, eu conheço a maioria das coisas que eu precisaria saber sobre o assunto
 - Me sinto seguro pois possuo bons conhecimentos sobre finanças
 - Muito seguro, eu possuo conhecimentos bastante amplos sobre finanças
- 9) Atualmente exerce a sua profissão principal como:
- Empresário, único proprietário
 - Empresário, sócio com outra(s) pessoa(s)
 - Sócio-gerente de uma empresa com empregados.
 - Trabalhador assalariado ou vinculado em uma empresa de outrem.
 - Trabalhador independente ou por conta própria.
- 10) No total de sua vida profissional há quanto tempo atua como gestor? ____ se nunca atuou como gestor, coloque zero.
- 11) Qual o ramo de atividade de sua empresa?
- Indústria
 - Comércio
 - Serviços
 - Administração pública
 - Autônomo
 - Outros
- 12) Qual é o faturamento bruto ANUAL da empresa (valores em R\$)? _____
- 13) Qual é o número de empregados de sua empresa? _____. Quantos empregados de sua empresa são membros da família? _____

CONHECIMENTO FINANCEIRO

- 14) Se um investimento financeiro oferece a chance de ganhar muito dinheiro, é provável que também tenha uma chance de perder muito dinheiro, visto que investimentos com alta taxa de retorno tendem a oferecer alta taxa de risco. Essa afirmação é:

- a) verdadeira;
- b) falsa;
- c) não sei.

15) Suponha que você precise tomar emprestado de um amigo R\$1.000,00. No momento de você pagar para seu amigo, terá que pagar uma quantia a mais. Seu amigo oferece duas alternativas. Qual é a alternativa mais vantajosa para você, ou seja, qual é a proposta que você pagará MENOS?

- a) R\$1.100,00;
- b) R\$1.000,00 + 5%;
- c) não sei.

16) Indique qual é a alternativa onde só existam produtos de renda fixa:

- a) poupança, Letra de Crédito Imobiliário (LCI);
- b) títulos públicos, franquias;
- c) debêntures, imóveis;
- d) não sei.

17) Jorge ganha R\$2.000,00 por mês. Paga R\$600,00 de aluguel, R\$400,00 de alimentação, R\$200,00 em transportes, R\$100,00 em roupas, R\$100,00 em remédios e R\$200,00 em despesas extras. Pretende comprar um smartphone que custa R\$1.200,00. Quanto tempo ele levará guardando recursos para comprar o smartphone?

- a) 2 meses;
- b) 3 meses;
- c) 4 meses;
- d) não sei.

18) Se em 2021 os preços de todos os bens aumentarem em 10% e sua renda também aumentar em 10%, quanto você poderá adquirir com sua renda em 2021?

- a) mais do que hoje;
- b) menos do que hoje;
- c) exatamente o mesmo;
- d) não sei.

COMPORTAMENTO FINANCEIRO

Nas questões a seguir, indique o quanto você se comporta em cada uma das afirmações.

19) Elaboro um orçamento e acompanho os gastos para saber sobre minha situação financeira pessoal.

- a) Nunca
- b) Raramente
- c) Ocasionalmente
- d) Frequentemente
- e) Sempre

20) Estabeleço metas financeiras de longo prazo para conquistar meus objetivos pessoais no futuro.

- a) Nunca
- b) Raramente
- c) Ocasionalmente
- d) Frequentemente
- e) Sempre

21) Quando faço minhas compras com cartão de crédito, verifico meu saldo devedor para não comprometer mais do que 10% da minha renda pessoal bruta. A renda pessoal bruta inclui mesada, bolsa de estudos, salário, pró-labore ou qualquer outra fonte de renda bruta.

- a) Nunca
- b) Raramente
- c) Ocasionalmente
- d) Frequentemente
- e) Sempre

22) Estou formando uma reserva financeira pessoal para imprevistos.

- a) Nunca
- b) Raramente
- c) Ocasionalmente
- d) Frequentemente
- e) Sempre

23) Planejo minhas compras e, com isso, compro menos e melhor, evitando desperdício na minha vida pessoal .

- a) Nunca
- b) Raramente
- c) Ocasionalmente
- d) Frequentemente
- e) Sempre

COMPORTAMENTO FINANCEIRO EMPRESARIAL DURANTE A PANDEMIA

Nas questões a seguir, indique o quanto você se comporta em cada uma das afirmações.

24) No período de pandemia deixei mais dinheiro disponível para eventualidades (mais liquidez).

- a) Nunca
- b) Raramente
- c) Ocasionalmente
- d) Frequentemente
- e) Sempre

25) No período de pandemia tenho realizado normalmente meus planos de investimento.

- a) Nunca
- b) Raramente
- c) Ocasionalmente
- d) Frequentemente
- e) Sempre

26) No período de pandemia tenho buscado me atualizar em cursos que me auxiliam na decisão financeira.

- a) Nunca
- b) Raramente
- c) Ocasionalmente
- d) Frequentemente
- e) Sempre

27) No período de pandemia busco mais informações para investir atualmente.

- a) Nunca
- b) Raramente
- c) Ocasionalmente
- d) Frequentemente
- e) Sempre

28) No período de pandemia mantenho meu otimismo apesar dos problemas atuais.

- a) Nunca
- b) Raramente
- c) Ocasionalmente
- d) Frequentemente
- e) Sempre

QUALIDADE DA DECISÃO EMPRESARIAL

Nas questões a seguir, assinale o quanto você realiza a tarefa indicada.

29) Ao decidir sobre um financiamento, analiso a taxa de juros, o valor financiado, o valor da parcela, a carência.

- Nunca
- Raramente
- Ocasionalmente
- Frequentemente
- Sempre
-

30) Analiso periodicamente o desempenho da minha empresa.

- Nunca
- Raramente
- Ocasionalmente
- Frequentemente
- Sempre
-

31) Para tomar decisões financeiras da empresa, procuro a ajuda de um profissional especializado (contador, consultor financeiro, intermediário financeiro, etc).

- Nunca
- Raramente
- Ocasionalmente
- Frequentemente
- Sempre

-
- 32) Gerencio contas estritamente separadas para minha casa e para minha empresa, administrando as finanças da família e as finanças da empresa separadamente.
 - Nunca
 - Raramente
 - Ocasionalmente
 - Frequentemente
 - Sempre
-
- 33) Prefiro projetos de alto risco e alto rendimento do que projetos de baixo risco e baixo rendimento.
 - Nunca
 - Raramente
 - Ocasionalmente
 - Frequentemente
 - Sempre
-
- 34) Quando planejo fazer um investimento, procuro calcular o prazo de recuperação do capital investido.
 - Nunca
 - Raramente
 - Ocasionalmente
 - Frequentemente
 - Sempre
-
- 35) Estabeleço metas financeiras de longo prazo para o negócio e me esforço para alcançá-las.
 - Nunca
 - Raramente
 - Ocasionalmente
 - Frequentemente
 - Sempre

CONHECIMENTO FISCAL

Nas questões a seguir, assinale o quanto você realiza a tarefa indicada.

- 36) Quando ocorre uma divergência no valor pago de imposto de renda, a empresa não tem obrigação de efetuar o ajuste necessário.
 - A afirmação é verdadeira
 - A afirmação é falsa
 - Não sei
-
- 37) Dentro da empresa, o contador possui um papel fundamental na tomada de decisões estratégicas da empresa.
 - A afirmação é verdadeira
 - A afirmação é falsa
 - Não sei
-

- 38) O planejamento tributário reduz os riscos e a possibilidade de pagamento de tributos sem incidência de qualquer tipo de sanção.
- A afirmação é verdadeira
 - A afirmação é falsa
 - Não sei
 -
- 39) Caso a empresa tenha faturamento acima do teto determinado pela legislação, a empresa é obrigada a alterar seu regime tributário.
- A afirmação é verdadeira
 - A afirmação é falsa
 - Não sei
- 40) Ao comprar uma empresa endividada, o comprador assume os compromissos financeiros dessa empresa.
- A afirmação é verdadeira
 - A afirmação é falsa
 - Não sei

COMPORTAMENTO FISCAL

Nas questões a seguir, indique o quanto você se comporta em cada uma das afirmações.

- 41) Traço os objetivos para orientar nas decisões tributárias da empresa.
- a) Nunca
 - b) Raramente
 - c) Ocasionalmente
 - d) Frequentemente
 - e) Sempre
- 42) Procuo me atualizar sobre as questões tributárias de minha empresa.
- a) Nunca
 - b) Raramente
 - c) Ocasionalmente
 - d) Frequentemente
 - e) Sempre
- 43) Busco alternativas para reduzir os gastos com tributos da empresa.
- a) Nunca
 - b) Raramente
 - c) Ocasionalmente
 - d) Frequentemente
 - e) Sempre
- 44) Faço adequação nas despesas da empresa quando há expectativa de maiores obrigações tributárias.
- a) Nunca
 - b) Raramente

- c) Ocasionalmente
- d) Frequentemente
- e) Sempre

45) Mantenho os registros fiscais da empresa organizados.

- a) Nunca
- b) Raramente
- c) Ocasionalmente
- d) Frequentemente
- e) Sempre

APÊNDICE 3 - MEMBROS DO PROJETO 201032 MACKPESQUISA – 003844

Denis Forte:	Lider do projeto	Silvia Franco:	Especialista em estatística(apoio ao projeto)
cargo/área:	Prof. Adjunto do PPGA da UPM	cargo/área:	Professora da UPM Higienópolis
e-mail:	denis.forte@mackenzie.br	e-mail:	silvia.oliveira@mackenzie.br
link CV lattes:	http://lattes.cnpq.br/0075062531510292	link CV lattes:	http://lattes.cnpq.br/9795255741594040
Ivanilda Silva:	Doutoranda do PPGA participante do projeto	Manuela Santini:	Doutoranda do PPGA participante do projeto
cargo/área:	Professora da UFS/área de finanças	cargo/área:	Professora da UPM CAMPINAS
e-mail:	ivanilda.silva@gmail.com	e-mail:	manuelassdestefano@gmail.com
link CV lattes:	http://lattes.cnpq.br/5098290859882050	link CV lattes:	http://lattes.cnpq.br/5790678564106097
Luiz Dantas:	Doutorando do PPGA participante do projeto	Andrea Carvalho:	Mestranda no PPGA participante do projeto
cargo/área:	Contador/chefe de finanças da FDSBC	cargo/área:	Administradora/Consultora Administrativa
e-mail:	luizdantascontabeis@gmail.com	e-mail:	andreaec@gmail.com
link CV lattes:	http://lattes.cnpq.br/3045472057461259	link CV lattes:	http://lattes.cnpq.br/6596619390755564

APÊNDICE 4 - CALENDÁRIO DE ATIVIDADE PARA UM CONTATO E POSSÍVEL PARCERIA

Calendário de atividades para um contato com a Associação dos comerciários de São Paulo			
Data	Contato	Meio de contato	Descrição das atividades
15/02/2021	José Olival - Assessor da superintendência geral da FACESP e ACSP	Whatsapp	3 mensagens, mas Sem retorno
23/02/2021		Whatsapp	2 mensagens, mas Sem retorno
03/03/2021	Beatriz Messeder Sanches - Conselho de políticas Urbana	e-mail	1 e-mail sem retorno
03/03/2021	José Olival - Assessor da superintendência geral da FACESP e ACSP	Whatsapp	3 mensagens, mas Sem retorno
04/03/2021		Whatsapp	3 mensagens, mas COM retorno
04/03/2021		Whatsapp	Primeira reunião após 1 hora do contato do retorno
04/03/2021		e-mail	INK FIXO ZOOM, PARA ACESSAR A VIDEOCONFERÊNCIA SEGUE O LINK https://zoom.us/j/5439275762 ; ID da reunião: 543 9275762
05/03/2021	Beatriz Messeder Sanches - Conselho de políticas Urbana	e-mail	Retorno da Beatriz agendando uma reunião para o dia 09/03/2021 as 15 horas.
08/03/2021	ACSP	e-mail	Entrar na reunião Zoom; https://us04web.zoom.us/j/73042132536?pwd=MHZ6cXV6VEZlZlFLO01SkZHvK9S5Zz09 ;
10/03/2021	José Olival - Assessor da superintendência geral da FACESP e ACSP	Whatsapp	[16:39, 10/03/2021] Olival da FACESP: Informo que conforme combinamos falei com o Dr Ordine (VP FACESP E ACSP - TRIBUTÁRIO) e o Dr Marcel (SUPERINTENDENTE CHEFE DO INSTITUTO DE ECONOMIA DA ACSP) sobre a pesquisa ! Essa semana impossível pq um fez uma cirurgia de glaucoma hoje ! Mas preciso tentar combinar uma agenda mais objetiva por intermédio de uma videoconferência com ambos ! De forma tal que pudéssemos apresentar a ideia , calendário de pesquisa , público alvo e tópicos das perguntas !
10/03/2021		Whatsapp	[16:40, 10/03/2021] Olival da FACESP: Vc pode ir desenhando algumas sugestões de data e horário entre quinta e sexta da outra semana ! Ou depois ! Assim tento bloquear na agenda de ambos ! Abraços olival
10/03/2021		Whatsapp	[16:40, 10/03/2021] Olival da FACESP: olival.almeida@facesp.com.br
13/03/2021		Whatsapp	convite para a segunda reunião no dia 23/03/2021
13/03/2021		e-mail	Convite: TERMO DE COOPERAÇÃO UNIVERSIDADE MACKENZIE E ACSP Projet... - ter. 23 mar. 2021 9am - 10am (BRT)
13/03/2021		José Olival - Assessor da superintendência geral da FACESP e ACSP	e-mail
	Participantes ACSP: Dr Roberto Mateus Ordine – VP FACESP e ACSP e Marcel Solimeo (Instituto de Economia Gastão Vidigal- ACSP) e Ulisses Ruiz de Gamboa (Economista – ACSP) e Roberto Macedo.		
	Pauta:		
	1-) Termo de Cooperação ACSP e Mackenzie 2-) Projeto de Pesquisa Doutorado (Objetivo, calendário e publico - alvo 3-) Definição dos próximos passos, governança e ponto focal das entidades.		
23/03/2021	Reunião realizada das 9 as 10 horas com a presença de todos os membros do projeto e os convidados da ACSP e FACESP.	ACESSAR A VIDEOCONFERÊNCIA SEGUE O LINK https://zoom.us/j/5439275762 ID da reunião: 543 927 5762	Registrada em ATA e gravada.

APÊNDICE 5

O comportamento fiscal tributário é constituído das seguintes questões:

- 1) Traço os objetivos para orientar nas decisões tributárias da empresa.
 - a) Nunca
 - b) Raramente
 - c) Ocasionalmente
 - d) Frequentemente
 - e) Sempre
- 2) Procuo me atualizar sobre as questões tributárias da empresa.
 - a) Nunca
 - b) Raramente
 - c) Ocasionalmente
 - d) Frequentemente
 - e) Sempre
- 3) Busco alternativas para reduzir os gastos com tributos da empresa.
 - a) Nunca
 - b) Raramente
 - c) Ocasionalmente
 - d) Frequentemente
 - e) Sempre
- 4) Faço adequação nas despesas da empresa quando há expectativa de maiores obrigações tributárias.
 - a) Nunca
 - b) Raramente
 - c) Ocasionalmente
 - d) Frequentemente
 - e) Sempre
- 5) Mantenho os registros fiscais da empresa organizados e em dia.
 - a) Nunca
 - b) Raramente
 - c) Ocasionalmente
 - d) Frequentemente
 - e) Sempre

ANEXOS

ANEXO 1 - MODELO DE QUESTIONÁRIO OCDE

	Question as in the original version of questionnaire (and response codes with correct response in bold text)	Changes to core questions
Division	Imagine that five brothers are given a gift of \$1000. If the brothers have to share the money equally how much does each one get? [Open response: \$200]	Armenia used a previous version of the core questionnaire, which asked about a lottery prize rather than a gift. Not asked in Norway*.
Time-value of money	Now imagine that the brothers have to wait for one year to get their share of the X. In one year's time will they be able to buy: Multiple choice: a) More, b) the same amount, or c) less than they could buy today. Interviewers also recorded 2 other responses which were considered to be correct: it depends on inflation, it depends on the types of things they want to buy	Norway: Imagine that you get a gift of 1000kr, and you put it in the drawer at home for 12 months. After one year how much could you buy for this money? Armenia had 4 options (excluding: It depends on the types of things)
Interest paid on a loan	You lend X to a friend one evening and he gives you X back the next day. How much interest has he paid on this loan? [Open response: 0]	Not asked in Albania and Norway*. In Malaysia respondents were asked what return was earned on the loan. This question is not used in the score for Peru, due to problems with data coding.
Calculation of interest plus principle	Suppose you put \$100 into a savings account with a guaranteed interest rate of 2% per year. You don't make any further payments into this account and you don't withdraw any money. How much would be in the account at the end of the first year, once the interest payment is made? [Open response: \$102]	Hungary changed the interest rate to 5%
Compound interest	and how much would be in the account at the end of five years? Would it be: a) More than \$110 b) Exactly \$110 c) Less than \$110 d) Or is it impossible to tell from the information given	Hungary: The options given were less than simple interest, making it impossible to know whether respondent identified the impact of compound interest or just calculated simple interest
Risk and return	An investment with a high return is likely to be high risk [True/False]	RSA: If someone offers you the chance to make a lot there is a chance that you will lose a lot Not asked in Norway